

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Marco Antônio Campos e Souza

Acima do que? Au nom de qui?

Uma análise comparada dos discursos das direitas radicais a partir das candidaturas de Jair Bolsonaro (2018) e Marine Le Pen (2017).

Juiz de Fora

2024

Marco Antônio Campos e Souza

Acima do que? *Au nom de qui?*

Uma análise comparada dos discursos das direitas radicais a partir das candidaturas de Jair Bolsonaro (2018) e Marine Le Pen (2017).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Orientador: Professor Doutor Odilon Caldeira Neto

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de
geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF,
com os dados fornecidos pelo autor.

Souza, Marco Antônio Campos e.

Acima do que? Au nom de qui?: Uma análise comparada dos discursos das direitas radicais a partir das candidaturas de Jair Bolsonaro (2018) e Marine Le Pen (2017). / Marco Antônio Campos e Souza. -- 2024.

118 f.

Orientador: Odilon Caldeira Neto

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2024.

1. Bolsonaro. 2. Le Pen. 3. Ultradireita. 4. Direitas Radicais. I. Caldeira Neto, Odilon, orient. II. Título.

Marco Antônio Campos e Souza

Acima do que? *Au nom de qui?*

Uma análise comparada dos discursos das direitas radicais a partir das candidaturas de Jair Bolsonaro (2018) e Marine Le Pen (2017).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 06 de maio de 2024

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Caldeira Neto, Professor(a)**, em 06/05/2024, às 12:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Professor Doutor Odilon Caldeira Neto - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Arruda Carneiro da Cunha, Usuário Externo**, em 08/05/2024, às 06:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Professor Doutor Diogo Arruda Carneiro da Cunha
Universidade Federal de Pernambuco



Documento assinado eletronicamente por **David Almstadter Mattar de Magalhães, Usuário Externo**, em 08/05/2024, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Professor Doutor David Almstadter de Magalhães
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1797679** e o código CRC **F33645F8**.

Toda tormenta, no fim, se encerra com um céu azul. Esta é uma pesquisa dedicada à esperança.

AGRADECIMENTOS

Os mais de seis anos que passei no Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora foi marcado por um profundo amadurecimento intelectual. Concluir o curso de Mestrado em História é encerrar um longo ciclo que me despertou para o relevante trabalho sobre a humanidade, suas formas de cultura e organização social. O tempo pode ser misterioso e o passado, intrigante. Talvez, por isso, tantos de nós nos debruçamos para compreender melhor como vivemos, e as formas que nosso próprio presente é transformado por ele. Nesse ínterim, não poderia deixar de reconhecer que esse foi um percurso fruto de uma construção coletiva, criado a muitas mãos, e que merecem reconhecimento neste momento de finalização.

Aos meus pais, Marcelo e Maristela, agradeço pelo constante apoio em minhas escolhas, e por sempre proporcionarem que meus sonhos e aspirações possam se tornar realidade. Pelo afeto e incentivo, aprendi que sempre haverá um lugar para mim em vocês. À minha irmã, Marcella, agradeço por ser o suporte em vários momentos em que desistir parecia ser mais fácil. Entre risos e reclamações, aprendi com você que sempre terei alguém para dividir minhas angústias e conquistas. Além disso, agradeço também aos meus tios, primos e avós. Com todos vocês, aprendi como amar.

Todo o meu percurso foi marcado por inúmeras amizades, e sinto uma grande felicidade ao me considerar uma pessoa de muitos amigos, e seus nomes não caberiam neste curso espaço de texto. Tenho para mim que todos os nossos amigos deixam um pedaço deles em nós, como produtos do nosso meio. Cada dia que passei ao lado dos meus amigos foi uma forma de me transformar em quem sou hoje, seja nos colegas de curso, compartilhando as angústias e expectativas de futuro com nossa produção, seja aprendendo a aproveitar todos os momentos com meus colegas de graduação, ou a fazer cada segundo ser único, o mais importante, quando estou com aqueles que escolhi para viver a vida. Com todos vocês, meus amigos, aprendi que a vida pode ter outros sentidos, e que certamente sou melhor com vocês.

Agradeço, também, ao professor Odilon Caldeira Neto, meu orientador nesta dissertação. Grande parte do meu percurso como estudante foi construído sob orientação de Odilon, desde o treinamento profissional e a iniciação científica, na graduação, até o mestrado. Com ele, aprendi o significado de ensinar, e como eu gostaria de me tornar, um dia, um professor. Na oportunidade, também agradeço aos professores Diogo Cunha e David Magalhães, pelo gentil aceite em avaliarem meu trabalho, e pelos comentários que auxiliaram no desenvolvimento desta pesquisa.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Juiz de Fora e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela possibilidade de poder concluir um mestrado de excelência e impacto em uma universidade pública, gratuita, patrimônio de nosso país. Após anos vendo a ciência e o ensino serem sistematicamente atacados, é um alívio ver projetos de políticas públicas que retomam a centralidade da educação, e que fortaleçam as Universidades públicas, berço da ciência do Brasil. Espero que, em nenhum tempo, precisemos defender nossa educação de ataques tão intensos como os que marcaram os últimos anos.

Como se pode ver, aprendi muitas coisas, com várias pessoas, e todas me ensinaram um pouco para que eu pudesse estar aqui. Mesmo que o trabalho de um cientista seja essencialmente solitário, fechado em frente ao meu computador com minha pesquisa, foi durante o percurso que eu mais me transformei. No final, um pouco de todos vocês estão nesta dissertação.

Obrigado.

Minha dor é perceber

Que apesar de termos

Feito tudo o que fizemos

Ainda somos os mesmos

E vivemos

Ainda somos os mesmos

E vivemos

Como os nossos pais (Belchior, 1976)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo realizar um estudo comparado acerca da ascensão das direitas radicais ao centro das arenas políticas de seus países, através da análise das campanhas eleitorais de Jair Bolsonaro (Brasil, 2018) e Marine Le Pen (França, 2017). O uso da metodologia comparada tem por objetivo permitir mapear as proximidades e rupturas entre os dois fenômenos, que ocupam lugares distantes no mundo político contemporâneo. Nesse cenário, a pesquisa demonstra a relevância dos fatores locais para as análises dos atores que compõem a ultradireita nas primeiras décadas do século XXI, comprovando a impossibilidade de se pensar os sistemas políticos do sul global, sobretudo do Brasil, a partir de uma ótica de mera reprodução de análises do centro político mundial.

Palavras-chave: Bolsonaro; Le Pen; Ultradireita; Direitas Radicais.

ABSTRACT

This dissertation aims to conduct a comparative study on the rise of radical right-wing movements to the center of political arenas in their respective countries, through the analysis of the electoral campaigns of Jair Bolsonaro (Brazil, 2018) and Marine Le Pen (France, 2017). The use of comparative methodology aims to map the similarities and ruptures between the two phenomena, which occupy distant positions in the contemporary political world. In this scenario, the research demonstrates the relevance of local factors in analyzing the actors that make up the far right in the early decades of the 21st century, proving the impossibility of thinking about political systems in the global south, especially in Brazil, from a perspective of mere reproduction of analyses from the world political center.

Keywords: Bolsonaro; Le Pen; Far-right; Radical Right.

RÉSUMÉ

Cette recherche vise à réaliser une étude comparative sur la montée des mouvements de droite radicale au centre des arènes politiques de leurs pays respectifs, à travers l'analyse des campagnes électorales de Jair Bolsonaro (Brésil, 2018) et Marine Le Pen (France, 2017). L'utilisation d'une méthodologie comparative a pour objectif de cartographier les similitudes et les ruptures entre les deux phénomènes, qui occupent des positions éloignées dans le monde politique contemporain. Dans ce contexte, la recherche démontre la pertinence des facteurs locaux dans l'analyse des acteurs composant l'extrême droite au cours des premières décennies du XXI^e siècle, prouvant l'impossibilité de penser les systèmes politiques du sud global, notamment du Brésil, à partir d'une perspective de simple reproduction des analyses du centre politique mondial.

Mots-clés : Bolsonaro ; Le Pen ; Extrême droite ; Droites Radicales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Folheto da campanha de Marine Le Pen	53
Figura 2 - Publicação no <i>Facebook</i> de Jair Bolosaro sobre sua posição antisistemica.	85
Figura 3 - Publicação no Facebook de Jair Bolsonaro comentando matéria publicada pelo OGlobo	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FN	<i>Front National</i>
GRECE	Grupo de Pesquisa e Estudos pela Civilização Europeia
ON	<i>Ordre Nouveau</i>
PDR	Partido de direita radical
PDC	Partido Democrata Cristão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
EUA	Estados Unidos da América
PT	Partido dos Trabalhadores
PSL	Partido Social Liberal
UE	União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 UMA NOVA DIREITA	17
2.1 CLASSIFICAÇÕES	18
2.1.1 Ultradireita	20
2.1.2 Extrema Direita	25
2.1.3 Direita Radical	30
2.1.4 Populismo de Direita Radical	32
2.2 CARACTERÍSTICAS DA ULTRADIREITA	35
2.2.1 Nativismo	36
2.2.2 Autoritarismo	40
2.2.3 Populismo	43
3 ULTRADIREITA EM CONTEXTOS DEMOCRÁTICOS	47
3.1 FRANÇA, 2017	47
3.1.1 Nativismo	52
3.1.2 Autoritarismo	58
3.1.3 Populismo	65
3.2 BRASIL, 2018	69
3.2.1 Nativismo	75
3.2.2 Autoritarismo	79
3.2.3 Populismo	84
4 NEM INÉDITO, NEM IDÊNTICO	91
4.1 DO GLOBAL AO LOCAL	91
4.2.1 Nativismo	92
4.2.2 Autoritarismo	96
4.2.3 Populismo	101
4.2 O FOCO LOCAL	106

5 CONCLUSÃO.....	110
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca refletir sobre o lugar ocupado pela análise local quando se busca estabelecer estudos sobre a ultradireita nas primeiras décadas do século XXI, a partir da análise das campanhas presidenciais de Jair Bolsonaro e Marine Le Pen, em 2018 e 2017, respectivamente. Dessa forma, a pesquisa tem por objetivo demonstrar a necessidade de se considerar outros fatores na investigação que tenham por foco expressões da ultradireita, indo além dos conceitos que permeiam uma teoria global do fenômeno. A hipótese central aventada é que as características políticas e sociais do Brasil, mas também de outros países do Sul global, criam espaços essencialmente singulares, com grande capacidade de influenciar nas agendas de políticas da ultradireita. Com isso, espera-se demonstrar que não é adequado reproduzir os conceitos elaborados a partir das experiências do eixo EUA-Europa, de forma a buscar enquadrar as diversas formas políticas locais por meio de teorias que não levem em conta as raízes históricas e as particularidades dos locais de análise.

Nesse sentido, a pesquisa se vale da análise realizada a partir de um conteúdo documental extraído dos materiais de campanhas políticas produzidos por dois candidatos à presidência de seus países: Marine Le Pen, na França, em 2017, e Jair Messias Bolsonaro, no Brasil, em 2018. As fontes reúnem publicações em redes sociais, cópias de sites próprios, materiais produzidos para apoiadores – como folhetos e cartazes – vídeos, entrevistas e discursos proferidos por cada um dos presidenciáveis, além das propostas de campanha oficiais depositadas nas autoridades eleitorais de cada país. Por serem fontes essencialmente digitais, e dado ao grande volume que sempre está presente nesse tipo de trabalho historiográfico, a pesquisa apresenta recortes qualitativos, para garantir tempo hábil para sua execução. Todas elas foram retiradas dos canais, perfis e sites oficiais dos candidatos, sobretudo para permitir uma análise a partir de como os candidatos buscaram estruturar as suas narrativas de campanha e menos da forma que eram vistos por atores externos.

Para a análise dessas fontes, a dissertação se vale do método da História comparada, que visa estabelecer as proximidades, mas também as dissidências entre cada objeto. Assim, sobretudo considerando os objetivos da pesquisa em ressaltar os fatores locais na análise de objetos da ultradireita, as diferenças entre os objetos serão essencialmente ricas e suportadas pelo método comparativo da História. A partir disso, a metodologia deve criar suporte para demonstrar a veracidade das hipóteses apresentadas.

Com esse panorama, a dissertação se divide em três capítulos. O primeiro deles busca delinear as principais contribuições teóricas que permeiam o campo de estudos da ultradireita e estabelecer uma baliza mínima de análise, como forma de – através de um recorte bibliográfico – determinar quais os conceitos que serão trabalhados na comparação dos objetos. Nesse sentido, o segundo capítulo visa analisar comparativamente o conjunto documental da pesquisa, que é classificado a partir dos conceitos estabelecidos no primeiro capítulo, permitindo que seja demonstrado como cada objeto reage ao ser analisado a partir do recorte teórico estabelecido. Por fim, o terceiro capítulo tem por objetivo a análise entrecruzada dos dois estudos de caso, como forma de não apenas demonstrar onde estão as similaridades e diferenças entre cada análise, mas sobretudo qual a aderência de cada projeto político ao recorte teórico estabelecido pela pesquisa.

2 UMA NOVA DIREITA

As expressões das direitas, das radicais às mais extremadas, certamente são múltiplas e interseccionadas por nuances e particularidades próprias de seus contextos, que levam em consideração os aspectos políticos, sociais e econômicos das comunidades que estão inseridas. Essa efervescência cria, aos pesquisadores, objetos dotados de características díspares, por vezes até conflitantes, mas que compõem um campo comum. Por conta disso, diversas lentes analíticas podem ser empregadas, ou até mesmo propostas, para compreender as interações entre esses grupos e a sociedade que os cerca.

Frente a essa disposição, o capítulo inicial desta investigação buscará apresentar e discutir as categorias empregadas nas análises das direitas durante as primeiras décadas do século XXI. Esse exercício leva em consideração uma preocupação corrente nesse perfil de pesquisas: definir e classificar os fenômenos. Principalmente no contexto em que os atores da ultradireita buscam, de maneira ativa, se desvencilhar de classificações que remetem a uma posição política mais extremada, é preciso definir claramente os princípios que constituem as noções empenhadas.

Com isso, buscar-se-á delimitar os conceitos, refletindo a escolha de definição que pautará todo o trabalho, de ultradireita, bem como suas subdivisões: Extrema direita; Direita Radical e Partido Populista de Direita Radical. Essa análise busca demonstrar, corroborada por pesquisas precedentes no campo, quais os limites que fundam as fronteiras entre os termos, bem como seus pontos de inflexão, mas também suas características comuns.

A partir dessas definições iniciais, a pesquisa se propõe a evidenciar como, de maneira geral, os grupos de ultradireita buscam estabelecer conexões com os sistemas democráticos liberais no início do século XXI, elucidando as principais ideologias do campo: Autoritarismo; Nativismo e Populismo. Na esteira da incorporação dessas agendas, será possível indicar, também, quais os impactos gerados ao englobar partidos e políticos de espectros mais radicais ao centro das arenas políticas de países, bem como correlacionar com crises de representatividade que abalam esses sistemas, face a uma parcela da população que não cogita as instituições políticas e democráticas como possível solução para a questão. Nesse exercício, será proposta uma análise da relação de causalidade e consequência, buscando elucidar quanto da agenda desses grupos existe por conta de uma suposta crise democrática, mas também em que medida a agenda é a causadora dessa percepção.

2.1 CLASSIFICAÇÕES

Partindo do pressuposto apresentado, torna-se essencial definir quais são as características fundamentais para classificar os diversos grupos das direitas, dentro de um espectro de atuação mais amplo, tanto na política institucional como em uma participação cotidiana na sociedade. Dessa forma, o exercício de definição no campo deve ser constante aos pesquisadores das direitas, dada as múltiplas possibilidades que cada trabalho possui de corroborar com certa linha na tradição acadêmica.

Isso reflete uma preocupação dos cientistas políticos Wolfgang Kowalsky e Wolfgang Schroeder, em “Extremismo de direita - conceito, método, análise¹”, ao alertarem para a necessidade de estabelecerem reflexões sobre as definições no campo, sobretudo aos termos ligados aos extremismos de direita, pontuando que a pluralidade de posições “significa que cada novo ensaio, cada nova monografia, deve antes de tudo apresentar o horizonte categórico de interpretação de sua argumentação.” (Kowalsky e Schroeder, 1994, p. 9, tradução nossa²). Na mesma obra, eles demonstram como os elementos classificativos dessa categoria precisam abarcar uma gama de significantes, o que reflete nas múltiplas possibilidades. Para os autores, extremismo de direita pode ser considerado um termo coletivo, que abarca diferentes fenômenos, e consideram, principalmente, as “ideologias autoritárias antidemocráticas, padrões de atitudes e ações, atividades individuais e coletivas, mídia, organizações, partidos e, finalmente, contextos condicionantes.” (Kowalsky e Schroeder, 1994, p. 9, tradução nossa³)

O debate acadêmico em torno do uso de termos e definições nesse campo é amplo, ainda mais corroborado com a ligação desses objetos com uma política eleitoral em curso. A inserção no campo eleitoral pode criar interesses políticos nas formas classificação e identificação desses grupos, para além daqueles empregados por pesquisadores, a partir da utilização de critérios científicos, para nortear a nominação do fenômeno. É o que aponta Cas Mudde, em “*The ideology of the extreme right*”, quando apresenta suas reflexões acerca dos usos de

¹ Em Alemão, o prefácio de Kowalsky e Schroeder intitula-se *Rechtsextremismus - Begriff, Methode, Analyse*, parte do livro *Rechtsextremismus: Einführung und Forschungsbilanz Westdeutscher* ou, em português, Extremismo de direita: Introdução e revisão da pesquisa

² No original: “*gesprochen werden kann, hat dies zur Folge, daß jeder neue Aufsatz, jede neue Monographie zunächst einmal den kategorialen Deutungshorizont ihrer Argumentation darlegen muß.*” (Kowalsky e Schroeder, 1994, p. 9)

³ No original: “*antidemokratisch-autoritäre Ideologien, Einstellungs- und Handlungsmuster, Einzel- und Kollektivaktivitäten, Medien, Organisationen, Parteien und schließlich Bedingungszusammenhänge*” (Kowalsky e Schroeder, 1994, p. 9)

classificações para os extremismos de direita, sobretudo aplicado a partidos políticos nesse espectro. Para o autor, a inclusão – ou não – de partidos na classificação de extrema direita está ligada à interpretação e definição do próprio conceito de extrema direita. Mudde aponta como, em sua grande maioria, os pesquisadores do campo não compartilham uma definição com ampla aceitação, muito embora o termo extremismo de direita seja, ele próprio, aceito pela maioria dos estudiosos, mesmo que sem um consenso para sua definição. Nesse sentido, aponta como o conceito é cercado por diferentes significantes, por diversos autores, ressaltando que a característica específica do campo faz com que termo não seja usado apenas com finalidade científica, mas também política, o que pode ser – em parte – um causador dessa ausência de contornos claros dos alcances de inclusão do extremismo de direita. (Mudde, 2000, p. 10)

Nesse sentido, pode ser primordial refletir sobre a distinção entre os conceitos amplos de Direita e Esquerda, que se nutrem de uma longa perspectiva histórica, que remonta às eras das revoluções, mas que foi constantemente alterada no passar do tempo, à medida que também se transformavam as formas de relação das sociedades. Nesta pesquisa, adotamos a definição – e distinção – apresentada por René Rémond, em “*Droite-gauche: où est la différence?*”, que se propõe a realizar um balanço histórico da atuação desses grupos políticos. Reconhecendo que o passar do tempo pode transformar as pautas principais defendidas por cada lado do espectro, Rémond busca lançar mão de uma nova análise do estado da diferenciação. Para ele, a direita representa um grupo diversificado, heterogêneo, que converge à defesa de valores conservadores, bem como à institucionalização da família e a uma moral que fundamenta o estrito respeito às regras, conformando uma família política composta de variadas tradições e expressões. Já a esquerda, por outro lado, se inclinaria a favor das liberdades, reforçando a diferença de posição, sobretudo em temas como a sexualidade, a vida, o corpo, a cultura e a justiça. (Rémond, 1995, p. 64)

Outra visão possível seria a estruturada por Norberto Bobbio sobre a distinção fundamental entre a direita e sua antítese política, a esquerda. Em “Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política”, o autor sustenta seus argumentos sobre um marco divisor fundamental: o ideal da igualdade. Assim, a direita acata uma aceitação natural da distinção entre os indivíduos, bem como das estruturas artificialmente criadas pela existência de um corpo social organizado, que possam promover ou manter essa disparidade. A esquerda, por outro lado, assume o papel do igualitarismo, visando promover o recuo – até a extinção – das diferenças, embora possam assumir propostas que variem com esse objetivo final (Bobbio, 1995). Entretanto, podem existir algumas limitações quanto ao real alcance desta distinção,

sobretudo considerando fenômenos de ultradireita que defendem a igualdade entre iguais, como uma defesa do igualitarismo entre nacionais, bem como expressões mais atenuadas e extremadas desses dois grandes blocos. Isto é, uma extrema esquerda autoritária, assim como uma extrema direita, cujo valor exponencial da diferença estabelece segregações entre indivíduos, utilizando inclusive a dimensão racista, biológica, etc.

Compreender os conceitos e seus significados auxilia o processo de instituir uma lente de análise para o fenômeno das direitas através do tempo. A partir desse horizonte, nesta seção, busca-se apresentar as principais definições empregadas no campo. Essa apresentação procura sanar as múltiplas possibilidades interpretativas dos objetos da pesquisa, bem como posicionar um entendimento dentro da produção acadêmica.

2.1.1 Ultradireita

Pode-se encontrar em uma bibliografia substancialmente consolidada a existência de momentos qualitativos distintos nas atuações dos mais diversos espectros no campo. Embora, claro, a qualquer tempo possa-se constatar a existência de grupos que não estejam alinhados com a proposta de segmentação na atuação das direitas em um dado tempo. As contribuições do cientista político Klaus Von Beyme são pertinentes para compreendermos como se desenvolveu a transformação na atuação de um campo das direitas mais extremadas, sobretudo na Europa.

Beyme propôs a existência de ondas para se compreender como se deu o desenvolvimento dos partidos políticos da direita radical pós-fascista a partir de 1945. Em seu estudo, considera a existência de três ondas, que alteraram as atuações desses grupos à medida que os contextos sociais e políticos na Europa se transformavam.

O fim da segunda guerra mundial demarcou uma derrota substancial para a extrema direita no mundo ocidental. Depois de 1945, a maioria dos países europeus estabeleceu barreiras políticas, jurídicas e sociais visando impedir a ascensão de novos sistemas totalitários no continente. Essas ações foram mais severas nos países centralmente ligados ao fascismo e ao nazismo, nominalmente a Itália e a Alemanha. Esse contexto apresenta a primeira onda das direitas no mundo, denominada “Neofascismos do pós-guerra”. Para o autor, essa fase foi mais impactante em países que condenaram antigos aliados dos regimes fascistas a situações desprivilegiadas, como o caso da Alemanha e da Itália, com o fim violento do fascismo. Por

conta disso, Bayme classifica que era difícil estabelecer um balanço sobre o crescimento do neofascismo nesse período, já que ele não poderia se desenvolver livremente.

Embora o autor reforce a existência de nazistas ou fascistas nos países após o final da guerra, sobretudo no serviço público, os esforços para marginalizar a extrema direita obtiveram relativo grau de sucesso. O autor traça como diversos dispositivos legais e ações dos governos democráticos, instituídos após o fim do conflito, estabeleciam barreiras para o crescimento do extremismo de direita, particularmente o neofascismo e o neonazismo, com a derrota em 1945 (Beyme, 1998, p. 8).

Essa marginalização imposta às formas mais extremadas de expressões da direita também foi objeto de análise por Paul Hainsworth, em “*The Extreme Right in Western Europe*”, ao interpretar as causas do processo de marginalização da extrema direita neofascista desde 1945. Para Hainsworth, o fim da segunda guerra mundial é o marco divisório natural para análises sobre a extrema direita na Europa ocidental. Após 1945, a derrota do fascismo deu lugar à instalação da democracia liberal no continente, levando à implementação de estruturas políticas e sistemas eleitorais estáveis. Esse novo contexto do pós-guerra não acarretou o desaparecimento da extrema-direita, mas certamente a colocaram à margem do sistema político vigente (Hainsworth, 2008, p. 1).

Uma década depois, entretanto, as condições sociais e econômicas da Europa sofreram profundas transformações, o que levou o campo das direitas a repensar suas atuações, na segunda onda proposta por Beyme, denominada “Novas ondas de privação social”. Esse novo contexto foi responsável por efervescer novos atores, com novas práticas e roupagens, nas direitas. Nesse sentido, as privações sociais, analisa o autor, condicionaram o ressurgimento do extremismo de direita, que nesta etapa foi ligada ao tipo Poujadista (Beyme, 1988, p. 10).

Em diálogo a esta corrente, Mudde denomina esse mesmo período como a onda do “Populismo de Direita”. Em consonância com Beyme, o autor identifica como a insatisfação social no contexto pós-guerra mobilizou a formação de movimentos de massas que compartilhavam algumas características do fascismo histórico, como o antiparlamentarismo ou a centralidade do líder nos movimentos, embora não se valessem de um caráter explicitamente antidemocrático (Mudde, 2019, p. 23).

Por fim, no início da década de 80 do século XX, mais uma vez a transformação das estratégias criou um enquadramento para o campo, quando se iniciou a terceira onda proposta por Beyme, denominada “Desemprego e xenofobia”. O período marcou o encerramento de uma

onda de crescimento e incentivos a um estado de bem-estar social, por conta da profunda crise econômica que atingiu a Europa no final da década de 70.

É nessa onda que partidos de direita radical começam a retomar às arenas políticas, sobretudo na Europa, onde ampliam os sucessos eleitorais em diversos países, impulsionados pela insatisfação popular contra a crise de imigração e econômica. Não se trata, entretanto, apenas de uma transformação eleitoral. Como apresenta Michael Minkenberg, em *“The European Radical Right and Xenophobia in West and East: Trends, Patterns and Challenges”*, a terceira onda representa uma mudança profunda de estruturação e atuação da ultradireita. Os apontamentos do autor fazem um contraponto com a primeira e a segunda onda, as quais classifica como de cunho abertamente retrógrada, com referências a práticas, regimes ou ideais que se opunham à democracia liberal, como o racismo biológico ou o período ditatorial do Terceiro Reich na Alemanha. Já na terceira onda, Minkenberg analisa o processo de renovação da direita radical e – mais especificamente – sua política de segregação e xenofobia. Nesse sentido, as convulsões sociais derivadas dos acontecimentos de 1968 seriam um catalisador da transformação e modernização da direita radical, além das transformações específicas em cada país (Minkenberg, 2013, p. 17).

Essa mudança de paradigma também é central para Piero Ignazi, que propõe uma metodologia de análise e classificação que leva em consideração uma direita extremada antes de 1980 e uma posterior. Para o autor, a mudança do estado de espírito na cultura e na política dessa década favoreceu a ascensão de novos atores, e – por consequência – novas práticas, a esfera pública na Europa. A hipótese do autor é que, nos países ocidentais nos anos 1980, ocorreram profundas transformações políticas e culturais, também estimulados pela “nova política”, que se enraizaram juntamente com a difusão do pós-materialismo. Nesse sentido, Ignazi compreende que essas mudanças teriam sido parcialmente expressas através do neoconservadorismo, que também tinha sido incorporado – em certa medida – pelos partidos conservadores, mas que permaneceu, sobretudo, na clandestinidade até a ascensão dos partidos de extrema direita na década de 1990. Esse contexto de transformações foi classificado pelo autor como uma reunião de demandas e formas de interação política que deram origem a novas agendas e prioridades, mas que não se encontravam contempladas pelos partidos tradicionais. Essa omissão, por sua vez, levou a uma desilusão em relação aos partidos, em geral, com uma crescente desconfiança em relação ao próprio sistema político e suas instituições, refletido em um pessimismo sobre o futuro (Ignazi, 1992, p. 6).

Embora com propostas de abordagem distintas, a centralidade da década de 1980 é explícita para o estudo no campo da ultradireita. Como demonstrado, a convulsão social na Europa possibilitou a nova ascensão de uma direita mais extremada à arena política. É certo que algumas tradições acadêmicas ainda compreendem a extensão da terceira onda das direitas até a segunda década do século XXI. Entretanto, nesta pesquisa, utiliza-se as contribuições trazidas por Cas Mudde, ao delinear uma atualização da literatura, advogando pela existência de uma quarta onda da ultradireita, iniciada nos anos 2000. Mudde compreende que, com o início do século XXI, a ultradireita ingressou em uma nova fase, beneficiando-se, sobretudo, de três grandes crises do mundo moderno: os ataques terroristas, ocorridos em 11 de setembro de 2001 – bem como os atentados que se seguiram –, a recessão econômica de 2008 e a crise de refugiados em 2015. Para o autor, esses momentos de convulsão política e social afetaram todas as democracias ocidentais – de diferentes maneiras – mas abalaram o *status quo* político em contexto interno e internacional, levando à eclosão de diversos protestos contra islâmicos e de cunho populista (Mudde, 2019, p. 28).

Para Mudde, o que diferencia a ultradireita em sua quarta onda, nas primeiras décadas do século XXI, é a normalização que se sucedeu dos partidos dentro do espectro da ultradireita nas democracias. Se, entre 1980 a 2000, esses partidos conseguiram emergir, mas enfrentavam oposições dos partidos tradicionais, que ativamente trabalhavam por seu isolamento político a partir da noção de “cordão sanitário”, agora os grupos mais radicais estão, cada vez mais, se projetando ao centro da arena política de seus países, sobretudo nas democracias do mundo ocidental. Além disso, é preciso se considerar não apenas o próprio fortalecimento da direita radical, mas também a forma que sua normalização abre espaço para a implementação de suas bandeiras no espaço político, como nos partidos tradicionais de direita.

Nesse sentido, o autor ainda pontua sobre as principais características que parecem, em maior ou menor grau, estarem presentes no campo durante a quarta onda. Para Mudde, a ultradireita já possuía certo poder sobre a mídia durante a terceira onda, que servia de propagadora para seus discursos mais duros sobre a imigração e a permanência de imigrantes nos países, embora raramente propusesse linhas mais duras de atuação para coibir essas práticas. Essa intervenção, entretanto, parece ter se ampliado significativamente durante a quarta onda, maximizando – também – a presença desses ideais nas mídias, gerando maior propagação de seus ideais. Com isso, o autor pontua as principais características observadas em suas análises, que criam os contornos de atuação nesses sistemas:

Na esteira das três "crises" do início do século XXI, a política de direita radical se tornou em grande parte distanciada dos partidos de direita radical populista. Muitos partidos (de direita) avançam agora um **discurso nativista, autoritário e populista**, incluindo o eurocentrismo, a islamofobia e a oposição ao "do-goodism" e ao "politicamente correto". Desde o chanceler austríaco Sebastian Kurz até sua contraparte britânica Theresa May, os principais políticos não estão apenas prestando declarações às políticas populistas de direita radical, eles estão realmente introduzindo **políticas mais rígidas sobre imigração, integração e terrorismo** em si. (Mudde, 2019, p. 30, tradução e grifos nossos⁴.)

Esses modelos analíticos, que refletem sobre os conceitos e categorias da ultradireita, de forma historicamente situada, se fazem necessários a esta pesquisa, por dois motivos centrais. Em primeiro lugar, é através de uma minuciosa investigação que se torna possível estabelecer paralelos entre os contornos atuais do fenômeno e suas heranças de outros tempos. Essa perspectiva municia os investigadores da ultradireita com a possibilidade de compreender a atual ascensão desses grupos como resultado de um longo processo de transformação, onde se evidenciam continuidades e rupturas, e negam a falsa afirmação de que o surgimento dessas lideranças ocorreu por acaso. Em segundo lugar, retomar as contribuições de pesquisadores no tema expande o atual debate em torno dos conceitos apresentados ao longo desta investigação. Assim – se compreendendo o acúmulo de lentes analíticas para um fenômeno contínuo – é possível criar, cada vez mais, concepções e nomenclaturas que buscam abarcar as delimitações mais particulares de cada objeto.

Dessa forma, podemos compreender a ultradireita como um campo amplo, diverso e múltiplo, que abarca distintas expressões de uma direita que se distingue da atuação tradicional desse grupo, como também entende David Art, em *“Inside the Radical Right: The Development of Anti-Immigrant Parties in Western Europe”*. O autor classifica “ultradireita” como um termo “guarda-chuva”, ou seja, capaz de abarcar qualquer partido político, associação voluntária ou movimento fora do parlamento que se diferencie da direita tradicional, ou dominante. Mesmo neste exercício de definição, Art chama atenção para a problemática envolvendo o conceito, mas seu amplo uso cria uma forma possível de fazer referência a movimentos políticos situados em diferentes momentos no tempo e do espaço (Art, 2011, p. 10).

⁴ No original: *“In the wake of the three “crises” of the early twenty-first century, radical right politics has become largely detached from populist radical right parties. Many (right-wing) parties now advance a nationalist, authoritarian, and populist discourse, including Euroscepticism, Islamophobia, and opposition to “do-goodism” and “political correctness.” From Austria’s chancellor Sebastian Kurz to his British counterpart Theresa May, mainstream politicians are not just paying lip service to populist radical right policies, they are actually introducing stricter policies on immigration, integration, and terrorism themselves.”* (Mudde, 2019, p. 30)

Nesse sentido, é possível se valer dos apontamentos de Odilon Caldeira Neto, ao corroborar com a existência de subdivisões dentro desse grupo mais amplo, em consonância com as outras hipóteses interpretativas apresentadas, como forma de estabelecer práticas mais ou menos contornadas. Essa diferenciação tem por objetivo proporcionar lentes analíticas cada vez mais específicas, voltadas a atuações relativamente definidas, como o autor apresenta em “O neofascismo no Brasil: Entre escalas, abordagens e historicidade”. Nesse trabalho, Caldeira Neto, corroborando com uma corrente teórica mais ampla, entende como uma possibilidade definir a ultradireita como um processo ligado às crises democráticas, que se subdivide em duas categorias: a direita radical e a extrema direita. Apesar dessa possibilidade dual de classificação – marcada por conteúdos distintos –, o autor entende que essas correntes se estruturam para um mesmo fim, ou – pelo menos – compartilham uma mesma cosmovisão.

A essas duas categorias, Caldeira Neto também corrobora com a possibilidade de uma terceira, muitas vezes elencada a partidos políticos que buscam se afastar de classificações mais extremadas no espectro das direitas, como forma de fortalecer sua viabilidade eleitoral. É o que defende o autor em “*Neo-fascism in Brazil, from the local to the global?*”, ao apresentar que a fragmentação entre a atuação dos diversos grupos neofascistas não é uma consequência de seus próprios esforços. Pelo contrário, o autor analisa como o próprio ambiente político não permite, inclusive através da implementação de barreiras legais, o desenvolvimento de formas políticas que se voltem para as organizações neofascistas. Com isso, Caldeira Neto entende que a ultradireita, enquanto um campo político, tende a favorecer o populismo radical de direita, em detrimento das construções que busquem uma ligação direta com o neofascismo (Caldeira Neto, 2022, p. 583).

Nesse sentido, buscarei delimitar claramente o entendimento desta pesquisa com cada uma dessas três classificações secundárias, centrais no campo, bem como demonstrar as características particulares de cada chave analítica, entre direita radical, extrema direita e o populismo de direita radical.

2.1.2 Extrema Direita

Os conceitos de extrema direita e direita radical, muitas vezes, podem ser colocados de forma equivalente nos estudos do campo, analisados como fenômenos de um mesmo espectro político. Embora se reconheça essa vertente de interpretação dos objetos, também é possível

estabelecer diferenças conceituais entre os termos, criando lentes de interpretação mais precisas para as análises.

Em seu artigo “*Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept*”, Elisabeth Carter busca revisitar as produções bibliográficas sobre o tema, procurando fazer um levantamento dos termos citados nas publicações como forma de buscar estabelecer um conceito mínimo. Embora não crie uma distinção conceitual entre extremismo e radicalismo de direita, a autora propõe a definição mínima de extremismo/radicalismo de direita como “uma ideologia que engloba autoritarismo, antidemocracia e exclusão e/ou nacionalismo holístico. Além de estar confinada às características necessárias do conceito, esta definição estabelece um equilíbrio entre parcimônia e adequação denotacional.” (Carter, 2018, p. 19, tradução nossa⁵).

Essa definição, efetivamente, se aproxima das definições apresentadas nesta pesquisa para o conceito de Direita Radical. Podemos concordar com Carter ao compreender as duas classificações como partes de um mesmo fenômeno, próprias do campo das direitas. Mas, ao mesmo tempo, podemos voltar a Mudde para nos ancorar em seu conceito de diferenciação dos termos. Para o autor, a extrema direita assume uma oposição contra a própria essência da democracia e, com isso, também contra a soberania popular e o governo majoritário. A título exemplificativo de sistemas de extrema direita, tem-se o fascismo comandado pelos *Führer* alemão Adolf Hitler e o *Duce* italiano Benito Mussolini, que deram cabo à segunda guerra mundial. Na outra face da análise, a direita radical tende a aceitar a ideia essencial da democracia, mas se opõe aos elementos da democracia liberal que fundam os Estados modernos, como os direitos das minorias, o Estado de Direito e a separação entre os poderes. Nesse cenário, Mudde analisa que os dois subgrupos se opõem ao consenso criado no pós-guerra ao entorno do sistema democrático liberal, mas de formas substancialmente diferentes. Para o pesquisador, a extrema direita é revolucionária e não confia na concessão de poder ao povo, enquanto a direita radical se coloca como reformista e acredita no poder entregue ao povo (Mudde, 2019, p. 18).

Assim, a extrema direita, diferentemente da direita radical, demarca o seu objetivo de romper com o sistema democrático liberal, e não apenas alterá-lo. Embora políticos de Direita Radical possam requerer para si, ou seu grupo, mais poderes, em detrimento de instituições democráticas, esses objetivos seriam alcançados por alianças ou vitórias eleitorais, até mesmo

⁵ No original: “*an ideology that encompasses authoritarianism, anti-democracy and exclusionary and/or holistic nationalism. As well as being confined to the necessary features of the concept, this definition strikes a balance between parsimony and denotational adequacy.*” (Carter, 2018, p. 19)

em referendos ou plebiscitos, dentro das regras do sistema que estão inseridos. Já a extrema direita busca restaurar, ou implementar, a consequência tangível de suas mitologias políticas através de uma ruptura, um momento de inflexão que transforma os sistemas que estão inseridos.

Essas também são percepções de Klaus von Beyme, em seu artigo “*Right-Wing Extremism in Post-War Europe*”, ao demonstrar que uma direita extremada estaria ligada à ruptura da ordem institucional, inclusive pelo uso da força. Beyme analisa que as definições contemporâneas de extremismo de direita ainda tendem a se basear no critério tradicional de diferenciação entre conservadores (que tendem a manter o *status quo*) e os reacionários (encarnados pelos extremistas de direita, que visam restaurar o *status quo* anterior). Entretanto, o autor pondera que um segundo critério foi adicionado, de que a restauração pode, em caso de necessidade, ser alcançada a partir do uso da força. Esse critério é colocado como de maior aderência ao fascismo e ao neofascismo do que em comparação aos movimentos reacionários tradicionais (Beyme, 1988, p. 1).

Essa leitura de subdivisões dentro do espectro mais radical das direitas também foi utilizada por Roger Karapin, em “*Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe*”. O autor reforça, principalmente, a ligação da extrema direita com uma restauração de um passado autoritário. Para Karapin, a grande diversidade de partidos de extrema direita retoma as análises sobre suas ligações com o fascismo, e isso pode se beneficiar de uma distinção dicotomizada, a partir dos ideais dos partidos de extrema-direita da Europa ocidental na contemporaneidade. Primeiro, os partidos neofascistas se fundam em métodos e formas de organização fascistas. Em segundo, os partidos de direita radical demandam a centralização da autoridade, enquanto também aceitam a democracia representativa liberal, opõem-se à imigração e aos próprios imigrantes, no passo em que aceitam a existência de fronteiras nacionais, abraçando a economia de mercado muito mais que os partidos tradicionais. Nesse sentido, o autor analisa que é verdadeira a afirmação que muitas formas de ação dos partidos de direita radical, como suas críticas nacionalistas a minorias étnicas, os ataques populistas às classes políticas e a centralização do poder ao redor de uma autoridade forte, se aproximam aos apelos dos partidos fascistas (Karapin, 1988, p. 218).

No mesmo estudo, Karapin vai além de uma comparação essencialmente política, que busca separar os partidos de extrema direita dos de direita radical quanto à sua inclinação a uma ruptura democrática. Ele também lista diferenças importantes de estruturação acerca das medidas econômicas e sociais que também os distanciam. Ao dar enfoque aos partidos de direita

radical, ele estabelece uma importante comparação, apontando que o autoritarismo nessas organizações seria brando, visando modificações nos sistemas democráticos, pautadas pela centralização do poder ao redor de um líder forte, no lugar de efetivas mudanças constitucionais. Na mesma medida, entende que os partidos de direita radical se distanciam mais claramente dos partidos fascistas no campo econômico, sobretudo pela grande aderência a correntes neoliberais, que visam enfraquecer o Estado social em detrimento da liberdade econômica individual. Por fim, também aponta que os partidos de direita radical se organizam como “partidos-quadro”, ou seja, contam com uma figura centralizadora do líder e quase nenhuma participação efetiva dos membros, que ficam restritos às campanhas eleitorais. Mesmo com esses pontos de divergência, Kaparin entende que existem pautas comuns, como a questão da imigração, o que faz com que partidos de direita radical e partidos de extrema-direita se confundam, sobretudo por conta dos grupos que existem sob uma fronteira das duas classificações. (Karapın, 1988, p. 218)

Entretanto, é preciso pontuar que a análise da extrema direita como uma subdivisão dentro de um campo mais amplo, a ultradireita, que – por sua vez – é uma teoria interpretativa das transformações das direitas mais extremadas no tempo, não se coloca como um imperativo pacificado. Outras formas de compreender o fenômeno foram apresentadas e estruturadas por diversos pesquisadores, criando lentes de análise múltiplas e diversas, que podem lançar diferentes interpretações aos fenômenos circunstanciados pelos objetos.

Um exemplo é a centralidade do fascismo na compreensão do *modus operandi* das direitas, mesmo após 1945, que defende Enzo Travesso na sua teoria do pós-fascismo. Em “Do Fascismo ao Pós-Fascismo”, o pesquisador pontua como compreende haver uma clara distinção entre os fenômenos mais contemporâneos das direitas e seu antecessor histórico, o fascismo clássico. Mesmo assim, advoga pela continuidade – mesmo que circunstanciada – de elementos, que criam desdobramentos em um mesmo fenômeno. É nesse contexto que o autor julga que o termo fascismo pode ser inapropriado para ser utilizado como um termo de classificação para as novas práticas da extrema direita. A partir dessa premissa, Travesso classifica o momento atual como um tempo do “pós-fascismo”, ou seja, demarca que existem características específicas, mas que estão localizadas em uma sequência temporal, em alusão ao momento histórico anterior. Assim, compreende que o termo tanto abarca o sentido de continuidade que existe nas novas expressões da extrema direita, como também taxa suas transformações, enfatizando a realidade da mudança (Travesso, 2019, p.13).

No mesmo artigo, o autor apresenta a sua definição para o que salienta como o pós-fascismo, fruto de uma transformação do fascismo histórico, mas dotado de novas roupagens. Para Travesso (2019, p. 15), o pós-fascismo tem sua origem em um passado fascista clássico, mas que apresenta substanciais mudanças em suas formas. Diferentemente do neofascismo, muitos desses movimentos não criam um apelo para sua origem fascista. Com isso, o pós-fascismo não se estrutura a partir de uma perpetuação ideológica do fascismo clássico, mas as análises que visam definir o termo não podem ignorar a perspectiva histórica que os liga ao fascismo clássico, bem como também devem se atentar para suas transformações. Nesse sentido, o autor entende que o “pós-fascismo” demarca uma época historicamente situada, o início do século XXI, e que ainda necessitará da cunhagem de uma nova definição quando apresentar características políticas e ideológicas estáveis. Mas, enquanto ligado ao regime histórico particular, se centra em um conteúdo ideológico disperso, muitas vezes contraditório, altamente mutável, e que reúne – inclusive – ideologias políticas antinômicas.

Outra chave interpretativa sobre esse mesmo fenômeno foi estruturada por Steven Forti, e vai de encontro à proposição de Travesso em compreender uma dada continuidade no fenômeno do fascismo, mesmo reconhecendo suas transformações e rupturas. Para Forti (2021, p. 76), este é um fenômeno essencialmente novo, ainda que apresente algumas continuidades históricas com outros períodos ou atuações antecessoras da ultradireita. Nesse sentido, o autor fundamenta o conceito de *extrema derecha 2.0*, valendo-se de argumentos para sustentar sua proposição: embora compartilhe de algumas características que já eram encontradas no fascismo do entre guerras, o novo fenômeno não pode ser caracterizado como fascismo ou neofascismo; mesmo se valendo de práticas populistas, tanto no discurso quanto em sua atuação política, não pode ser classificado como populismo, ou suas variações, sobretudo pela permeabilidade do termo em vários aspectos; apesar de, ativamente, os grupos não se definirem como de extrema direita, inclusive pregando o fim das ideologias, todos os partidos estão no espectro político da extrema direita; compartilham, como característica, o uso das novas tecnologias, que é essencialmente importante para suas estruturas; por fim, a cunhagem de macrocategorias é útil para se compreender processos históricos, e até mesmo necessário para o caso em questão, sobretudo pela necessidade de se incluir diversos partidos, que possuem conteúdos políticos e programáticos distintos, além de diferentes formas de organização e posições de decisão política quando, eventualmente, chegam ao poder ou entram nas instituições.

Assim, como demonstrado, diversas interpretações teóricas apresentam pontos de convergência ou afastamentos entre si e podem ser caras para diferentes análises e formas de ler os múltiplos atores que constituem a ultradireita. Nesta pesquisa, pautada, principalmente, por um cuidadoso exercício de delimitação temática, irei valer-me substancialmente de uma tradição acadêmica que privilegia as classificações compiladas por Mudde. Essa escolha se dá pela necessidade metodológica de fixar uma mesma lente analítica para os objetos que serão comparados neste estudo.

2.1.3 Direita Radical

O termo “Direita Radical” alcançou espaço nas pesquisas que visam compreender a atuação de grupos, líderes e partidos políticos dentro de sistemas democráticos nas décadas finais do século XX. Em seu artigo “*Extreme right-wing parties in Europe*”, publicado em 1992, Piero Ignazi e Colette Ysmal já demonstravam que parte dos partidos, ainda classificados como de Extrema Direita, vinham alterando suas agendas e, principalmente, sua ligação com um fascismo histórico, como forma de ampliar o sucesso eleitoral, amparados em contextos políticos, sociais e econômicos que criavam solo fértil para sua sustentação. Para Ignazi e Ysmal (1992, p.1), o sucesso eleitoral dos partidos de extrema direita está inversamente relacionado com a sua associação ao fascismo. Eles observam que partidos com ligações mais fortes com o fascismo não conseguem expandir sua base, enquanto aqueles que não reivindicam essa herança demonstram um crescimento positivo. Essa emergência de análise é atribuída a quatro mudanças cruciais na sociedade ocidental: o impacto do neoconservadorismo; o aumento da polarização e radicalização; a crise de legitimidade dos sistemas políticos e partidários; o surgimento de novas questões, como imigração ou lei e ordem, que não encontram propostas de resolução nos partidos tradicionais. Os autores sugerem que – caso essas mudanças sociais e políticas sejam duradouras – o espectro político da direita poderá se transformar permanentemente no futuro.

Em “*The far right today*”, Mudde busca sistematizar essa mudança de comportamentos dos partidos políticos, como previsto por Ignazi e Ysmal, na tentativa de ampliarem sua viabilidade eleitoral. Na visão do autor, os campos mais extremados da direita, após o fim dos sistemas autoritários em 1945 na Europa, passaram por várias ondas. Essas ondas, descritas por Cas Mudde, compreendem uma classificação temporal, em uma tentativa de classificar a atuação desses grupos nesse período.

A partir disso, a direita radical está presente, como forma de operação de parte dos grupos, sobretudo dentro da política institucional, desde 1980. Nesse período, Mudde analisa que ocorreu a primeira grande disseminação da direita radical na Europa ocidental, mas que só ganhou forças substanciais na década de 90. Diversos problemas de cunho social, como o desemprego e a imigração, permitiram que os partidos de direita radical ingressassem nos parlamentos nacionais, mesmo que de forma lenta (Mudde, 2019, p. 25).

De forma geral, o autor define que esses partidos, à medida que iam ganhando espaço, compartilham uma base ideológica minimamente comum, embora com diferenças regionais: “quase todos os partidos relevantes de extrema-direita combinavam nativismo, autoritarismo e populismo. Eles atacavam os imigrantes e/ou minorias indígenas, bem como as elites europeias e nacionais, enquanto se apresentavam como a voz do povo que dizia o que o povo pensava.” (Mudde, 2019, p. 26, tradução nossa⁶).

Mudde entende que, a partir dos anos 2000, esses partidos entraram em uma nova onda das direitas no mundo. Na quarta onda, os grupos da direita radical ampliaram o número de políticos eleitos, tornando-se forças partidárias de relevância em seus sistemas políticos. A diferença é que, se nas últimas décadas do século XX esses grupos fossem ativamente excluídos das composições de coalizões governamentais, agora eles são escolhas possíveis, se não frequentes, para alianças com partidos tradicionais. Para Mudde (2019, p. 28), essa é a principal diferenciação entre a terceira onda para a quarta onda, a integração da ultradireita. Enquanto a política de ultradireita costumava ser marginalizada pelos principais partidos e políticos após 1980, essa situação mudou. Em muitos países, partidos e políticos populistas de direita radical são considerados aceitáveis para coalizões pelos principais partidos de direita tradicional, e até mesmo de esquerda. Além disso, os ideais populistas de direita radical, e até mesmo alguns extremistas, são discutidos abertamente nos círculos políticos dominante, e políticas populistas de direita radical são adotadas – embora de forma mais moderada – pelos partidos *mainstream*.

É nesse cenário que se insere a perspectiva de compreensão do termo de “Direita Radical” nesta pesquisa. Mesmo que o cerne das agendas desses grupos ainda pareça inalterada, com pautas xenófobas e autoritárias, inclusive contra os princípios das democracias liberais em que estão inseridos, esses partidos se distanciaram de uma posição exclusivamente totalitária. Dessa forma, embora possam apoiar decisões que privilegiem a concentração de poder,

⁶ No original: “*almost all relevant far-right parties combined nativism, authoritarianism, and populism. They railed against immigrants and/or indigenous minorities as well as European and national elites, while presenting themselves as the voice of the people who said what the people think.*” (Mudde, 2019, p. 26)

sobretudo nos locais em que são a corrente política dominante, esses grupos ainda parecem respeitar as regras básicas dos sistemas democráticos representativos.

Em outras palavras, a Direita Radical pode efetivamente atacar o sistema que a elegeu, mas não vislumbra uma ruptura institucional como forma de alcançar o poder, embora essa possa ser uma estratégia quando alcançá-lo. Assim, o que a difere de uma Extrema Direita é a participação, dentro das regras dos sistemas, nas eleições populares.

Essa ação, claro, leva esses partidos a terem que suprir uma demanda eleitoral, como forma de se adequarem ao eleitorado do local em que serão eleitos. Essas mudanças serão objetos de análise nesta pesquisa, como forma de compreender como a vocação eleitoral das Direitas Radicais molda a agenda desses grupos, que buscam, cada vez mais, uma ligação com o “povo” que visam representar.

2.1.4 Populismo de Direita Radical

O populismo de direita radical constitui uma chave de análise de múltiplas interpretações, a depender dos objetos em análise e dos indicadores que são estabelecidos em uma investigação. Embora bem próximo de um entendimento de direita radical, o termo “Partido Populista de Direita Radical” nutre, via de regra, algumas especificidades.

Enquanto é possível lançarmos mão de pesquisas de grupos da Ultradireita que não estejam, necessariamente, ligados a política institucional, os Partidos Populistas de Direita Radical nutrem uma vocação eleitoral, embora possam divergir nas estratégias de viabilidade para eleições. Com isso, a relação direta com o público pode sofrer uma alteração quando analisada comparativamente com grupos exclusivamente de Direita Radical.

A primeira questão analítica posta refere-se ao uso do termo “populismo”. De certo, essa pesquisa não nutre a pretensão de solucionar um longo debate acadêmico, envolvendo as definições e contornos de fenômenos populistas, no espaço e no tempo. Pode-se concordar com Ludovico Incisa, que demonstra a multiplicidade interpretativa e a necessidade de estudo das várias formas de operação do fenômeno (Incisa, 1998, p. 981), conforme descrito no verbete de sua autoria sobre o tema, no dicionário de política, editado por Norberto Bobbio. Assim como o autor, podemos nos ancorar em uma apresentação mínima, de forma a alcançar os fins de definição desta pesquisa, afirmando que o populismo pode ser definido como aquelas fórmulas políticas que se inspiram, sobretudo, é o povo – que também se configura como um termo constante. Assim, Incisa (1998, p. 980) define o populismo como uma ideologia que considera

o povo como uma massa social homogênea, detentora de valores positivos de forma específica e permanente.

Assim, o termo “Partido Populista de Direita Radical” incide, na própria análise das Direitas Radicais, em uma ligação com o povo – ou, pelo menos, uma construção ideária não necessariamente atrelada à realidade – como forma de estabelecer um discurso mítico, objetivando a incitação à viabilidade eleitoral.

Essa ligação essencial com o povo e a movimentação de mitologias políticas para sustentar essa impressão também são características definidoras dos preceitos de uma direita populista, conforme definido por Roger Eatwell e Matthew Goodwin. Os autores apontam como os nacionais populistas colocam foco na cultura e nos interesses da nação, comprometendo-se a dar voz às pessoas que se sentem marginalizadas, ou até mesmo menosprezadas pelas elites, vistas como distantes e corruptas. Eatwell e Goodwin (2018, p. 10) apontam que o populismo pode ser classificado como uma ideologia sustentada por tendências duradouras e produtos que sempre estiveram margeando as democracias, mas que ganharam espaços há muito tempo nesses sistemas.

Em “*Populist Radical Right Parties in Europe*”, Cas Mudde busca aprofundar a visão acerca das interpretações em torno dos Partidos Populistas de Direita Radical. Essencialmente, o autor corrobora com os problemas de definições em pesquisas acadêmicas, principalmente em investigações que se valem de várias terminologias para um mesmo objeto, tornando a identificação do campo imprecisa. Ao tomar frente para compreender uma Direita Radical Populista, Mudde demonstra como, juntamente com os elementos do campo das direitas radicais, nutre uma ligação com o ideal de reprodução da vontade popular. Nesse sentido, o autor entende que o populismo é a terceira característica central da ultradireita e define o termo como uma característica ideológica, e não somente um estilo político. Mudde entende que o populismo é considerado uma ideologia que polariza a sociedade em duas classes, cada um uniforme, mas antagônicos entre si: “o povo puro” contra “a elite corrupta”. Por fim, afirma que o populismo também se liga à ideia de que a política deve ser uma reprodução da *volonté générale* (vontade geral) emanada pelo povo (Mudde, 2007, p. 23).

Na mesma obra, Mudde lança mão de uma análise profunda sobre o uso da terminologia “populismo” no campo das Direitas Radicais, sobretudo pela existência de grupos elitistas dentro do espectro, o que considera a antítese do populismo. Rotular, então, a direita radical como nativamente populista seria um equívoco, dada a multiplicidade de grupos desse espectro. É nesse contexto que defende a adoção de um populismo na direita radical, e não essencialmente

ligada a ela. Com isso, o autor argumenta que, caso o populismo fosse incluído em um nível inferior da escala de análise, entre o nativismo e a direita radical, isso significaria que a própria direita radical, bem como todos os tipos acima dela, não poderiam ser essencialmente elitistas, já que considera que o elitismo é a antítese do populismo. Entretanto, ele reconhece que essa concepção colocaria em xeque várias pesquisas que destacam a importância do elitismo em muitas ideologias nativistas, onde se refere ao fascismo ou ao nacional-socialismo. Por conta deste balanço, Mudde (2007, p. 24), advoga que – para a estrutura dos conceitos – o populismo se liga mais adequadamente ao termo direita radical, mas representa a criação de um subgrupo distinto, ou seja, uma versão populista da direita radical.

A partir disso, as classificações de populismo dentro da atuação das direitas radicais refletem os próprios paradigmas do fenômeno, como a heterogeneidade de atuação, pautas e programas. Essa multiplicidade foi discutida pela pesquisadora Ruth Wodak, em *“The politics of fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean”*. Na obra, Wodak lembra que os partidos populistas de direita radical podem mesclar imaginários políticos distintos, bem como elaborar discursos míticos com elementos do fenômeno presente em maior ou menor grau, como a evocação de um passado nazista ou fascista, o combate à ameaça Islâmica, o ataque de suas identidades nacionais por minorias étnicas, ou o apoio a uma tradição fundamentalista cristã, conservadora e reacionária (Wodak, 2015, p. 23). Mesmo nesse cenário diverso, ela aponta para uma definição mínima do termo, concentrada em duas grandes concepções: primeiro, que todos os partidos populistas de direita pautam seu discurso a partir do ataque a algum grupo minoritário, seja étnico, linguístico, político ou religioso. Na sua construção política, esses grupos são taxados como alvos da maioria, e são culpados pela maioria dos problemas vivenciados por aquela sociedade. Esse discurso leva a uma rotulação do grupo minoritário como perigoso, traduzido como uma ameaça “para nós” ou até “para nossa nação”. Wodak classifica esse fenômeno como a incorporação da “política do medo”. Um segundo ponto, em busca da definição mínima proposta pela autora, considera-se que todos os partidos populistas de direita possuem um apelo ao senso comum e ao anti-intelectualismo. Nesse sentido, baseiam-se em reconhecer a “arrogância da ignorância”, denotando a retomada às formas de pensamento pré-modernistas ou pré-iluministas. (Wodak, 2015, p. 23)

O contexto pode ser pressionado ainda mais pela inibição de mecanismos legais de controle na atuação de um Estado onde a direita radical populista tenha ocupado posição central na arena política. Essa correlação foi apontada em *“Radical Right Populism and the Politics of Cruelty: The Case of COVID-19 in Brazil Under President Bolsonaro”*, através das pesquisas

desenvolvidas por Deborah Barros Leal Farias, Guilherme Casarões e David Magalhães. Para os autores, a condição primária do populismo funda uma segregação artificial na população, condicionada pela fabulação fundada na figura do “povo”. Essa perspectiva pode se mostrar um solo fértil tanto para a flexibilização de garantias e direitos individuais, sobretudo dos sujeitos excluídos da formação imagina, como para a instrumentalização de práticas crueis que caminhem nesse sentido. Os autores destacam como a polarização nas sociedades, promovida pelo populismo, cria um senso de desumanização do “outro”. Nesse sentido, as mazelas sofridas por aqueles que são considerados como inimigos do grupo não devem receber a mesma prioridade para ser resolvida, justamente pela impossibilidade em reconhecer como legítima uma situação de vulnerabilidade ou sofrimento. Farias, Casarões e Magalhães dissertam como as democracias recorrentemente estabelecem limites legais de proteção aos grupos sociais, como forma de também impor barreiras para até onde um líder populista conseguirá promover omissões quanto ao tratamento dos “outros”, visando estabelecer um limiar de até onde se existe uma falta ética ou moral, e onde se inicia uma questão legal, até mesmo criminosa. Mas é a partir desse cenário que os autores afirmam que o populismo propicia uma visão de mundo binária, que favorece a manifestação de crueldade com o “outro”.

Esse panorama de pesquisa atende aos requisitos de buscar definir o entendimento da pesquisa sobre o termo de conceituação de “Partido Populista de Direita Radical”, evidenciando os principais pontos de distância com uma classificação mais generalista de Direita Radical. Como vimos, esses partidos fazem parte do mesmo espectro político, mas possuem formas particulares de movimentação da arena pública e política, sobre as quais constroem os sucessos eleitorais acumulados nos sistemas democráticos do século XXI.

Com isso, os autores demonstram como essa atuação está profundamente ligada a algumas mitologias políticas, que foram estudadas por Girardet (1987), como a criação de um inimigo comum, a fundamentação heterogênea do sentido de povo, ou a busca pela retomada de uma idade de ouro.

2.2 CARACTERÍSTICAS DA ULTRADIREITA

Com base nas classificações apresentadas, pode-se lançar mão de questionamentos sobre a atuação cotidiana desses grupos em sistemas democráticos e as relações estabelecidas com partidos e correntes políticas tradicionais, como forma de se alçarem ao centro das arenas políticas de suas comunidades. Para isso, a pesquisa buscará demonstrar os principais traços

ideológicos⁷ típicos desses grupos, elencando as principais pautas e agendas que são reflexos dessa postura, bem como essas ações influenciam na viabilidade eleitoral dessa corrente nos pleitos. Dessa forma, serão definidas as bandeiras mais comuns da ultradireita dentro de uma política institucional: Nativismo, Autoritarismo e Populismo (Mudde, 2007).

A partir desse panorama, a pesquisa buscará compreender como essas pautas, operacionalizadas por políticos dos campos mais extremados das direitas, impactam no sistema democrático liberal como um todo. Assim, buscaremos analisar como a Direita Radical, ou os Partidos Populistas de Direita Radical, conseguem influenciar em agendas mais amplas, inclusive com apoio de partidos ou correntes políticas mais tradicionais.

Por fim, buscaremos estabelecer uma relação analítica entre a ascensão desses grupos dentro das arenas políticas com a crise dos sistemas democráticos liberais nas décadas iniciais do século XXI. A partir disso, buscaremos compreender como a profusão acadêmica lê esse fenômeno e, sobretudo, qual o papel das direitas nessa transformação, se atrelada à causa desses abalos, ou ligadas aos seus efeitos e consequências.

2.2.1 Nativismo

O Nativismo é posto como uma ideologia central de constituição para a ultradireita. Em Mudde, o termo pode ser definido como um resultante na criação de um discurso que se vale da xenofobia e do nacionalismo. Para o autor, o nativismo se fundamenta no ideal de uma sociedade habitada apenas pelo próprio grupo nativo, que constitui “a nação”, um Estado Nação homogêneo. Nessa construção, são rotulados como “a grande ameaça” os elementos não nativos, entendidos tanto como pessoas, quanto como ideais. Mudde aponta que, no nativismo, as características para definir a natividade, ou a sua ausência, podem ser múltiplas, como de cunho étnico, racial ou religioso, mas sempre atrelado a um componente cultural (Mudde, 2007, p. 19).

⁷ O conceito de “ideologia” pode ser considerado excessivamente difuso para firmar uma posição clara sobre seus limites de análise. O escopo desta pesquisa não pretende trazer uma centralidade para as noções possíveis de compreensão do termo. Nesta seção, apresentaremos a tríade interpretativa proposta por Mudde (2007), como forma de estabelecer uma metodologia de análise para os objetivos em exame. Com isso, a investigação se aproxima da concepção de “ideologias” à luz da história política renovada, com foco específico em uma história das ideias políticas, entendida por Michel Winock como uma possibilidade de compreender, de maneira mais eficaz, os sistemas de representação de uma sociedade (Winock, 1988).

É certo que, apesar de uma proposição teórica em que o racismo apareça em segundo plano, ou – pelo menos – aliados a características culturais, a discriminação racial ou xenofóbica fez parte da construção ideológica do fascismo clássico, inclusive ocupando um papel central. Não é possível lançar mão de análises sobre o nazismo sem considerar o impacto da política racista contra judeus, romanis, ou outros modos de manifestação vistos como inferiores à “raça ariana”, defendida por Hitler.

Esses apontamentos tornam-se necessários a fim de estabelecer um conceito de segregação definido, que vá além de simples oposição entre “a nação” e “os outros”. Esse é uma tese corroborada por George Newth em seu artigo “*Rethinking ‘nativism’: beyond the ideational approach*”, no qual busca estabelecer um conceito de nativismo baseado em três apontamentos centrais: de início, denota a centralidade da tipificação do imigrante como um inimigo à nação, com o grupo nacional necessitando defender sua cultura. Em segundo lugar, elenca o processo racista, e também racializado, de alterização daqueles percebidos como excluídos da nação, não necessariamente imigrantes, mas também outras minorias étnicas e culturais que habitam o território. E, por fim, apresenta como o projeto de “assimilação”, muitas vezes defendido como um dos objetivos fim das ideologias nativistas, encontra sérias barreiras nos grupos marginalizados. Para o autor, existem características raciais ou culturais inerentes a indivíduos que não permitem sua assimilação a uma cultura dominante, mesmo que mude seus hábitos, como a cor da sua pele. Assim, para Newth, a leitura de que discursos nativistas possam ser expressões mais brandas do racismo não encontra solo fértil e pode ser encarada apenas como uma mudança estratégica de discurso, mas não de posição ou agenda.

A partir disso, é possível reconhecer a definição de nativismo apresentada pelo autor, que o define como um discurso racista e xenófobo, que se constitui ao redor de uma concepção segregante de “nação”, onde o “nativo” é – através do próprio discurso – colocado como um “grupo interno”. Esse grupo se coloca como continuamente desfavorecido e ameaçado pelo “não nativo” ou o “estrangeiro”, através de uma justaposição antagônica e horizontal. (Newth, 2021, p. 172)

Fato é que, as mudanças nos sistemas jurídicos ao redor do mundo criaram barreiras legais contra um discurso racista, na maior parte dos países ocidentais. Apesar do legítimo debate sobre se a ideologia nativista representa uma mudança efetiva da presença central do racismo no nacionalismo da ultradireita, ou se constitui apenas como uma transformação de discurso, mas sem mudança de conteúdo, é preciso reconhecer que novas agendas e demandas ganharam espaço.

Uma das transformações em uma concepção do nativismo, por exemplo, nasce dentro da *nouvelle droite*, um movimento intelectual que conta com a proeminência de Alain de Benoist e tem suas origens ligada ao Grupo de Pesquisa e Estudos pela Civilização Europeia (GRECE). Uma das bases do movimento é uma possível expansão até a hegemonia cultural, que precisaria ser alcançada pela mudança substancial nas agendas políticas. A partir dessa proposição, aventam o conceito de “etnopluralismo” como estratégia para seus fins, preconizando que as diversas expressões étnicas possuem legitimidade e igualdade, mas precisam estar alocadas em territórios distintos e demarcados para que seus indivíduos possam prosperar. Assim, defendem que um dado espaço precisa manter sua própria cultura, e as sociedades possuem o direito a manter suas tradições, opondo-se a toda forma de multiculturalismo.

Esse paradigma apresenta uma transformação no discurso da ultradireita, que ganha fôlego em sua perspectiva nacionalista na década de 80 do século XX. Não se tem mais – abertamente – discursos que preguem superioridade biológica de alguma “raça” sobre outras, muito embora isso ainda possa ser constatado em alguns grupos de extrema direita. Agora, essa diferenciação biológica perdeu espaço para uma proposição ética e cultural, muito embora isso também leve a uma escolha de raças efetivamente permitidas a constituir a nação.

É esse discurso que impulsiona grande parte das políticas anti-imigração, sobretudo nas agendas da ultradireita europeia, que retrata o islamismo como um possível ator de ameaça para o Estado-nação, embora outras minorias também possam ser alvo desse discurso em diferentes posições globais. Entretanto, como se viu, a mudança de paradigma entre um racismo biológico para uma discriminação cultural pode ser atribuída a uma série de agendas da ultradireita, tanto do ponto de vista eleitoral – buscando estabelecer posições que reforçassem sua viabilidade eleitoral – como por questões legais, dada à criminalização de condutas racistas.

Esse misto de xenofobia e nacionalismo, que funda a ideologia nativista abordada neste estudo, certamente pode criar uma forma ampliada de atuações e proposições concretas, que podem estar ligadas, em maior ou menor grau, ao racismo, mas que certamente preconizam algum tipo de segregação na constituição da nação. Nesse sentido, podemos nos valer da definição apresentada por Paul Hainsworth na introdução de sua coletânea de estudos “*The Extreme Right in Europe and the USA*”, onde apresenta um ponto central do discurso da extrema direita: sua explícita ligação com a questão da identidade, ou de forma mais específica, a identidade nacional baseada em pontos em comum, como o idioma, a religião, a cultura e a história. Dessa forma, Hainsworth entende que nação, identidade nacional e etnocentrismo são

elementos preponderantes dentre os valores da extrema direita. O discurso da extrema direita, portanto, baseia-se na concepção de uma nação suprema, heroica, pura e imaculada, mas que está em risco de ser atacada por forças externas, como a imigração proveniente de países marginalizados ou o comunismo. Em alguns casos, esse nacionalismo de extrema direita está ligado a uma herança do passado colonial, constantemente fazendo referências a épocas que simbolizam a grandeza nacional, ou pelo menos alguma “era de ouro” idealizada. Nesse contexto, os imigrantes somente são aceitáveis se passíveis de assimilação, ou – caso contrário – tratados como responsáveis por esvaecer a cultura nacional (Hainsworth, 1992, p. 9 – 10).

Essa perspectiva se aproxima da definição utilizada nesta pesquisa, que conceitua o nativismo como uma manifestação de um nacionalismo virulento, que busca estabelecer uma agenda de segregação cultural como forma de fundamentar a construção de um povo uniforme. Como vimos, essas agendas podem estar relacionadas, em maiores ou menores alcances, com discriminações étnicas, raciais ou religiosas, mas o elemento cultural para a formação da identidade nacional parece conquistar grande espaço na ultradireita.

De fato, grupos ainda mais extremados no espectro das direitas podem adotar como agenda um nativismo que remonte à expressão histórica do fascismo clássico. No entanto, grande parte dos grupos menos extremados, mais próximos das direitas radicais ou dos partidos populistas de direita radical, podem estabelecer agendas que sejam, aparentemente, não baseadas exclusivamente em fatores éticos. Essas novas atuações dizem-se tolerantes a imigrantes ou estrangeiros, desde que eles possam ser assimilados à cultura da nação, como forma de perpetuar a base sob a qual constroem uma visão segmentada de povo.

Entretanto, como demonstrou Newth, essa possibilidade de assimilação pode ser, por si, excludente ao não permitir acesso a grupos que, dada suas características fisionômicas ou traços culturais visualmente identificáveis, ficam marginalizados, inclusive de um eventual processo de terem suas culturas suplantadas. Essa interpretação pode levar à conclusão que, apesar de ser posto pela ultradireita como uma nova tese, o nativismo ainda pode reproduzir graves segregações e representar muito mais uma alteração de discurso público do que medidas efetivas de inclusão racial.

Da mesma forma, como Mudde e Hainsworth pautam, a cultura tem caráter central nas novas agendas nativistas, como elemento central para a fundamentação da identidade nacional. O “combate” que setores da ultradireita se propõem a realizar são, portanto, formas de impedir que a própria cultura imaginada para o povo seja contaminada, seja pela presença estrangeira, ou por ideologias políticas e sociais consideradas desviantes pelos grupos, como o comunismo.

Assim, até mesmo um grupo interno, dentro do próprio Estado legalmente constituído, poderia ser considerado uma ameaça aos métodos de homogeneização cultural pretendidos, por escolhas políticas ou formas de encarar a própria sociedade.

2.2.2 Autoritarismo

O autoritarismo é considerado por Mudde como uma ideologia central para a compreensão e classificação da ultradireita. Em *“The far right today”*, o autor define sua concepção sobre o termo, empregado em suas análises, e o vincula às contribuições da psicologia social. Nesse sentido, o autor considera que autoritarismo se refere à convicção em um estrito ordenamento da sociedade, onde as transgressões à autoridade precisam ser rigorosamente punidas. Para Mudde, os autoritários traduzem quase todos os problemas sociais, como dependência química ou desvios sexuais, como temas unicamente de lei e ordem, e que só serão reprimidas por meio de ações de cunho punitivistas, bem como pelos oferecimentos de uma educação ligada à moralidade e ao tradicionalismo nas escolas (Mudde, 2021, p. 35).

A partir disso, a ideologia do autoritarismo ganha alguns recortes mais delimitados na pesquisa. Embora, em um primeiro momento, Mudde não compreenda a centralidade da posição do líder para a ultradireita, bem como sua posição contra a democracia, outros autores lançam mão de compreender esses papéis como fundamentais. Em *“Três décadas da nova direita radical na Europa Ocidental”*, João Gabriel Vieira Bordin aponta como a personificação do líder desempenha um papel primordial na direita radical, atrelando a seu sucesso eleitoral o papel desempenhado por essas figuras, apresentando dois argumentos para suas colocações: Primeiro, como esses partidos se constituem a partir de uma propensão ao fascismo, além de disputas internas, um líder forte e carismático se torna essencial, com objetivo de garantir os grupos internos contidos, e a coesão do partido como um todo. Essa escolha de organização torna possível que as deliberações feitas pelo alto escalão consigam se aderir às camadas mais baixas, graças às regras internas que os militantes cumprem. Isso resulta em uma disciplina interna e a coesão externa, atendendo à demanda dos eleitores de transmitir a imagem de um ator político com credibilidade. Segundo, Bordin elenca que a liderança centralizadora e forte é necessária pelo fato dos partidos de direita radical serem, em algum sentido, oportunistas, se valendo de nichos políticos que não foram aproveitados pelos partidos dominantes, ou até mesmo realizando alterações e flutuações em seus discursos políticos, de acordo com as mudanças na opinião pública e na agenda política do país. Com isso, uma liderança com essas

características é capaz de realizar as mudanças de programas e estratégias políticas para atingir estes fins (Bordin, 2016, p. 185).

Uma outra leitura sobre o impacto e as formas de atuação foi elaborada por Sarah Harrison e Michael Bruter em “*Mapping Extreme Right Ideology*”. Neste trabalho, os autores buscam lançar mão de uma estruturação que sustenta a hipótese de análise baseada em duas concepções, fundamentada em duas dimensões ideológicas estruturantes: autoritarismo e identidade negativa. Para os autores, a dimensão do autoritarismo é apoiada em uma forma social reacionária, e uma concepção institucional repressiva. Já a dimensão da identidade negativa também se divide em duas concepções, as culturais de cunho xenófobas e as cívicas de caráter populistas. Essas duas dimensões criam os quatro subtipos de partidos dentro dos partidos de extrema direita (Harrison; Bruter, 2011, p. 22).

A partir dessa perspectiva de pesquisa, reforçada pelos autores, podemos também compreender a leitura que fazem do fenômeno, sobretudo na análise de uma concepção institucional da dimensão do autoritarismo, classificado como repressivo. Esse fato pode ser caro a esta investigação, pois busca compreender como se estruturam as agendas e pautas da ultradireita em uma possível ascensão ao poder em governos de diferentes tipos de Estados. Harrison e Bruter (2011, p. 38) analisam como a concepção repressiva da dimensão do autoritarismo se centra em proposições com objetivos de concretizar o controle social, representado pela obediência total à autoridade do Estado ou da organização. Esse fato, recorrentemente, leva à perpetuação e a execução do controle, valendo-se de medidas opressivas. Na visão dos autores, embora a maioria dos partidos de extrema direita da atualidade explicitam suas propostas e agendas políticas com inclinações de respeito democrático e *fair play* institucional, o conteúdo por trás de várias de suas propostas costuma ser, mesmo que de maneira sutil, antidemocrático.

Como também aponta Mudde, as autoras demonstram como a ideologia autoritária da ultradireita pode se refletir em três características centrais. Em um primeiro lugar, a ideologia autoritária fica responsável por criar um ordenamento social essencialmente inflexível, em que grupos de poder ficam bem delimitados e imunes a críticas pelos outros estratos da sociedade. Inclusive, nessa perspectiva, se portar de forma contrária à ordem estabelecida se torna uma transgressão grave, que atenta contra o próprio povo, que os líderes dizem representar e proteger. Nesse sentido, uma política baseada na concepção de ideologia autoritária se baseia em medidas enérgicas, com uso da força associada a políticas essencialmente punitivistas, como forma de garantir o controle social. Essa característica se reflete no combate a quaisquer

medidas que ameaçam a hegemonia do poder constituído, quanto em características sociais consideradas desviantes de um padrão social anteriormente instituído, que seja esperado dos constituintes do povo imaginado.

O autoritarismo, então, dentro da ultradireita, cria um solo fértil para uma oposição desses grupos a medidas democráticas, sobretudo aquelas que busquem preservar a pluralidade e direitos individuais, ou criam uma leitura muito particular de democracia, que não abarca esses ideais. Esses apontamentos de Elisabeth Carter, buscam estabelecer como as características autoritárias se centram em ações excessivamente punitivas, sobretudo contra minorias étnicas ou culturais, na atuação da direita radical. Para a autora, o autoritarismo não é – necessariamente – antidemocrático, mas seguramente pode sê-lo, como nos partidos de extrema direita ou radical. Em determinados contextos, as agendas tradicionais que os partidos escolhem para a sua plataforma política se baseiam no antipluralismo, promovem a desigualdade ou colocam barreiras às liberdades, tanto civis como políticas. Na mesma medida, a obediência cega requerida pelos partidos também impõe uma redução de direitos e liberdades individuais. Com isso, a agressão contra aqueles que não atendem a essas situações apresenta a rejeição ao pluralismo, à igualdade e às liberdades, e traduz-se em discriminações, condenações e medidas punitivas. Dessa forma, Carter (2018, p. 18) expõe que – seja através de seu convencionalismo específico, de suas imposições de submissão ou de sua agressão – os partidos de extrema direita/radical têm esse caráter antidemocrático.

Existe, ainda, um último elemento central para compreender a ideologia autoritária, a fim de satisfazer os objetivos de definição desta pesquisa, ligado à compreensão subjetiva do indivíduo frente a ideais autoritários, bem como sua disposição a aceitá-los. Para isso, é caro buscar compreender as teorias sobre a personalidade autoritária, fundamentadas através da pesquisa de Theodor W. Adorno. Em “Estudos sobre a personalidade autoritária”, o autor busca compreender como os indivíduos demonstram sua predisposição a aceitar ideias autoritárias, quando apresentados a propagandas e afirmações. Para mensurar essa influência, a pesquisa criou a chamada “Escala F”, abreviação para a palavra fascismo, que pretendia identificar como a personalidade autoritária responderia a provocações essencialmente segregacionistas, punitivistas e autoritárias. Ao analisarmos as derivadas definidas pelos autores para compreender a fundamentação da personalidade autoritária na escala F podemos compreender melhor as pautas centrais, tanto para líderes autoritários, quando para a parcela populacional que apoia seus ideais:

- a. *Convencionalismo*. Adesão rígida a valores convencionais, de classe média.
- b. *Submissão autoritária*. Atitude submissa, acrítica a autoridades morais idealizadas do *ingroup*.
- c. *Agressão autoritária*. Tendência a vigiar e condenar, rejeitar e punir pessoas que violam os valores convencionais.
- d. *Anti-intracepção*. Oposição ao subjetivo, ao imaginativo, a um espírito compassivo.
- e. *Superstição e estereotipia*. A crença em determinantes místicos do destino individual; a disposição a pensar por meio de categorias rígidas.
- f. *Poder e "dureza" [toughness]*. Preocupação com a dimensão de dominação-submissão, forte-fraco, líder-seguidor; identificação com figuras de poder; ênfase excessiva nos atributos convencionalizados do eu; asserção exagerada de força e dureza.
- g. *Destrutividade e cinismo*. Hostilidade generalizada, desprezo pelo humano.
- h. *Projetividade*. A disposição para acreditar que coisas tresloucadas [*wild*] e perigosas acontecem no mundo; a projeção para fora de impulsos emocionais inconscientes.
- i. *Sexo*. Preocupação exagerada com "eventos" sexuais. (Adorno, 2019, p. 135)

Essas variáveis, na pesquisa de Adorno, se uniram para constituir o entendimento do autor sobre a síndrome da personalidade autoritária, levando em consideração sua pontuação na escala F, que a deixaria mais suscetível à propaganda antidemocrática. Assim, a pesquisa buscava reunir os elementos que constituem “personalidades potencialmente antidemocráticas”. Essa interlocução entre o campo dos estudos psíquicos representa uma possibilidade efetiva de corroborar com um entendimento tanto da natureza subjetiva por trás das pautas autoritárias dentro de setores da ultradireita, bem como lançar mão de uma hipótese para compreender, pelo menos em uma parcela circunstanciada da sociedade, as formas de aceitação e apoio a essas agendas.

2.2.3 Populismo

Mudde (2021), em seu exercício de apresentação e reunião de um conjunto de pesquisas empíricas e comparativas sobre as atuações da ultradireita ao redor do globo, define o populismo como um termo recorrente nas análises políticas do século XXI, mas ressalta que grande parte delas derivam de confusões conceituais. Para o autor, populismo é uma ideologia tênue, que vê a sociedade polarizada em duas categorias, que são homogêneas em suas composições próprias e antagônicas quando comparadas entre si: o povo puro e a elite corrupta. Da mesma forma, considera que esta visão de mundo classifica a política como uma expressão da *volonté générale* (vontade geral) do povo, onde os populistas declaram que os partidos

tradicionais atuam para deixar o povo afastado do poder, enquanto eles se apresentam como a voz do próprio povo (*vox populi*).

Essa vocação, elencada por Mudde, de ligação direta entre o líder e seu povo também foi um fato essencial, observado por José Antonio Sanahuja e Camilo López Burian ao longo do capítulo “*Las ‘nuevas derechas’ y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización*”. Nessa obra, os autores também demonstram como é um elemento central nesta análise a proposição de leis ou políticas que emanam do resultado de plebiscitos. Para os autores, a retórica populista se baseia em uma ligação direta com o líder. Nesse sentido, analisam que esta forma de política pode ser seguida de proposições políticas de natureza de consulta direta ao povo, com objetivo de questionar as formas de mediação e representação do sistema político. A partir desta plataforma no espaço político, os populistas estimulam o conflito polarizados, se valendo do confronto entre o “povo” e as “elites”, sejam elas internas ou externas, até mesmo podendo ser encarnada nos burocratas “não eleitos” (Burian; Sanahuja, 2023, p. 29).

Em consonância, essa percepção, apreendida pelo líder, de uma fabulação do povo cria um cenário essencialmente dicotômico, que se resume a aqueles que estão integrados à noção fantasiosa, e os excluídos, postos como inimigos. Essa percepção central para o conceito de populismo foi apontada por Diogo Cunha, em “Uma ‘Revolução Conservadora’? O Populismo Como ‘Patologia Da Democracia’ e o Bolsonarismo Em Perspectiva Histórica”. Para Cunha, o populismo se trata de uma visão polarizada do mundo político, dividido entre o povo – moralmente puro, e a elite – corrupta e moralmente inferior, mesmo que o ideal de um “povo moralmente puro e unificado” não passe de uma fabulação. Nesse sentido, o autor aponta como os populistas se configuram a partir do antielitismo e do antipluralismo, sobretudo por não admitirem nenhuma oposição como legítima, nem mesmo de seus opositores, já que reclamam para si o papel de exclusividade na representação do povo, rotulando seus opositores como partes da “própria elite corrupta e imoral”. Na mesma leitura, nem mesmo os cidadãos que se opõem aos populistas são legitimados, já que são taxados como excludentes do “povo autêntico”, e colocados como uma forma de “antipovo”, que precisa ser combatida e extinta. Para Cunha, esse é um ponto central para a compreensão do discurso e dos pressupostos do populismo e suas ações em um governo: apenas uma fração dos cidadãos é tida como constituinte do “povo” (Cunha, 2019, p. 298-299).

Isso reflete também um caráter contra a democracia liberal por parte dos populistas, considerando que o atual estágio da democracia não se sustenta unicamente na tradução da

vontade popular, manifestada através de consultas diretas, mas sim na defesa de liberdades e garantias individuais, inclusive – se não principalmente – a minorias étnicas, raciais ou culturais. Esse atentado à democracia, valendo-se dos próprios elementos e ferramentas deste sistema, também foi explorado por Jason Stanley, em *“How fascism works: The politics of us and them”*. O autor retoma as ideias de Sócrates, presente no livro 8 da república de Platão, que apresenta um ciclo vicioso da democracia, ou seja, como as pessoas não são – de forma natural – propensas a se autogovernar, mas sim a buscar um líder forte para obedecer. Nesse sentido, Sócrates argumenta que a democracia – quando prevê a liberdade de expressão – permite que um demagogo se valha da necessidade de liderança forte do povo, se beneficiando desta liberdade para usar os medos e ressentimentos do povo a seu favor. Nesse sentido, nesta análise, quando o líder forte toma o poder, ele põe fim à democracia e institui a tirania em seu lugar. Para Stanley, o livro *“A República”* argumenta, portanto, que a democracia é um sistema de que autodestrói e que seus próprios ideais levam ao seu próprio fim (Stanley, 2023, p. 30).

A partir das leituras de Sócrates sobre a fragilidade posta na democracia, Jason Stanley estabelece uma relação com a atuação típica do fascismo, uma expressão da extrema direita, contida no campo da ultradireita. Na análise do autor, os fascistas dominavam as formas de se valer da liberdade, prevista nas democracias, para serem usadas contra elas mesmas. O ministro da propaganda do regime nazista, por exemplo, já havia declarado que valer-se dessa forma de neutralizar o sistema democrático foi amplamente explorada por seus inimigos, e forneceu os meios para que fosse destruído. Na visão de Stanley, esse contexto se mantém até o presente, onde é possível encontrar inimigos da democracia liberal se valendo da mesma estratégia, sobrecarregando a liberdade de expressão e tencionando-a quase ao máximo, para – no fim – subverter a fala dos outros (Stanley, 2023, p. 30).

Entretanto, é importante salientar que não existe uma concordância unânime na classificação de Mudde do Populismo como uma “ideologia”. Burian e Sanahuja, por exemplo, apresentam em sua pesquisa o termo como uma “forma de política” e não reconhecem o populismo como uma ideologia política. Também podemos nos ancorar na pesquisa de Aline Burni, em *“Extreme right parties in Europe today: definition and electoral performance”*, que advoga por uma interpretação de populismo como um “estilo político” e não uma ideologia. No estudo, a autora demonstra o fundamento que a criar essa distinção conceitual sobre o assunto, mesmo quando aplicado à compreensão da ultradireita. Para ela, o populismo, enquanto estilo político, aplica um discurso de embate entre “o povo” e “a elite”, baseado em uma oposição ao próprio *establishment*. Nesse sentido, analisa que as formas de atuação populistas podem variar

entre os contextos de estudo, mas podem ser aplicadas por todos os partidos de extrema direita, em diferentes graus e períodos, como também pode ser utilizada por outros partidos políticos, de corrente principal ou da extrema esquerda. Burni desenvolve sua argumentação a partir da noção que as ideologias, de maneira correta, fazem referência a maneiras mais bem delimitadas e de longo prazo, enquanto o populismo parece muito mais mutável e com uma temporalidade curta. Nesse sentido, é dessa forma que fundamente sua problematização ao emprego do uso da categoria “ideologia” para o populismo, alinhado com a ausência de critérios consistentes para identificar, empiricamente, uma ideologia populista (Burni, 2019, p. 131).

A partir desse panorama, podemos novamente nos voltarmos aos exercícios de definição a que também se propõe esta pesquisa. É notório que, mesmo circunstanciado dentro do campo das análises da ultradireita, o emprego do populismo gera tensões e debates sobre suas limitações e possibilidades. Mesmo assim, obscurecido a natureza conceitual do termo, é possível se firmar em alguns entendimentos. A retórica e o discurso populista, seja empregada como método político, seja como ideologia, parece estar ligada à atuação da ultradireita, em que – inclusive – demonstra ocupar um lugar chave nas lentes analíticas.

A partir disso, é possível destacarmos dois elementos centrais para se compreender o impacto do populismo nas atuações, sobretudo eleitorais, das mais recentes expressões da ultradireita. Em uma primeira análise, é possível compreender como essa ideologia permite uma polarização social, que permeia a fundamentação de importantes mitologias políticas que constituem a plataforma eleitoral das direitas mais extremadas. Uma das mais notórias é a associação da própria democracia liberal à uma elite política corrupta, o que justifica uma participação popular, inclusive como forma de legitimar o sistema. Esses discursos, com grande capilaridade social, ocasionada pelas sucessivas crises representativas, se constituem como um elemento chave para compreender o percurso eleitoral dos objetos desta pesquisa.

Encerrando a seção, as discussões, conceitos e definições apresentados neste capítulo se demonstraram como essenciais para as análises desta pesquisa. As classificações utilizadas na atuação das direitas, bem como o mapeamento de três principais características da ultradireita, serão essenciais para o trabalho sobre as fontes, recolhidas nas campanhas presidenciais, que são objetos desta investigação. Nesse sentido, será possível mensurar a aderência dos materiais, produzidos para os pleitos em cada país, com as delimitações teóricas de cada campo, com a produção bibliográfica que investiga o campo, mas também os distanciamentos, entre si, assim como com relação a uma análise global do próprio fenômeno em que estão inseridos.

3 ULTRADIREITA EM CONTEXTOS DEMOCRÁTICOS

Neste capítulo, a dissertação apresentará um balanço sobre o processo eleitoral encabeçado por Marine Le Pen na França em 2017 e por Jair Bolsonaro no Brasil em 2018. Pretende-se analisar as fontes comparativamente, de modo a compreender quais são os padrões de ocorrência similares nos dois estudos de caso. Além disso, é importante delimitar uma contextualização histórica de cada um dos objetos, sobretudo considerando a relevância de se lançarem análises historicizadas, ou seja, que levem em conta a trajetória de cada candidatura ao longo dos anos que estiveram presentes na vida política de seus países. Nesta esteira, uma breve apresentação dos sistemas políticos de cada objeto também ajudará a demonstrar como há assimetrias nos próprios contextos, que seguem sistemas de governo distintos, o que resulta em atribuições e conjunturas diferentes, mesmo que ambos concorram ao cargo de presidente de suas repúblicas nacionais.

3.1 FRANÇA, 2017

Após a queda dos regimentos fascistas, e do governo de Vichy, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a extrema direita francesa precisou se reorganizar. É nesse contexto que surge o Poujadismo, e sua compreensão é essencial para uma interpretação histórica do próprio *Front National*, sobretudo pela origem política de Jean-Marie Le Pen no âmbito desse movimento. Pierre Poujade foi responsável por fundar a *Union de Défense des Commerçants et Artisans – UDCA*, em 1953, dando início a um movimento que se dizia proteger os interesses dos pequenos comerciantes locais. Nos últimos anos da Quarta República, o Poujadismo ganhou mais força e passou a se colocar como defensor das pessoas comuns contra as elites, opondo-se à influência internacional que ameaça a identidade francesa. Algumas pautas do movimento também diziam respeito a um sentimento antiparlamentarismo, anti-intelectual, além de xenofóbico e antisemita. Também é importante destacar o apoio do Poujadismo à causa da Argélia Francesa, sobretudo por seus traços ultranacionalistas na guerra da Argélia. Foi a partir dos desdobramentos desses dois movimentos que, anos depois, a extrema direita francesa funda a *Nouvelle Droite*, como forma de se opor à expansão do marxismo na França.

Nesse sentido, compreender a ascensão de Marine Le Pen nas eleições presidenciais francesas de 2017 está intimamente ligado à história e às transformações no tempo de seu partido, o *Front National*. Pensado a partir de uma plataforma política delimitada, o FN

configura-se como uma experiência fundamental para as candidaturas que se desdobrarão de sua organização, o que também inclui a trajetória de Le Pen.

Fundado em 1972, sob o nome oficial de *Front National pour l'unité française*, o partido tinha, nesse momento, o objetivo de concentrar a atuação política da *Ordre Nouveau*. A ligação entre os movimentos desde sua fundação é objeto de estudos de Grégoire Kauffmann, em *Les Origines du Front National*, classificando que as bases para a estruturação do partido nasceram do “nacionalismo revolucionário”, uma ideologia que foi apreendida pelos jovens neofascistas da *Ordre Nouveau*. O autor disserta como os integrantes desse movimento violento eram hostis à “ordem burguesa”, baseando-se em alguns ideais centrais espelhadas na revolução conservadora alemã do período entre guerras e no fascismo europeu, com a proteção do Ocidente, a fixação na questão de mistura e alteridade, a busca por uma “terceira via” entre o capitalismo e o comunismo (Kauffman, 2016, p. 5).

Nesse panorama, Peter Davies, em “*The National Front in France: Ideology, discourse and power*” aponta para uma possível compreensão do *Front National* com um partido que goza de um programa político, em certa medida, coeso, ao qual atribui os relativos sucessos eleitorais que obteve em sua trajetória. Nesse sentido, o autor busca reconhecer que o FN possui um programa político coerente, e que não pode ser visto apenas como “fascista”, ou desprovido de princípios políticos. Ao contrário, Davies aponta como o grande apelo do FN parece se originar especificamente de seus ideais (Davies, 1999, p. 15).

A partir disso, a trajetória política de Marine Le Pen ganha contornos ainda mais próximos com a própria história do *Front National* através da concessão da liderança do partido a seu pai, Jean-Marie Le Pen. A busca por uma liderança para o novo partido precisava saciar diversas demandas postos com sua criação, e unificar a atuação política de seus membros. A escolha de Jean-Marie Le Pen é também objeto de reflexão de Kauffman, visto que, o autor descreve Jean-Marie Le Pen como um sobrevivente da IV República, destacando que, apesar de uma imagem tenaz, ele não pode ser considerado neofascista. Segundo Kauffman, Le Pen era visto como um produto da tradição poujadista e da influência da Argélia francesa, marcada pelo anticomunismo. O autor retrata Le Pen como pertencente a uma direita desinibida e autoritária, porém respeitadora das instituições. Em suas análises, enfatizou que Le Pen não compartilha muitas semelhanças com os ativistas do movimento Nova Ordem. Ao contrário, seria principalmente visto como representante dos “nacionais”, caracterizados por seu conservadorismo social, populismo eleitoral e nostalgia pelo poujadismo. Apesar disso, Kauffman reconhece algumas práticas diferenciadoras de Le Pen, como suas habilidades como

orador, sua rede de contatos políticos e uma imagem de “moderado” em comparação com os jovens extremistas da Nova Ordem (Kauffman, 2016, p. 10).

Sob a liderança de Jean-Marie Le Pen, o *Front National* organizou seu primeiro programa político, ainda em 1972, que norteou seus objetivos para uma atuação eleitoral mais delimitada. Em “*Origine et formation du front national (1972-1981)*”, Jean-Yves Camus traça algumas reflexões sobre a posição adotada pelo FN para as eleições parlamentares de 1973. De acordo com Camus (1996), o primeiro programa da Frente Nacional, resultado de um compromisso entre o nacionalismo revolucionário e o conservadorismo, foi apresentado no número de novembro de 1972 do jornal “*Le National*”. Naquela época, já podiam ser identificados alguns temas “nacional-populismo”, como resumido na manchete de dezembro de 1972: “*Avec le FN, fâchons-nous!*”. O FN se afirmava como “a direita social, popular e nacional”, configurando-se como uma alternativa ao gaullismo e ao comunismo, e buscando uma “terceira via entre a luta de classes e os monopólios”. A partir dos escândalos político-financeiros, o FN denunciava os negócios e a decadência do poder (Camus, 1996, p. 19-20).

Na mesma obra, Camus também busca pinçar as principais posições políticas do *Front National* em seus primeiros anos de funcionamento. Na economia, demonstra como – em uma aparente ruptura com a posição intervencionista da ON – o programa político caminha com projetos de diminuição do setor público e a redução do papel do Estado, mas sem deixar de lado a centralidade dos pequenos comerciantes. As políticas sociais do FN mantinham pautas que se mostraram caras até a atualidade para o partido: imigração e natalidade. Reforçando visões estigmatizadas de imigrantes, o partido apontava para a desqualificação dos estrangeiros, que se configurariam como uma ameaça aos franceses. Em mesma medida, também pautavam uma contrariedade às regulamentações do aborto na França. Em uma análise sobre a própria política, e a relação com as instituições, Camus demonstra como o FN avançou com o estabelecimento de um regime presidencialista, contando com votação proporcional, bem como a rejeição à integração dos Estados Europeus, buscando privilegiar as supostas autonomias das nações (Camus, 1996, p. 20).

Essas plataformas políticas foram, certamente, se adaptando ao longo dos anos em que o *Front National* esteve na arena política francesa, o que lhes rendeu avanços eleitorais significativos sob a liderança de Jean-Marie Le Pen. Nonna Mayer, em “*Le phénomène Le Pen*”, se propõe a realizar um balanço da primeira década de influência do FN na política francesa, apresentando as conquistas como um expoente político no campo. De acordo com Mayer, no ano seguinte, nas eleições europeias de 1984, a lista lepanista alcançou 11,2% dos votos

expressos, o que representava mais de dois milhões de eleitores. O único movimento de extrema-direita que registrou um aumento semelhante desde a libertação foi o liderado por Pierre Poujade, que obteve um resultado equivalente nas eleições legislativas de 2 de janeiro de 1956. No entanto, ao contrário da *Union de défense des commerçants et artisans* (UDCA) de Poujade, que foi rapidamente suplantada pelos gaullistas, o *Front National* consolidou sua posição de eleição em eleição (Mayer, 1995, p. 253).

As análises de Mayer, entretanto, não contemplam a maior vitória que Jean-Marie Le Pen acumulou pela presidência da República Francesa em 2002. Na ocasião, o *Front National* alcançou, pela primeira vez, o segundo turno do pleito presidencial, mas foi derrotado por Jacques Chirac, eleito com a ampla margem de 82,21% dos votos. Depois disso, o partido não conseguiu se alçar novamente a posições tão centrais na arena política, o que levou a uma mudança de direção. Apesar de contarem com oposição de outras tendências internas do FN, é a filha de Jean-Marie, Marine, que assume a presidência, como Camus apresenta em “*Le Front National français: Entre projet de normalisation démocratique et positionnement anti-système*”:

Jean-Marie Le Pen, que foi presidente do partido desde o primeiro dia, manteve-se no cargo até 15 de janeiro de 2011, data em que foi nomeado presidente honorário. A sua filha Marine Le Pen (nascida em 1968) sucedeu-lhe, tendo sido eleita por 67,65% dos militantes contra 32,35% do seu adversário, o eurodeputado Bruno Gollnisch, apoiado pelas correntes mais radicais do partido. (Camus, 2012, p. 501, tradução nossa⁸)

Marion Anne Perrine Le Pen, que adotou o nome político de Marine Le Pen, é a terceira filha de Jean-Marie Le Pen, e, na época de sua eleição, já acumulava algum tipo de experiência, sobretudo em cargos regionais na França, bem como no parlamento europeu. A frente do *Front National*, Marine Le Pen iniciou um processo de modernização da imagem do partido, visando atrair novos eleitorados, mesmo que sem profundas alterações no cerne da agenda do FN. Em sua tese “A extrema direita francesa em reconstrução: Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011-2017]”, Makchwell Narcizo analisa os impactos das mudanças promovidas por Le Pen no FN, corroborando com uma linha investigativa que atribui suas ações

⁸ No original : “*Jean-Marie Le Pen, qui en a été le président dès le premier jour, est resté à ce poste jusqu’au 15 janvier 2011, date à laquelle il en a été nommé président d’honneur. Sa fille Marine Le Pen (née en 1968) a pris sa succession, ayant été élue par 67,65% des militants contre 32,35% à son adversaire, le député européen Bruno Gollnisch, soutenu par les courants les plus radicaux du parti.*” (Camus, 2012, p. 501)

ao processo de desdemonização do *Front National*. Narcizo observa que a extrema direita francesa, particularmente o Front National, está assumindo novas formas adequadas ao seu tempo, reconstruindo-se a partir de seu passado enquanto tenta compreender seu presente. O autor destaca que o partido adota até mesmo uma retórica democrática, defendendo os princípios democráticos e acusando seus oponentes de atacá-los. Narcizo argumenta que a recente ascensão das extrema-direitas requer uma compreensão do contexto histórico em que elas operam e se reconstróem. Ele sugere que o *Front National*, especialmente sob a liderança de Marine Le Pen, está buscando uma adaptação ao presente, que o autor denomina “processo de desdemonização do *Front National*” (Narcizo, 2019, p. 18).

A mudança de posição adotada por Marine Le Pen também foi objeto de investigação por Mayer, que discorreu sobre uma possível dilatação da base eleitoral do FN caso os planos de inclusão de novos segmentos eleitorais fossem bem-sucedidos. Para Mayer, na França, Marine Le Pen parece estar seguindo um caminho semelhante, condenando o antissemitismo, adotando posições favoráveis aos homossexuais e apresentando-se como defensora do modelo republicano secular francês, que ela vê como ameaçado pelos muçulmanos. Dessa maneira, ela poderia ampliar a base do partido, atrair eleitores da classe média e alta, conquistar mais eleitores de esquerda e, principalmente, superar as reservas das mulheres. As eleições de 2012 ofereceram a oportunidade de testar a hipótese do “efeito Marine Le Pen” (Mayer, 2013, p. 163).

Entretanto, é importante destacar que, apesar das novas roupagens adotadas por Marine Le Pen, o cerne da agenda do *Front National* não se alterou profundamente durante sua presidência do partido. A manutenção de políticas que remontam a fundação do FN são também uma marca da campanha de Marine Le Pen, como destaca Camus em “*Le Front National (FN), une droite radicale française?*”. De acordo com Camus, o atual programa do FN mantém as principais propostas de seu antecessor, entretanto as apresenta de forma mais refinada e as criou de maneira a evitar ser rotulado como de extrema-direita. Além de uma ênfase na segurança, o programa se articula em torno de dois conceitos-chave: soberania e identidade. O autor destaca que a resposta da FN ao desafio da soberania inclui a saída unilateral da União Europeia, o retorno ao franco (aprovado por apenas 54% dos eleitores do partido) e a implementação do protecionismo aduaneiro. A soberania defendida pela FN mobiliza as pessoas ao criticar os efeitos negativos da globalização liberal, como deslocalizações, desemprego e declínio da França. Quanto à identidade nacional, o FN propõe medidas legais que diferem daquelas

apresentadas por Nicolas Sarkozy, embora a definição de identidade em si seja relativamente semelhante (Camus, 2014, p. 5).

Esse é o panorama político que permitiu uma escalada vertiginosa de Marine Le Pen nas eleições presidenciais francesas de 2017. Apesar de derrotada, com 33,9%⁹ dos votos, a volta do *Front National* a um segundo turno do pleito para a chefia do executivo francês demarca um novo eleitorado, que concedeu mais de dez milhões e meio de votos à candidatura, quase o dobro que Jean-Marie Le Pen havia conquistado em 2002. A forma de construção da campanha, e suas agendas mais centrais, serão objetos desta investigação nas seções que se seguem.

Importante também situar politicamente qual o sistema de governo, adotado pela V República Francesa. Atualmente, a política francesa se organiza em torno do semipresidencialismo, onde o presidente exerce a função de chefe de Estado, eleito diretamente pela população, mas não a de chefe de governo, já que a liderança fica a cargo do primeiro-ministro, nomeado pelo presidente dentre os membros do parlamento, que constituirá o governo. Nesse sentido, apesar de deter poderes importantes, o cargo de presidente da França não responde unitariamente pelo poder executivo, o que também impõem certos tipos de limites à sua atuação.

3.1.1 Nativismo

Como já abordado ao longo do item 2.2.1, a relação entre o *Front National*, a *Nouvelle Droite* e o etnopluralismo cria uma chave analítica importante para se pensar o papel central do nativismo na construção da campanha de Marine Le Pen em 2017. Nesse sentido, é importante buscar compreender em que medida a atuação eleitoral da candidata cria uma narrativa em torno dos imigrantes, atribuindo aos estrangeiros o papel de inimigos da nação. Essa percepção está muito bem definida, por exemplo, já no primeiro folheto da campanha de Le Pen, que tinha por objetivo condensar os principais pontos da campanha e angariar inscrições de eleitores para receber suas atualizações:

⁹ *Ministère de l'Intérieur du Gouvernement Français. Résultats de l'élection présidentielle 2017*. Paris, 2017. Disponível em: <https://www.archives-resultats-elections.interieur.gouv.fr/resultats/presidentielle-2017/FE.php>

Figura 1 – Folheto da campanha de Marine Le Pen



AU NOM DU

Avec **MARINE** choisissons

NOTRE IDENTITÉ

- > Faire prévaloir nos valeurs républicaines, la liberté, la laïcité, l'égalité, la fraternité, l'intégrité du territoire...
- > Rompre avec l'immigration massive et le communautarisme.

NOTRE SOUVERAINETÉ

- > Redonner aux Français la liberté de décider pour eux-mêmes face à l'UE.
- > Redonner la parole au peuple par la voie du référendum.
- > Reconquérir les zones de non-droit et les territoires perdus de la République, par la restauration de l'État et de ses moyens régaliens.

NOS LIBERTÉS

- > Rétablir la sécurité partout pour tous et en finir avec le laxisme d'État.
- > Défendre le droit des femmes, leurs libertés et leur dignité mises en cause par le fondamentalisme islamiste.

NOTRE PROSPÉRITÉ

- > Engager une grande politique de relance économique notamment industrielle, fondée sur l'innovation et l'investissement et appuyée par un patriotisme économique assumé.
- > Se libérer des impôts trop lourds et injustement répartis.

Marine 2017.fr

MARINE
présidente

Fonte: LE PEN, Marine. **Tract pres 2017**. Nanterre: set. 2016a. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170127225201/https://www.marine2017.fr/wp-content/uploads/2017/01/a4_tract_pres_2017_hd.pdf

Nota: Ilustração incompleta.

Essa primeira fonte já demonstra a agenda que Marine Le Pen apresentou a seus eleitores ao longo do pleito: Defender a França passava por proibir a imigração. No título “*Notre identité*” – “Nossa identidade” em tradução literal –, a candidata propõe que, para a defesa da identidade francesa, era preciso “> Romper com a imigração maciça e o comunitarismo.¹⁰”. O comunitarismo, para Le Pen, referia-se à possibilidade dos mulçumanos se enxergarem como uma própria comunidade e, por conta disso, estabelecerem ataques à única comunidade legitimada pela candidatura: a comunidade nacional. Isso demonstra a centralidade que a

¹⁰ No original: “> *Rompre avec l'immigration massive et le communautarisme.*” LE PEN, Marine. **Tract pres 2017**. Nanterre: set. 2016a. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170127225201/https://www.marine2017.fr/wp-content/uploads/2017/01/a4_tract_pres_2017_hd.pdf.

assimilação cultural desempenha no projeto de nação, como consequência da profusão do discurso nativista nas propostas da candidata. Essa característica também se reforça com a percepção de Le Pen que as mulheres precisariam ter seus direitos protegidos pelo Estado francês, face à opressão que sofreriam da religião islâmica, com a candidata aponta no título “Nos libertés”, ao pautar a necessidade de “> Defender os direitos, as liberdades e a dignidade das mulheres ameaçadas pelo fundamentalismo islâmico.¹¹” Nesse sentido, a candidata busca se incluir em um sentido republicano e iluminista, ou seja, indica que é a laicidade republicana que promove a proibição dos símbolos religiosos, e que um discurso mais amplo, de origem iluminista, a leva a denunciar sobre o risco à liberdade das mulheres francesas.

A revisão das formas de concessão da cidadania francesa, como consequência da entrada de imigrantes no país, é vista como instrumento para coibir o fluxo de migrantes. Ao longo da campanha, Marine Le Pen mantinha uma publicação periódica, que trazia uma compilação de suas últimas ações no período e era distribuída à sua base. Essas publicações foram intituladas como “Lettre de Marine”, ou “Cartas de Marine” em tradução literal. Na 12ª edição, publicada em 17 de março de 2017, Marine relata seu planejamento de endurecer a concessão da cidadania na França:

Comecei a semana com uma conferência sobre o tema da cidadania. Tive a oportunidade de dizer o quanto acredito que a cidadania francesa é uma honra, e que é verdadeiramente lamentável que esteja a ser abusada hoje em dia. Disse também que seria desejável organizar uma consulta sobre as condições de entrada e de residência no território francês, bem como sobre a aquisição da nacionalidade francesa. (Le Pen, 2017a, p. 1, tradução nossa¹²)

O elemento da imigração, entretanto, não fundamenta uma discussão da campanha apenas para uma questão de discurso civil, mas também é posta como uma pauta de segurança nacional, através de um fato rotineiramente ligado ao islamismo: o terrorismo. Ao longo da 16ª

¹¹ No original: “> *Défendre le droit des femmes, leurs libertés et leur dignité mises en cause par le fondamentalisme islamiste.*” LE PEN, Marine. **Tract pres 2017**. Nanterre: set. 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170127225201/https://www.marine2017.fr/wp-content/uploads/2017/01/a4_tract_pres_2017_hd.pdf.

¹² No original: “*J’ai commencé la semaine par une conférence sur le thème de la citoyenneté. J’ai eu l’occasion de dire à quel point il m’apparaît que la citoyenneté française est un honneur, et qu’il était vraiment regrettable de la galvauder aujourd’hui. J’ai précisé à cette occasion qu’il serait souhaitable d’organiser une consultation sur les conditions d’entrée et de séjour sur le territoire français, ainsi que sur l’acquisition de la nationalité française.*” LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°12**. Paris, 2017a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327132236/https://www.marine2017.fr/2017/03/17/lettre-de-marine-edito-n12/>. Acesso em: 12 set. 2023.

edição da “*Lettre de Marine*”, publicada em 15 de abril de 2017, a candidata apresenta como ação de seu governo combater o terrorismo islâmico no território francês:

Na segunda-feira, conduzi uma conferência em Paris sobre o terrorismo. É um assunto sério, que não é suficientemente abordado pelos media e que os senhores Fillon e Macron nunca mencionam. E, no entanto, a ameaça continua a ser grande no nosso território. O terrorismo e a ascensão do fundamentalismo islâmico constituem uma ameaça direta à nossa segurança. A minha mão não tremerá quando estiver no poder: atacarei o terrorismo e tornarei a França segura, nomeadamente através do reforço das nossas forças da ordem e do restabelecimento das fronteiras nacionais. (Le Pen, 2017b, p. 2, tradução nossa¹³)

A edição em questão também faz uma menção importante à conferência conduzida pela candidata em Paris. Ao longo do pleito, Marine Le Pen promoveu cinco diferentes conferências, compostas por longos discursos acerca de um determinado tema, caro para a candidatura. A quinta edição é denominada “*La France face au défi terroriste*”, ou – em português – “A França face ao desafio do terrorismo”. A partir do tempo 02:51, a candidata afirma:

Temos de agir por nós próprios. Atuar por conta própria significa, antes de mais, libertar os nossos compatriotas muçulmanos do estrangulamento a que estão sujeitos pelos fundamentalistas islâmicos. Para isso, a prioridade é combater o comunitarismo e dar-nos os meios para o fazer, começando pelos meios legais. É por isso que quero consagrar na Constituição que a República não reconhece nenhuma comunidade, e é por isso que quero alargar a todo o espaço público a lei de 2004 que proíbe os símbolos religiosos visíveis nas escolas. Ao consagrá-lo no Código do Trabalho, quero que as empresas privadas sigam as mesmas regras de neutralidade religiosa e laicidade que prevalecem nas administrações públicas. (Le Pen, 2017c, transcrito do original, tradução nossa¹⁴)

¹³ No original : “*Lundi, j’ai mené à Paris une conférence sur le terrorisme. C’est un sujet grave, qui n’est pas suffisamment traité par les médias et que messieurs Fillon et Macron n’évoquent jamais. Et pourtant la menace reste élevée sur notre sol. Le terrorisme et la montée du fondamentalisme islamiste menacent directement notre sécurité. Ma main ne tremblera pas quand je serai au pouvoir : je frapperai le terrorisme et je rendrai la France sûre, notamment en renforçant nos forces de l’ordre et en rétablissant des frontières nationales.*” LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°16**. Paris, 2017b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170527195017/https://www.marine2017.fr/2017/04/15/lettre-de-marine-edito-n16/> . Acesso em: 12 set. 2023.

¹⁴ Transcrito do original, em francês: “*Il faut que nous agissions par nous-mêmes. Agir par nous-mêmes, c’est donc d’abord libérer nos compatriotes musulmans de l’emprise qu’ils subissent de la part des fondamentalistes islamistes. Pour cela, la priorité est de combattre le communautarisme et de s’en donner les moyens, à commencer par les moyens juridiques. C’est pour cela que je veux inscrire dans la Constitution. La République ne reconnaît aucune communauté, c’est pour cela que je veux étendre à tout l’espace public la loi de 2004 interdisant les signes religieux ostensibles à l’école. Je veux, en*

Esse trecho inicial da conferência da candidata alinha-se com a previsão metodológica aventada pela pesquisa, em torno de uma definição para o nativismo. No início da fala, ao equiparar os mulçumanos já residentes na França como seus compatriotas e indicar que precisam ser salvos de suas próprias culturas, Le Pen endossa um processo de assimilação, como forma de valorar as culturas islâmicas de maneira inferior à francesa. Os reflexos práticos são descritos logo em seguida, como a expansão das leis que restrinjam direitos de mulçumanos a expressarem suas culturas, tanto em ambientes sociais como profissionais, apresentados como propostas de laicização do Estado.

A tendência a homogeneizar a cultura francesa, garantindo o apagamento dos traços originários dos imigrantes para que sejam tolerados, também recai sobre as mulheres. Logo em seguida, a então candidata aponta

Para além do seu significado para o estatuto das mulheres, o véu islâmico tem também o efeito de dizer que uma parte da população, numa base religiosa, está completamente separada da única comunidade que conta, a comunidade nacional. (Le Pen, 2017c, transcrito do original, tradução nossa¹⁵)

A propensão da manifestação do nativismo torna-se mais clara à medida que a candidata aprofunda seu entendimento sobre a existência de outras comunidades que não a comunidade nacional francesa, a única que deve ser tolerada. Próximo dos quatro minutos, essa percepção torna-se explícita:

E depois, face a estas comunidades que se fecharam num isolamento quase autárquico, formaram-se outras comunidades com outras bases étnicas ou religiosas como contraponto. A diferença e a ignorância mútua depressa se transformam em antagonismo e hostilidade, acabando por degenerar em violência e confronto. É uma guerra de todos contra todos. Uma sociedade multicultural é uma sociedade multi-conflitual. A luta contra a criação de comunidades, onde elas já existem em França, deve, portanto, ser uma

l'inscrivant dans le code du travail, que les entreprises privées suivent les mêmes règles de neutralité religieuse et de la laïcité que celles qui prévalent parden dans les administrations.” LE PEN, Marine. Conférence présidentielle n°5 : « **La France face au défi terroriste** ». Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

¹⁵ Transcrito do original, em francês: “*En plus de sa signification sur les statuts des femmes, le voile islamique a aussi pour effet de dire qu'une partie de la population sur une base religieuse serait entièrement à part de la seule communauté qui vaille, la communauté nationale.*” LE PEN, Marine. Conférence présidentielle n°5 : « **La France face au défi terroriste** ». Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

prioridade para o próximo Presidente da República. (Le Pen, 2017c, transcrito do original, tradução nossa¹⁶)

Ora, com isso demarca-se a repulsa de Le Pen a uma sociedade multicultural, que deve ser constituída estritamente a partir de uma cultura única, e – acima de tudo – deve também ser protegida pelo poder do Estado. No final do seu discurso, a então candidata dá a tônica final para a solução do terrorismo islâmico na França: a assimilação.

É a assimilação republicana que acabará por destruir o terreno fértil para o terrorismo islâmico. É a assimilação republicana que libertará os nossos compatriotas muçulmanos da confusão que os ideólogos do fundamentalismo islâmico desejam. Para conseguir isso, temos de ser coletivamente fortes. Não devemos desistir. Não nos devemos habituar ao terrorismo, como Manuel Valls nos exortou a fazer. Um Primeiro-Ministro que ousa fazer tal recomendação é indigno de França. Temos de ir mais longe do que a expressão pública do nosso sofrimento coletivo para garantir que estes horrores não voltem a acontecer. A nossa dor legítima não fará com que os assassinos recuem. (Le Pen, 2017c, transcrito do original, tradução nossa¹⁷)

Certamente os elementos da campanha apresentados demonstram um panorama delimitado que permite vislumbrar o papel central do nativismo, bem como suas consequências políticas e sociais para os imigrantes, através de formulações de políticas públicas que colocam em xeque preceitos básicos dos direitos humanos. A pauta nativista não só ocupou o discurso de Le Pen ao longo do pleito, como foi um caminho para atribuir culpa aos imigrantes, sobretudo de origem islâmica, pelos problemas enfrentados pela nação.

¹⁶ Transcrito do original, em francês: “*Et puis face à ces communautés qui s'enferment dans un isolement quasi autarcique, d'autres sur d'autres bases ethniques ou religieuses se constituent en contrepoint. La différence et l'ignorance mutuelle se transforme bientôt en antagonisme et en hostilité, pour finir par dégénérer en violence et en affrontement. C'est la guerre de tous contre tous. Une société multiculturelle est une société multi conflictuelle. La lutte contre la Constitution de communautés, lorsqu'elle existe déjà en France, doit donc être une priorité pour le prochain président de la République.*” LE PEN, Marine. Conférence présidentielle n°5 : « **La France face au défi terroriste** ». Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

¹⁷ Transcrito do original, em francês: “*C'est l'assimilation républicaine qui détruira à terme le terreau du terrorisme islamiste. C'est l'assimilation républicaine qui libérera nos compatriotes musulmans des amalgames que veulent les idéologues du fondamentalisme islamiste. Pour cela, nous devons être collectivement forts. Nous ne devons pas nous résigner. Nous ne devons pas nous habituer au terrorisme comme nous l'enjoignait Manuel Valls, un Premier ministre qui ose formuler une telle recommandation est indigne de la France. Nous devons aller plus loin que l'expression publique de notre souffrance collective pour que ces horreurs ne recommencent plus. Notre légitime douleur ne fera pas reculer les assassins.*” LE PEN, Marine. Conférence présidentielle n°5 : « **La France face au défi terroriste** ». Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

3.1.2 Autoritarismo

O autoritarismo, como descrito na seção 2.2.2, pode dizer respeito à necessidade de uma sociedade estritamente organizada, onde o corpo social é regrado visando à manutenção da ordem. Além disso, também pode ser entendido como uma tendência à recusa de divisão do poder entre órgãos ou entidades públicas, preteridos em favor da concentração em torno de um líder ou projeto. Por fim, também é esperado encontrar inclinações a políticas positivistas, que se dirigem a grupos considerados transgressores e podem se traduzir como leis mais duras, aumento do efetivo policial ou incitação à violência.

Ao longo da campanha de Marine Le Pen em 2017, diversas dessas ações se configuraram como estratégia para promoção eleitoral. De início, podemos indicar as repetidas afirmações contra o status concedido à União Europeia por seus membros. Na quarta edição da “*Lettre de Marine*”, dirigida aos seus apoiadores, a candidata relata a necessidade de se repensar a política industrial e econômica na França, em prol de privilegiar empresas e trabalhadores franceses; entretanto, aponta como a UE se configura como uma barreira para essa proposta e deve ser superada em um possível governo sob sua presidência:

Por exemplo, seria perfeitamente legítimo que as encomendas públicas, do Estado ou das coletividades territoriais, fossem colocadas em primeiro lugar junto das empresas francesas, o que lhes seria muito útil. Mas isso é proibido pelo direito da União Europeia.

Estes temas são essenciais, mas por vezes é complicado fazer passar estas mensagens aos franceses, porque há muitas crenças falsas que estão enraizadas na população, como a ideia absurda de que a União Europeia nos protegeria num mundo globalizado, ou que não poderíamos fazer nada para reindustrializar a França, que não seríamos capazes de nada. Por isso, inspirem-se no que encontram nesta carta para convencer os nossos compatriotas. Não hesitem em utilizar os exemplos que podem encontrar nas nossas publicações, sobre todos os assuntos, para discutir com aqueles que ainda têm dúvidas ou sucumbem ao canto da sereia do pensamento único. (Le Pen, 2017d, p. 2, tradução nossa¹⁸)

¹⁸ No original: “*Il serait par exemple tout à fait légitime que les commandes publiques, de la part de l’Etat ou des collectivités, fassent d’abord travailler les entreprises françaises, cela les aiderait beaucoup. Eh bien c’est interdit par le droit de l’Union européenne. Ces thèmes sont essentiels, mais il est parfois compliqué de faire passer ces messages aux Français, tant de fausses croyances sont ancrées dans la population, comme cette idée pourtant saugrenue que l’Union européenne nous protégerait dans la mondialisation, ou encore que nous ne pourrions rien faire pour réindustrialiser la France, que nous ne serions plus capables de rien. Alors, inspirez-vous de ce que vous trouvez dans cette lettre pour convaincre nos compatriotes. N’hésitez pas à utiliser les exemples que vous pouvez piocher dans nos publications, sur tous les sujets, pour échanger avec*

A centralidade da proposta de esvaziamento da influência e poder direto da União Europeia na França também se confirma ao se analisar os “*Engagements présidentiels*” de Marine Le Pen, que são a reunião de cento e quatorze propostas para seu governo, divididas em várias áreas temáticas. A primeira subdivisão intitula-se “*Rendre à la France sa souveraineté nationale. Vers une Europe des nations indépendantes, au service des peuples*”, ou “Devolver à França a sua soberania nacional. Para uma Europa das nações independentes ao serviço dos interesses dos povos”, em português. Essa área concentra apenas uma proposta, que reflete a proposta de centralizar o poder da França em suas figuras nacionais, em diversas áreas:

1. Recuperar a nossa liberdade e o controle do nosso destino, devolvendo a soberania (monetária, legislativa, territorial, econômica) ao povo francês. Para isso, serão lançadas negociações com os nossos parceiros europeus, seguidas de um referendo sobre a nossa adesão à União Europeia. O objetivo é alcançar um projeto europeu que respeite a independência e a soberania nacional da França e que sirva os interesses do povo. (Le Pen, 2016b, p. 3, tradução nossa¹⁹)

O afastamento com a União Europeia também se baseia em uma dura crítica econômica ao bloco, devido à utilização de uma moeda única pelos Estados-membros. Durante a 3ª conferência presidencial promovida pela candidata, com o tema “*Le rôle de l'État dans l'économie.*”, ou – em português – “O papel do Estado na economia”, diversos posicionamentos da então candidata caminham para a retirada da França da União Europeia:

12:45²⁰: Será a União Europeia a última a alimentar-se de ilusões e a arruinar os povos da Europa, aderindo à ideologia globalista que promete pilhar os nossos territórios e fragmentar as nossas sociedades?

12:59: Os franceses vão entregar as chaves da França aos bancos comerciais e entregá-la à pilhagem do liberalismo ultra-financeiro?

ceux qui doutent encore ou succombent aux sirènes de la pensée unique.” LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°4**. Paris, 2017d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327152607/https://www.marine2017.fr/2017/01/20/lettre-de-marine-edito-n4/>. Acesso em: 18 set. 2023.

¹⁹ No original: “*1. Retrouver notre liberté et la maîtrise de notre destin en restituant au peuple français sa souveraineté (monétaire, législative, territoriale, économique). Pour cela, une négociation sera engagée avec nos partenaires européens suivie d'un référendum sur notre appartenance à l'Union européenne. L'objectif est de parvenir à un projet européen respectueux de l'indépendance de la France, des souverainetés nationales et qui serve les intérêts des peuples.*” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

²⁰ Nesta citação, os números que antecedem os textos indicam o local, no tempo, em que a fala foi transcrita do vídeo.

14:31: Um euro demasiado caro para a França e demasiado caro para a Espanha e a Itália conduziu-nos a déficits comerciais colossais que não têm remédio, em benefício apenas da Alemanha.

16:52: É por isso que vamos proceder a uma renegociação total dos tratados europeus para recuperar a nossa soberania monetária, legislativa, territorial e económica, seguida de um referendo sobre o Frexit.

17:07: Não seremos os primeiros nem os únicos a seguir este caminho.

17:11: É por isso que estou confiante. É por isso que acredito que chegou o momento de renovar os nossos laços com uma Europa de nações soberanas que são livres de determinar o seu próprio destino e de redescobrir o caminho da paz e da cooperação. (Le Pen, 2017e, transcrito do original, tradução nossa²¹)

De forma geral, a disputa pela centralização de poder na França demonstra a necessidade, para a candidatura, de reformar a influência da União Europeia, garantindo papéis cada vez mais preponderantes aos agentes políticos nacionais. Entretanto, não apenas agentes externos poderiam colocar em xeque o poder de uma possível presidência de Le Pen. O ponto três de suas propostas visavam garantir que o partido mais votado nas eleições tivesse acesso à hegemonia, com um bônus de cadeiras:

3. Permitir que todos os cidadãos franceses sejam representados por um sistema de representação proporcional em todas as eleições. A Assembleia Nacional será totalmente proporcional, com um bônus de maioria de 30% dos lugares para a lista que ficar em primeiro lugar e um limiar de 5% dos votos para ser eleito. (Le Pen, 2016b, p. 3, tradução nossa²²)

²¹ Transcrito do original, em francês: “12:45: *L'Union européenne sera-t-elle la dernière à se nourrir d'illusions et à ruiner les peuples d'Europe en souscrivant à l'idéologie mondialiste qui promet nos territoires au pillage et nos sociétés à la fragmentation ?*

12:59 : *Les Français vont-ils donner les clés de la France aux banques d'affaires et l'offrir au pillage de l'ultra libéralisme financier ?*

14:31: *Un euro trop cher pour la France, trop cher pour l'Espagne et l'Italie nous a entraîné dans des déficits commerciaux colossaux et sans remède au profit de la seule Allemagne.*

16:52: *Voilà pourquoi nous engagerons une renégociation totale des traités européens afin de retrouver notre souveraineté monétaire, législative, territoriale et économique, suivie d'un référendum sur le Frexit.*

17:07: *Nous ne serons ni les premiers ni les seuls sur cette voie.*

17:11: *Voilà pourquoi je suis confiante. Voilà pourquoi je considère le moment venu de renouer avec une Europe des nations souveraines et libres de leur destin et qui retrouvent la voie de la paix et de la coopération.”* LE PEN, Marine. **Conférence présidentielle n°3 : « Le rôle de l'État dans l'économie. »**. Facebook, 03 mar 2017e. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

²² No original: “Permettre la représentation de tous les Français par le scrutin proportionnel à toutes les élections. À l'Assemblée nationale, la proportionnelle sera intégrale avec une prime majoritaire de 30 % des sièges pour la liste arrivée en tête et un seuil de 5 % des suffrages pour obtenir des

Além disso, o ponto quatro previa uma redução considerável de membros em ambas as casas do parlamento francês: “Reduzir o número de deputados para 300 (dos atuais 577) e o número de senadores para 200 (dos atuais 348).” (Le Pen, 2016b, p. 3, tradução nossa²³). Essas proposições, aliadas, demonstram também uma tendência de esvaziamento do poder dentro da própria França, e não apenas para com a UE.

Outras fontes que podem ser reunidas nesta seção, que versa sobre o autoritarismo, são aquelas que inclinam as respostas a problemas sociais para políticas punitivistas e que envolvam as forças de segurança pública. Não são raros os acenos de Le Pen para os policiais ao longo de sua campanha. Na 7ª edição da “*Lettre de Marine*”, a então candidata pauta suas propostas para aumento de todo o efetivo policial na França como uma resposta ao terrorismo islâmico:

Na terça-feira, visitei três delegacias de polícia em Essonne. Pude constatar as condições deploráveis em que os nossos policiais trabalham todos os dias. Infelizmente, os últimos meses foram particularmente terríveis para os nossos policiais, que foram postos à prova pelo terrível atentado de Magnanville e pelo terrível atentado de Viry-Châtillon.

Mais uma vez, ofereço-lhes todo o meu apoio e comprometo-me a aumentar significativamente os seus recursos e os seus efectivos (mais 15 000 postos de polícia e de gendarmaria), bem como a dar-lhes todo o apoio moral e político de que necessitam para desempenharem as suas funções. Eles são os garantes da ordem republicana nos nossos territórios: isto confere-lhes todo o nosso respeito em troca do seu empenhamento ao serviço da nação e da sua integridade. (Le Pen, 2017e, p. 2, tradução nossa²⁴)

A relação que Le Pen tenta estabelecer entre a ampliação das forças policiais para o combate ao terrorismo delimita as nuances de uma estratégia positivista que amplia a visão de um inimigo comum a toda uma comunidade, que deve ser reprimida para se garantir a

élus.” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

²³ No original: “*Abaisser le nombre de députés à 300 (contre 577 aujourd’hui) et le nombre de sénateurs à 200 (contre 348 aujourd’hui).*” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

²⁴ No original: “*J’ai ainsi, mardi, visité trois commissariats de l’Essonne. J’ai pu constater les conditions déplorables dans lesquelles nos policiers travaillent chaque jour. Malheureusement, les mois qui viennent de s’écouler ont été particulièrement terribles pour nos forces de l’ordre, éprouvées par l’horrible attentat de Magnanville et l’attaque odieuse de Viry-Châtillon. Encore une fois, je leur apporte tout mon soutien et je m’engage à augmenter significativement leurs moyens et leurs effectifs (15 000 postes de policiers et gendarmes en plus) mais aussi à leur redonner tout l’appui moral et politique dont ils ont besoin dans l’exercice de leurs missions. Ils sont sur nos territoires les garants de l’ordre républicain : cela leur confère notre entier respect en échange de leur engagement au service de la nation et de leur probité.*” LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°7**. Paris, 2017e. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327180254/https://www.marine2017.fr/2017/02/11/lettre-de-marine-edito-n7/>. Acesso em: 18 set. 2023.

segurança. A edição anterior, de número 6, publicada em três de fevereiro de 2016, também trata desta relação punitivista, inclusive com o endurecimento de medidas para conter o avanço da imigração islâmica:

Quero aumentar o número de polícias e de gendarmarias para garantir a nossa segurança sem esgotar os homens que nos protegem, reconstituir uma alfândega digna desse nome para controlar as nossas fronteiras e lutar sem trêguas contra as redes islamistas. É preciso expulsar os pregadores estrangeiros do ódio, fechar todas as mesquitas radicais, proibir os financiamentos estrangeiros e controlar o que se passa nas associações que, por vezes, são tomadas e desviadas do seu objetivo inicial por islamistas que vêm fazer o pior proselitismo. (Le Pen, 2017f, p. 2, tradução nossa²⁵)

Assim, políticas que incluem restrições à liberdade de culto para uma dada parcela da sociedade, por conta de suas raízes culturais, são consequências autoritárias alimentadas pelo discurso nativista, já apresentado. Essas ações têm outros reflexos, que podem ser conhecidos na análise do plano de governo de Le Pen.

19. Introduzir uma pena de prisão perpétua para os crimes mais graves.
20. Criar 40.000 lugares de prisão adicionais em 5 anos.
21. Reintroduzir a deportação automática de criminosos e delinquentes estrangeiros. Introduzir acordos bilaterais que permitam aos estrangeiros condenados cumprir as suas penas no seu país de origem. (Le Pen, 2016b, p. 5, tradução nossa²⁶)

Essas ações, combinadas, caminham para punições cada vez mais penosas a imigrantes, e o enrijecimento da lei já os coloca em um local de pressuposta culpabilidade. Essa percepção

²⁵ No original: “*Je veux renforcer les effectifs de police et de gendarmerie pour assurer notre sécurité sans épuiser les hommes qui nous protègent, reconstituer des douanes dignes de ce nom pour contrôler nos frontières, lutter impitoyablement contre les réseaux islamistes. Il faut expulser les prêcheurs de haine étrangers, fermer toutes les mosquées radicales, interdire les financements étrangers et contrôler ce qui se passe dans les associations parfois prises en main et détournées de leur objet initial par des islamistes qui viennent s’y livrer au pire des prosélytismes.*” LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°6**. Paris, 2017f. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327180812/https://www.marine2017.fr/2017/02/03/lettre-de-marine-edito-n6/>. Acesso em: 18 set. 2023.

²⁶ No original: “*19 Instaurer une peine de prison de perpétuité réelle incompressible pour les crimes les plus graves.*
20 Créer 40000 places supplémentaires de prison en 5 ans.
21 Rétablir l’expulsion automatique des criminels et des délinquants étrangers. Mettre en place des accords bilatéraux permettant que les étrangers condamnés purgent leur peine dans leur pays d’origine.” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

se torna mais clara ao se analisar a fala de Le Pen, de seu discurso na 5ª conferência presidencial promovida pela candidata:

As pessoas com antecedentes devem, evidentemente, ser afastadas de todas as posições sensíveis e, se forem estrangeiras, deportadas sem demora. As pessoas com dupla nacionalidade serão destituídas da sua nacionalidade francesa e deportadas. É urgente impedir estes crimes abomináveis e estou determinado a utilizar todas as disposições existentes no arsenal jurídico para pôr os potenciais terroristas fora de ação. Por exemplo, o artigo 411 4 do código de pagamento permite-lhes serem detidos preventivamente.

Podem depois ser julgados e condenados a uma pena de prisão até 30 anos. Quando a identidade dos autores de um atentado é conhecida. Com demasiada frequência, ficamos a saber que o criminoso tinha sido perfeitamente detectado pela polícia, que tinha feito o seu trabalho. No entanto, ficámos inertes, por falta de um início formal. Nenhuma ação. De quantos mortos, quantos feridos precisamos para pôr os franceses em segurança?

Será que as liberdades pessoais de potenciais terroristas valem mais do que a integridade física das suas futuras vítimas?

Quanto aos cidadãos com dupla nacionalidade que participaram nessas atividades ou que foram cúmplices das mesmas, devem ser julgados, despojados da sua nacionalidade francesa e expulsos de França. Basta aplicar-lhes o artigo 23 7 do Código Civil. Já não merecem ser chamados franceses, com todos os privilégios que isso implica. Tornaram-se indignos de o serem. Além disso, no que se refere a estas necessárias expulsões de estrangeiros, quer tenham sido sempre franceses ou se tenham tornado franceses por desqualificação, que ninguém se oponha a elas com o pretexto dos riscos que correm no seu país de origem. Isso é incorreto. A culpa é deles, a responsabilidade é deles.

Tudo o que tinham de fazer em França era ter um comportamento que não fosse criminoso. Traíram a confiança do país que os acolheu. Expulsões, perda de nacionalidade, decisões legais ou administrativas serão, portanto, tomadas. E, como qualquer decisão jurídica ou administrativa, podem ser contestadas em tribunal. Permitirei, evidentemente, que as pessoas em causa façam uso das vias de recurso disponíveis no Estado de direito.

Mas não é possível, dado o nível de ameaças que enfrentamos atualmente, que a mão da justiça ou a do Estado tremam. (Le Pen, 2017c, transcrito do original, tradução nossa²⁷)

²⁷ Transcrito do original, em francês: “*Les fichés doivent bien entendu être écartés de toute fonction sensible et quand ils sont étrangers, expulsés sans délai, ceux qui sont binationaux seront déçus de leur nationalité française et expulsés. Il y a urgence dans le cadre de la prévention contre ces crimes abominables, je suis déterminé à utiliser toutes les dispositions déjà existantes de l'arsenal judiciaire pour mettre hors d'état de nuire les terroristes potentiels. Ainsi, l'article 411 4 du code paiement permet de les placer en détention provisoire.*

Puis de les juger et de les condamner à des peines allant jusqu'à 30 ans de prison. Quand l'identité des auteurs d'un attentat est connue. Trop souvent, nous apprenons alors qu'il était parfaitement repéré par les services de police qui, eux, avaient fait leur travail. Pourtant, nous étions restés inertes, faute de commencement formel. De passage à l'acte. Combien de morts, combien de blessés ? faut-il pour mettre les Français à l'abri ?

Essa transcrição apresenta uma configuração que muito se alinha com as noções de projetos autoritários. Há a expressa menção à diminuição do valor de liberdades individuais em prol de uma política de segurança nacional. Apesar de reconhecer a possibilidade de recursos e revisões judiciais, a candidata já apresenta que isso seria uma fraqueza do sistema judicial frente à grave crise enfrentada pela França. Ora, sendo as garantias constitucionais aquilo que municia um Estado democrático de direitos a se afastar de uma posição autoritária, configura-se como sintomático o posicionamento analisado.

Existem, ainda, outras posições que parecem se encaixar nas definições levantadas sobre o autoritarismo que não parecem dizer respeito exclusivamente aos imigrantes, mas preveem uma ampliação da punição como um todo à população:

- 17. Aplicar a tolerância zero e pôr termo ao laxismo judicial, revogando as leis penais laxistas (como a lei de Taubira), restabelecendo as penas mínimas e abolindo as remissões automáticas.
- 18. Combater a delinquência juvenil através da responsabilização dos pais e da abolição do pagamento de subsídios sociais.
- 22. Integrar a administração penitenciária no Ministério do Interior e reforçar os serviços de informação penitenciária.
- 23. Aumentar o número de lugares de magistrados, nomeadamente através de recrutamento externo. Para romper com a cultura do laxismo, suprimir a *École Nationale de la Magistrature* e criar um programa de formação comum para

Les libertés individuelles des terroristes potentiels valent elles mieux que l'intégrité physique de leurs futures victimes ?

Quant aux binationaux qui se sont engagés dans de telles activités où qui en ont été complices, ils doivent être jugés, être déchus de leur nationalité française et expulsés du territoire. Il suffit de leur appliquer l'article 23 7 du code civil. Ils ne méritent plus de répondre aux beaux noms de français avec les privilèges qui y sont afférents. Ils en sont devenus indignes. D'ailleurs, à propos de ces nécessaires expulsions d'étrangers, qu'il l'ait toujours été ou qu'il le soit devenu par déchéance, que personne ne vienne s'y opposer sous prétexte des risques qu'ils encourent dans leur pays d'origine. C'est faute. C'est leur faute, c'est leur responsabilité.

Il n'avait qu'à avoir un autre comportement qu'un comportement délictuel ou qu'un comportement criminel en France, ils ont trahi la confiance du pays qui les a accueillis. Expulsions, déchéance de nationalité, des décisions de justice ou administratives interviendront donc. Et comme toute décision de justice ou comme toute décision administrative, elles peuvent être contestées devant le juge. Je laisserai bien entendu cette possibilité aux personnes concernées de faire valoir ses recours que commande l'État de droit.

Mais il n'est pas possible au niveau de menaces où nous sommes aujourd'hui que la main de la justice ou celle de l'État tremble.” LE PEN, Marine. Conférence présidentielle n°5 : « **La France face au défi terroriste** ». Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

as carreiras judiciais (com escolas de formação). (Le Pen, 2016b, p. 5-6, tradução nossa²⁸)

De uma maneira geral, essas propostas também reforçam as proposições de um estado estritamente punitivista, que trata a sua política carcerária como uma revanche aos transgressores da lei. Mesmo os estrangeiros e imigrantes ocupando uma posição central nos planos de ações e restrição de direitos, não parece correto dizer que a própria população francesa também não seja alvo, em outra medida, do alcance desses ideais.

3.1.3 Populismo

O populismo é um traço forte da campanha política de Marine Le Pen no pleito de 2017. Como abarca a teoria, essa disposição se manifesta através de uma posição contra o *establishment* da política francesa, alçada como uma alternativa à política tradicional que não mais supre as demandas presentes da população. Além disso, existe uma tendência para que o agente político se entenda como a encarnação da voz popular, que é reverberada através de suas posições e projetos, e – por isso – se municia desta dita legitimidade para suas ações.

Neste sentido, produtos atores que se valem de estratégias populistas partem, geralmente, de um ponto em comum: a ideia de crise representativa. Essa perspectiva parece também fundamentar a análise para algumas fontes, extraídas da campanha de Marine Le Pen. Ao longo de sua 4ª conferência presidencial, intitulada “*La citoyenneté*”, “A cidadania”, em tradução livre, a partir dos vinte e um minutos e cinquenta e seis segundos, a então candidata traça um panorama acerca do sentimento de representatividade popular, em sua visão:

Ouçó o sofrimento daqueles que se sentem esquecidos pela República.
Aproximei-me da desgraça daqueles que gritaram, que não foram ouvidos,

²⁸ No original: “17. Appliquer la tolérance zéro et en finir avec le laxisme judiciaire par l’abrogation des lois pénales laxistes (comme la loi Taubira), le rétablissement des peines planchers et la suppression des remises de peine automatiques.
18. Lutter contre la délinquance des mineurs en responsabilisant les parents par la suppression du versement des aides sociales
22. Rattacher l’administration pénitentiaire au ministère de l’Intérieur et renforcer le renseignement pénitentiaire.
23. Augmenter le nombre de postes de magistrats, notamment par un recrutement au tour extérieur. Afin de rompre avec la culture du laxisme, supprimer l’École Nationale de la Magistrature et créer une filière de formation commune aux carrières judiciaires (avec des écoles d’application).” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

que votaram e cujo voto foi desprezado. Estamos a viver uma crise de representação, uma crise de debate público, uma crise de cargos eleitos, uma crise de cidadania. O elevado nível de abstenção e o baixo nível de confiança nos representantes eleitos são a prova de que a nossa democracia está num estado de vazio. Esta crise é grave porque põe em causa o governo de França. É grave porque permite que as minorias se imponham à maioria democrática, porque retira à regra da maioria a sua vantagem política.

Perante as ameaças crescentes, a única resposta democrática é o voto maioritário, o voto proporcional e os referendos. É uma resposta republicana. É uma resposta inclusiva. É uma forma de fazer com que aqueles que se mantiveram afastados da vida pública participem nela. É assim que se silencia a retórica da exclusão. É assim que se devolve aos franceses o poder de fazer as suas próprias leis.

Um governo verdadeiramente representativo do povo francês, um Estado que garanta o bem comum e o conteúdo da vida em comum, sem os fundamentos da nova cidadania que vamos construir. Mas a condição prévia para esta nova cidadania é a soberania do povo. (Le pen, 2017g, transcrito do original, tradução nossa²⁹)

Ora, esta fonte municia uma análise ampla acerca das percepções populistas na campanha de Marine Le Pen à presidência francesa em 2017. O início da transcrição apela justamente para a crise de representatividade, buscando uma fabulação que coloca os franceses à margem dos processos decisórios e que, por isso, já não acreditavam mais na república. As causas disso, para a candidata, estão ligadas à manutenção de políticas direcionadas a uma minoria da população, inclinando o entendimento como se fossem essas minorias os verdadeiros votos computados. Como solução, apela-se para uma construção bem comum de políticas populistas, definidas no entendimento desta pesquisa, que são os referendos e plebiscito. Ou seja, travestida de vontade popular – atestada por eleições com caráter

²⁹ Transcrito do original, em francês: “*J'entends la souffrance de celle de ceux qui se vivent oubliés de la République. J'ai approché le malheur de ceux qui ont crié, qui n'ont pas été entendu, qui ont voté et dont le vote a été bafoué. Nous vivons une crise de la représentation qui est une crise du débat public, une crise des mandats électifs, une crise de la citoyenneté. Le niveau élevé de l'abstention, le niveau si faible de la confiance accordée aux élus traduisent un passage à vide de notre démocratie. Cette crise est grave parce qu'elle vient entacher de doute le gouvernement de la France. Elle est grave parce qu'elle permet à des minorités de s'imposer à la majorité démocratique, parce qu'elle prive la règle majoritaire de son tranchant politique.*

Face aux menaces qui montent, la seule réponse démocratique est dans le scrutin majoritaire dans le scrutin, pardon, proportionnel et dans le référendum. C'est une réponse républicaine. Et c'est une réponse inclusive. Voilà comment faire participer à la vie publique celles et ceux qui s'en tiennent éloignés. Voilà comment faire taire les discours sur l'exclusion. Voilà comment rendre aux Français le pouvoir de faire la loi chez eux.

Un gouvernement vraiment représentatif du peuple français, un État garant du bien commun et du contenu de la vie en commun, sans les bases de la nouvelle citoyenneté que nous construirons. Mais le préalable à cette citoyenneté retrouvée, c'est la souveraineté du peuple.” LE PEN, Marine. **Conférence présidentielle n°4 : « La citoyenneté »**. Facebook, 14 mar 2017g. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1676596402356677>

democrático e majoritário – objetiva-se a supressão, justamente, de garantias democráticas titularizadas por parcelas da população. A última frase transcrita do discurso apresenta bem este fundamento, como se a própria cidadania residisse na soberania do povo, e não essencialmente em garantias legais, e este fosse o significado de cidadania para a campanha.

Essas respostas populistas aos desafios traçados pela candidatura também estão presentes no plano de governo de Le Pen. Alguns pontos fazem inclinação a mudanças constitucionais, através de plebiscitos. Esses pontos estão reunidos sobre o título de “*Réformes institutionnelles: Rendre la parole au peuple et établir une démocratie de proximité*”, em português “Reformas institucionais: Dar voz aos cidadãos e instaurar uma democracia de proximidade”, e pautam, por exemplo:

2. Realizar um referendo para rever a Constituição e condicionar qualquer futura revisão da Constituição à realização de um referendo. Alargar o âmbito de aplicação do artigo 11º da Constituição.
5. Criar um verdadeiro referendo de iniciativa popular, sob proposta de pelo menos 500.000 eleitores. (Le Pen, 2016b, p. 5, tradução nossa³⁰)

Durante um vídeo, postado em seu canal oficial no YouTube, dias antes da eleição do segundo turno, Le Pen reforça sua posição de se enxergar como a candidata do povo, que também seria o responsável por propagar sua campanha:

Por isso, conto com vocês mais uma vez, nesta reta final, para restabelecer a verdade sempre que necessário, para convencer e mostrar a todos os nossos compatriotas que o meu projeto os protege. Vocês são os melhores mensageiros, responsáveis, inteligentes e unidos, para explicar que a minha eleição como Chefe de Estado será a melhor notícia para os franceses. Há muito tempo que sou a candidata do povo e sinto isso ainda mais claramente quando vejo todas as ações de vocês. Estou lutando nesta eleição por vocês, é com vocês. É graças a vocês. (Le Pen, 2017h, transcrito do original, tradução nossa³¹)

³⁰ No original: “2. Organiser un référendum en vue de réviser la Constitution et conditionner toute révision future de la Constitution à un référendum. Élargir le champ d’application de l’article 11 de la Constitution.

5. Créer un véritable référendum d’initiative populaire, sur proposition d’au moins 500000 électeurs.” LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

³¹ Transcrito do original, em francês: “C’est donc sur vous que je compte encore une fois dans cette dernière ligne droite pour rétablir la vérité chaque fois que ce sera nécessaire pour convaincre et pour montrer à tous nos compatriotes que mon projet les protège. Vous êtes les meilleurs messagers, responsables, intelligents et solidaires pour expliquer que mon élection à la tête de l’État sera la

Ao propor que sua candidatura encarna a vontade do povo, Le Pen lança mão de uma fantasia mítica sobre quem constitui o seu próprio ideário de povo, quando se coloca como uma espécie de salvadora, que poderia mediar a crise de representação, através de sua eleição. Para alavancar essa ideia, recorre-se, frequentemente, à criação de outro tipo de inimigo comum deste povo, que anseia por sua representante: a política tradicional, que encarna a culpa de não mais atender às demandas que se apresentam. Sendo assim, é possível perceber atuações da candidata nesse sentido, apresentando seu concorrente do segundo turno como um problema político a ser superado. Isso fica claro quando se analisa o vídeo oficial da campanha de Le Pen para o segundo turno, publicado em seu canal do YouTube em 04 de maio de 2017. A partir dos trinta segundos, a candidata afirma:

Estas eleições são cruciais para o futuro da França, para a sua prosperidade, a sua segurança, a sua liberdade, a sua identidade. Não podemos continuar com a mesma política do quinquênio Macron-Hollande, apoiada por todas as figuras ultrapassadas e desacreditadas do sistema. O meu adversário quer ir ainda mais longe. No saque do nosso país, trata-se da nossa proteção social ou da nossa identidade nacional. (Le Pen, 2017i, transcrito do original, tradução nossa³²)

Essa fala vale-se de uma posição teorizada do populismo, de buscar ativamente deslegitimar atores de uma política tradicional, em prol de uma candidatura de fora do sistema, e que se opõe a uma série de práticas que minam a confiança do público no sistema político. A posição de Le Pen não é pontual, em seu último vídeo postado antes do segundo turno das eleições presidenciais, intitulado “*Dimanche, choisissez la France!*”, ou “Domingo, escolha a França!”, em português, a candidata volta a reiterar ataques a seu oponente, como sendo um herdeiro de uma política tradicional, em face a sua proposta moderna e descolada de velhas práticas que corromperam a confiança da população:

meilleure nouvelle pour les Français. Depuis longtemps, je suis la candidate du peuple et je le sens avec une évidence encore plus grande lorsque je vois toutes vos actions, si je. Me bats dans cette élection, c'est pour vous, c'est avec vous. C'est grâce à vous.” LE PEN, Marine. **Marine Le Pen remercie la patriosphère | Marine 2017**. Youtube, 24 abril 2017h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C-4VqZba9KU&ab_channel=MarineLePen

³² Transcrito do original, em francês: “*Cette élection est cruciale pour l'avenir de la France, sa prospérité, sa sécurité, sa liberté, son identité. Nous ne pouvons pas continuer avec la même politique que celle du quinquennat Macron-Hollande, soutenue par toutes les figures dépassées et discréditées du système. Mon adversaire veut même aller encore plus loin. Dans le saccage de notre pays, il s'agit de notre protection sociale ou de notre identité nationale.*” LE PEN, Marine. **Marine Le Pen remercie la patriosphère | Marine 2017**. Youtube, 24 abril 2017i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N6t5qjd01qA&app=desktop&ab_channel=MarineLePen

Francesas, Franceses, meus queridos, meus amados compatriotas, a campanha está terminando e vocês, eleitores franceses, confrontados com uma escolha essencial, podem optar por continuar com aqueles que nos governam, para continuar o impulso do mandato de cinco anos de François Hollande, um mandato de cinco anos pelo qual Emmanuel Macron é simultaneamente responsável e culpado. Ele foi conselheiro econômico de François Hollande, vice-secretário-geral do *Élysée* e então ministro da Economia. Temos os resultados diante dos olhos, vocês sabem, nosso país carrega todas as feridas e todas as fraturas. (Le Pen, 2017i, transcrito do original, tradução nossa³³)

Esse cenário fundamenta a percepção mais ampla de como os programas e projetos políticos de Marine Le Pen, durante a campanha presidencial francesa de 2017, também se alinhavam com uma perspectiva populista, que fundamentava a candidata não apenas como a encarnação da voz de um povo imaginado, representando uma parcela da população que era fabulada como um conjunto nacional, mas como uma candidata que estava à margem do jogo político tradicional, e – por isso – seria a escolha para recuperar, inclusive, a confiança do povo na república.

3.2 BRASIL, 2018

Compreender a trajetória política de Jair Messias Bolsonaro pode se configurar uma análise dispare em relação à maioria dos agentes políticos. Diferentemente de outros candidatos à presidência no Brasil, o pleito de Bolsonaro em 2018 não foi antecedido de uma longa tradição em um partido, muito menos de um programa político coerente ou, ao menos, claramente estruturado. Por conta disso, um histórico do candidato passará por dois momentos distintos. Primeiro, propõe-se um breve histórico biográfico do candidato, sobre sua carreira antes de ingressar na vida pública, em seguida será apresentado um levantamento sobre sua atuação no poder legislativo da república brasileira, que antecedeu sua primeira candidatura ao executivo, que foi vitoriosa, em 2018.

³³ Transcrito do original, em francês: “*Française, français mes très cher mes bien aimée compatriotes, la campagne s'achève et vous êtes-vous électeur français, face à un choix essentiel, vous pouvez choisir de continuer avec ceux qui nous gouvernent, poursuivre sur la lancée du quinquennat de François Hollande un quinquennat dont Emmanuel Macron est à la fois comptable et coupable. Il a été le conseiller économique de François Hollande, le secrétaire général adjoint de l'Élysée, puis le ministre de l'économie. Son bilan, nous l'avons devant les yeux, vous le connaissez, notre pays emporte toutes les blessures et toutes les fractures.*” LE PEN, Marine. « **Dimanche, choisissez la France !** ». Youtube, 05 mai 2017j. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170527101521/https://www.marine2017.fr/2017/05/05/avec-moi-je-vous-invite-a-choisir-la-france/>

A vida profissional de Jair Messias Bolsonaro se fez no Exército Brasileiro, em 08 de março de 1973, quando tinha 17 anos. Em um primeiro momento, foi aprovado para ingressar na EsPCEEx, a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, mas pouco tempo depois foi designado para integrar a Academia Militar das Agulhas Negras, instituição com equivalência ao Ensino Superior, que tem por objetivo formar oficiais para o Exército Brasileiro. No entanto, o período de Bolsonaro no exército foi marcado por processos disciplinares e desvio de conduta.

O verbete biográfico de Jair Messias Bolsonaro, incluído no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil³⁴, da fundação Getúlio Vargas, descreve como foi o primeiro conflito entre Bolsonaro e o comando das forças armadas. Em 1986, enquanto servia como capitão no 8º Grupo de Artilharia de Campanha, Jair Bolsonaro ganhou destaque nacional ao escrever um artigo intitulado "O salário está baixo" na seção Ponto de Vista da revista Veja. No artigo, Bolsonaro argumentou que o desligamento de dezenas de cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) se devia aos baixos salários pagos à categoria em geral, e não a desvios de conduta, como a cúpula do Exército queria fazer parecer. A publicação resultou em sua prisão por violar o regulamento disciplinar, porém, a reação de seus superiores também provocou a solidariedade de oficiais da ativa e da reserva. Bolsonaro recebeu aproximadamente 150 telegramas de apoio de várias regiões do país, além do suporte de oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) e de esposas de oficiais, que realizaram uma manifestação em frente ao complexo militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

A primeira ação política de Bolsonaro no exército lhe rendeu medidas disciplinares, mas também aumentou sua posição e influência, sobretudo entre os baixos oficiais. Entretanto, ela não seria a última. Em 25 de outubro de 1987 foi publicada a reportagem "Pôr bombas nos quartéis, um plano na EsAO" na revista Veja, pela jornalista Cassia Maria, que descrevia uma suposta entrevista, concedida por Bolsonaro na qual ele afirmava que havia a intenção de plantar bombas em prédios do Exército Brasileiro para demandar o aumento de salários.

Após negativas da autoria do plano, por parte de Jair Messias Bolsonaro, bem como uma tentativa do comando do exército em abafar as repercussões do caso, a Revista Veja publica uma segunda matéria, em 04 de novembro de 1987, intitulado "De próprio punho", que reproduzia um suposto croqui, feito por Bolsonaro, que descreveria o plano relatado. Frente a

³⁴ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC/FVG. Verbetes bibliográficos de Jair Messias Bolsonaro. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 28 de set. de 2023.

novas denúncias, um novo processo disciplinar foi aberto, recomendando o afastamento de Jair Messias e outros oficiais do Exército. Em fevereiro de 1988, o Jornal do Brasil noticiou não apenas o afastamento, mas também os motivos pela decisão:

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, acolheu a sugestão de afastar das Forças Armadas os capitães Jair Messias Bolsonaro e Fábio Passos da Silva, porque eles faltaram com “a honra e a verdade”, preceitos “basilares” da instituição militar. Em entrevista coletiva na sede do Comando Militar do Leste - interrompendo reunião do Alto Comando do Exército que, pela primeira vez em mais de 10 anos, realiza-se fora de Brasília -, Leônidas admitiu que errou ao acreditar nos militares, que planejam colocar bombas em quartéis para forçar aumentos de salários.³⁵

Porém, Bolsonaro recorreu da decisão ao Superior Tribunal Militar – STM, que, na sessão de 16 de junho de 1988, decidiu pela absolvição do oficial, conforme descrito no processo disponível no Arquivo Nacional, no fundo do Estado-Maior das Forças Armadas, sobre a identificação de “Informação nº 394 S/102-A8-CIE”. O interesse de ingressar na carreira política, inclusive, foi manifestado nos autos do processo, e constava na decisão dos juízes, que já consideravam a substituição do seu status de militar ativo para a reserva, em função da campanha política:

Pretende realizar manifestações com interesses políticos.

11. Em 29 Jul 88, lança sua candidatura à Câmara Municipal do RIO DE JANEIRO/RJ pelo PDC. Sua base eleitoral seria o público interno descontente com os vencimentos.

12. A partir de Ago 88 desenvolve intensa campanha eleitoral junto ao público interno. 13. Eleito vereador PDC/RJ com 11.062 votos nas eleições de 15 Nov 88.

14. A partir desta data, na reserva não remunerada, inicia um intenso trabalho como defensor dos interesses da classe militar, sem que para isso, tenha representatividade ou delegação, arguindo, contrapondo e acusando de forma descabida autoridades constituídas nos mais diversos níveis.³⁶

Foi nesse cenário que Bolsonaro ingressou na vida política, assumindo uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, a partir de janeiro de 1989, pelo Partido Democrata

³⁵ JORNAL DO BRASIL. “Exército afasta por mentiras capitães conspiradores.”. 27/02/1988 acervo do JB. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC&dat=19880227&printsec=frontpage&hl=pt-BR>. Acesso em: 28 set. 2023.

³⁶ Arquivo Nacional. Cap. R1 Jair Messias Bolsonaro - Info 394. 27 Jul 90. Página 3. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/Pesquisa_Livre_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=2015178&v_aba=1. Acesso em: 28 set. 2023.

Cristão – PDC. No período que esteve na casa, apresentou sete proposições legislativas, das quais seis foram arquivadas e uma vetada integralmente pelo prefeito. Entretanto, é possível traçar qual foi a prioridade do projeto político do candidato ao ocupar o poder legislativo do Rio de Janeiro, ao analisar o projeto de lei 113/89, submetido ainda em abril de 1989, que tinha como ementa “Autoriza o transporte gratuito de militares nos coletivos rodoviários urbanos na forma que determina e dá outras providências”³⁷.

O tempo no legislativo carioca, entretanto, não foi longo, já que em 31 de janeiro de 1991, Jair Bolsonaro renunciou ao seu mandato para assumir uma cadeira na Câmara Federal, no Congresso Brasileiro, como deputado federal, representando o estado do Rio de Janeiro, ainda pelo PDC. Dentro do congresso nacional, Bolsonaro foi reeleito para o mesmo cargo durante décadas, ocupando sete mandatos sequenciados. Ao longo de sua carreira, entretanto, não se alocou em um único partido, mantendo quase uma média de partido por mandando, integrando as agremiações: Partido Progressista Reformador – PPR; Partido Progressista Brasileiro – PPB; Partido Trabalhista Brasileiro – PTB; Partido da Frente Liberal – PFL; Partido Progressista – PP; Partido Social Cristão – PSC³⁸.

Durante o tempo que compôs o legislativo federal, entretanto, Bolsonaro manteve uma baixa produção legislativa. Nos quase trinta anos que permaneceu dentro do congresso, apenas cinco projetos de lei federal sob sua autoria passaram a integrar o ordenamento jurídico brasileiro³⁹. Com todas as demais propostas arquivadas ou ainda em tramitação, é possível advogarmos em torno da compreensão de Caldeira Neto, quando afirma que Bolsonaro foi, durante sua vida política, um deputado afastado do centro de tomadas de decisões federais, como defende em “A extrema direita brasileira e os partidos políticos: Do isolamento à agitação”. Segundo Caldeira Neto, a figura de Jair Bolsonaro é uma exceção notável. Ativo politicamente desde o período da transição democrática, Bolsonaro ficou conhecido por sua defesa da tortura e de outras atividades incompatíveis com a legalidade democrática. Apesar da retórica anticomunista, o político e seus aliados eram considerados membros do chamado “baixo clero” político, ou seja, considerados, pela análise que corrobora Caldeira Neto, como parlamentares sem grande destaque ou poder político (Caldeira Neto, 2021, p. 223).

³⁷ Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Sistema de acompanhamento legislativo. Disponível em: http://aplicsc.camara.rj.gov.br/scriptcase/sistemas/Spl_ant/Consulta_Proj_Autor_completa/. Acesso em 28 set 2023.

³⁸ Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil. Sistema de divulgação dos resultados. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/#!/eleicao/resultados>. Acesso em: 06/01/2022.

³⁹ Câmara dos Deputados. Sistema de informações legislativas. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>. Acesso em: 06/01/2022.

A marginalização política, no entanto, não foi um impeditivo para que, sobretudo no impeachment de Dilma Rousseff da presidência brasileira em 2016, grupos de direita começassem a aventar Bolsonaro como um representante de grupos conservadores no país. Foi nesse contexto que o uso de diversas notícias falsas, sobretudo endossadas ao longo do processo investigativo da “Lava-Jato”⁴⁰, demarcaram a tônica que seria reproduzida ao longo da campanha. Diversas pautas contrárias à democracia liberal do país, juntamente com sucessivas declarações na contramão de direitos humanos, lhe renderam projeção política, como também apresenta Odilon Caldeira Neto, em “Neofascismo, ‘nova república’ e a ascensão das direitas no Brasil”. O autor destaca que, sem dúvida, Jair Bolsonaro era um representante das parcelas mais radicais da extrema direita brasileira. Como era politicamente ativo desde o período da transição democrática, Bolsonaro ficou conhecido por sua defesa da tortura e de outras atividades que violavam a legalidade democrática. Ele também alimentava a desconfiança na democracia liberal, nos ritos institucionais, no desprezo pelas minorias e na perseguição política aos adversários. Portanto, não foi surpreendente para o autor que o então deputado Jair Bolsonaro tenha sido reconhecido como uma possível liderança por grupos mais radicais da extrema direita brasileira, incluindo aqueles de inspiração neonazista (Caldeira Neto, 2020, p. 134).

Foi essa aglutinação de uma agenda conservadora ao entorno do Bolsonaro que não apenas sustentou sua pretensão eleitoral ao comando do executivo federal, mas também começou a delimitar um movimento mais amplo, que gerou como produto o próprio bolsonarismo. As atuais pesquisas, certamente, não caminham para a redução do bolsonarismo à estrita figura de Bolsonaro, ao contrário, representam o movimento como uma arena de disputas internas, com várias demandas que se mantêm coesas por uma frágil posição ideológica de apoio à campanha, mas que também não renunciam às suas próprias agendas. Diversos pesquisadores buscaram criar uma definição mínima que caminhasse para esse entendimento,

40 A Lava-Jato foi, inicialmente, um conjunto de investigações que visavam relações corruptas entre o alto escalão da política brasileira e empresas privadas, sobretudo do ramo de construção civil. Entretanto, anos após o início das investigações, diversos juízes e promotores que trabalharam no caso foram apontados como parciais, acusados de realizarem diversas prisões ou investigações para fins políticos. Em consequência, diversos processos foram revistos ou anulados pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil, sendo o caso mais emblemático a anulação das condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após meses de prisão, que o impediram de concorrer à presidência da República nas eleições de 2018. Mesmo com efeitos jurídicos questionados nos tribunais superiores, o impacto político foi fundamental na concretização do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, e até na eleição de 2018, com a posterior nomeação do juiz que comandava o conjunto de investigações da Lava-Jato, Sérgio Moro, como ministro da Justiça após a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República em 2018.

como – por exemplo – Diogo Cunha aponta em “Uma direita revolucionária? O bolsonarismo em perspectiva histórica”. Para o autor, o termo refere-se a um conjunto difuso de ideias, reivindicações e contestações que se transformaram em um projeto político – considerado revolucionário por alguns de seus representantes – com a intenção de realizar uma ruptura com o modelo político brasileiro estabelecido pela Constituição de 1988. Esse projeto político não foi o resultado de uma formulação prévia ou de um amadurecimento intelectual por parte do atual “líder”, o presidente da República. Para Cunha, ele surgiu a partir de um conjunto inicial de ideias vagas que se solidificaram com a atuação de grupos ultraconservadores e ultraliberais que passaram a se aproximar de Jair Bolsonaro quando ele emergiu após a crise de 2013 como o representante mais legítimo da extrema direita e o mais ferrenho opositor do Partido dos Trabalhadores (PT) (Cunha, 2021, p. 185-186).

Essa grande coalizão, sustenta Daniel Aarão Reis em “Notas para a compreensão do bolsonarismo”, pode ser atribuída a três círculos distintos que, apesar de apresentarem algumas convergências, são pilares sobre os quais a candidatura de Bolsonaro se sustentou. No primeiro círculo, como indica o autor, estaria seu núcleo mais coeso, representado pelas Forças Armadas e policiais, bem como membros do congresso nacional com estreita ligação com os aparelhos de segurança, que se sentiram à margem do processo político após 1988 e viram em Bolsonaro a chance de voltar à arena política. Em um segundo círculo, o autor apresenta as igrejas evangélicas, que integram a coalizão visando o avanço de pautas conservadoras em campos sociais, embora também já não estejam completamente alinhadas com as pautas mais extremadas e violentas, como seu núcleo mais íntimo. E, por fim, um terceiro ciclo seria a penetração do bolsonarismo dentro das elites, com o apoio do agronegócio e do capital financeiro, alavancado pela aliança com Paulo Guedes, que – mesmo aparentemente distante de posições conservadoras do ponto de vista social – viram na candidatura de Bolsonaro uma oportunidade de frear projetos políticos em curso de governos anteriores, sobretudo após a perda política da direita tradicional no cenário político (Reis, 2020, p. 8-9).

Foi sobre essa plataforma que Jair Messias Bolsonaro construiu sua campanha à presidência da república federativa do Brasil em 2018. É importante destacar também que o Brasil segue um sistema de governo presidencialista, ou seja, o cargo de presidente da república acumula, ao mesmo tempo, as funções de chefe de Estado e de governo. Assim, liderando plenamente o executivo, o presidente da República acumula, certamente, grande poder decisório de aplicação de recursos públicos e formação do governo, além de orientar várias

políticas nacionais de órgãos ligados à administração pública federal, que passam por todos os campos socialmente relevantes, como saúde, educação, segurança e mobilidade.

3.2.1 Nativismo

A discussão de nativismo, dentro da análise de fontes recortadas para esta investigação, centrará na própria noção de povo que a campanha de Bolsonaro estabelece para o pleito. O estudo buscará demonstrar como, para o candidato, os valores mais importantes que norteiam a cultura do país podem ser alocados no tripé de defesa da pátria, da manifestação da fé cristã e da primazia da família. Essa tripartite já é conhecida no estudo da ultradireita brasileira e parece fornecer o substrato sobre o qual Bolsonaro funda a imagem do verdadeiro brasileiro, que recorrentemente será classificado de maneira genérica como “cidadão de bem”.

A partir disso, a principal pauta nativista, ao compreendermos essa ideologia como uma defesa em torno da manutenção de traços culturais comuns em uma dada comunidade, aventada por Bolsonaro, é a defesa do cidadão de bem e sua família. Nessa perspectiva, o mal a ser combatido é tão abstrato quanto a ideologia que o funda, recorrentemente classificado como “a esquerda”.

Muito além de se opor à antítese política do seu campo, Bolsonaro busca uma segregação cultural entre toda forma de vivência que se desvie de um padrão estabelecido como seguro, o que recorrentemente se traduz em políticas reais de segregação de minorias étnicas e políticas. Inclusive, as limitações da compreensão dessa análise central da campanha de ultradireita no Brasil, como uma ideologia nativista, também levantarão questões sobre a aplicabilidade de recortes metodológicos para países centrais em realidades mais periféricas à hegemonia global.

A partir dessa hipótese, podemos recorrer às definições que a pesquisadora Isabela Kalil compilou no seu relatório “Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro”, fruto de uma pesquisa antropológica ao longo do pleito de 2018:

O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”,

“petistas” ou “de esquerda” - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo.

Para se compreender como o discurso contra a corrupção encontra lastro na figura do “cidadão de bem” é preciso considerar os diferentes sentidos atribuídos pelas pessoas a aquilo que chamamos de corrupção. É possível capturar seus sentidos a partir da tríade Deus, Pátria e Família - mote defendido pelos grupos de ultradireita seculares ou religiosos. A forma mais evidente da corrupção é aquela em que “políticos roubam o povo”. Esta forma seria um atentado contra a pátria e diz respeito a uma conduta pública, cívica. (Kalil, 2018, p. 10)

A descaracterização daqueles que não se encaixem no perfil de “cidadão de bem”, cria, então, um legítimo espaço de supressão de direitos, alimentado por um discurso que – ao fundar uma classificação de “acesso” à cidadania – também exclui esse direito daqueles que não estão abarcados por ela. Um exemplo são as falas realizadas pelo então candidato sobre um carro de som em Araçatuba, no interior do estado de São Paulo. Em notícia extraída do portal de notícias G1, do grupo Globo, há a transcrição das falas:

Conosco não haverá essa politicagem de direitos humanos, essa bandidagem vai morrer porque não enviaremos recursos da União para eles. Em vez de paz, essas ONGs prestam um desserviço ao nosso Brasil. Precisamos de alguém sentado na cadeira presidencial que respeite a tradicional família brasileira, que tenha Deus acima de tudo, como lema nosso. (Bolsonaro, 2018⁴¹)

Essas posições reforçam a não compatibilidade de uma estrutura de nação que não sirva aos seus cidadãos, mesmo que a comunidade que a forme seja imaginada e fundada a partir da exclusão ativa de outros sujeitos. Isso fica ilustrado com a proposta de impedir acesso a direitos fundamentais às pessoas condenadas pelo sistema judiciário, inclinando sua base a também não reconhecer a posição de sujeitos de direitos desses indivíduos.

Embora não seja um ponto central na sua campanha, Bolsonaro também deu declarações sobre a presença de imigrantes venezuelanos no território brasileiro, que fugiram de seu país por conta de instabilidades políticas e econômicas. Mesmo que o Brasil não tenha recebido um grande fluxo migratório como outros países da América Latina, o candidato também dirigiu

⁴¹ BOLSONARO, Jair Messias. **Transcrição do discurso proferido em Araçatuba/SP**. G1: 23 ago. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandidagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>

ataques à condição de estrangeiros no país durante o mesmo evento em Araçatuba, como relata a reportagem:

Em meio ao discurso, o presidencial também disse aos eleitores que acompanhavam a carreata que, "ou colocamos gente como nós na política, ou não temos futuro". Segundo ele, "gente como nós" é "gente honesta, que acredita em Deus e gente que é patriota".

Jair Bolsonaro também declarou que "gente como nós" não quer o Brasil se aproximando cada vez mais do que acontece na Venezuela. Para ele, o país sul-americano, que há pouco tempo era um dos mais ricos do continente, se tornou uma nação "onde quase todos fogem da ditadura, fome, violência e miséria". (Bolsonaro, 2018)⁴²

Mesmo assim, as críticas de Bolsonaro parecem estar mais ligadas ao contexto político que a Venezuela vivia no contexto de crise migratória, frequentemente usado pela campanha como resultado de políticas de esquerda, do que essencialmente contra os migrantes. Os ataques à oposição do espectro político, muitas vezes, visavam revoltar seus eleitores pela quebra de valores considerados basilares aos "cidadãos de bem". Um exemplo ocorreu após uma sabatina realizada pelo Jornal Nacional, programa jornalístico da Rede Globo de comunicações, onde o candidato foi impedido de mostrar um suposto livro que estaria sendo distribuído em escolas pelo país e que constituiria o "Kit Gay", uma fabulação do candidato que afirmava que o Partido dos Trabalhadores (PT) estaria distribuindo material de caráter pornográfico em escolas. Após, o então candidato gravou um vídeo onde apresentou o livro, argumentando que:

E esse livro, eu mostrei, tentei mostrar o Jornal Nacional da última terça-feira ao vivo. Não consegui. Agora esse livro, na verdade, ele estimula precocemente as crianças para o sexo e, mais ainda, escancara as portas da pedofilia. O que realmente aconteceu? As editoras que vendem material didático para o governo, não é, por parte do governo. Ele exige que as mesmas, a título de brinde, forneçam esse tipo de material. Por quê? O Ministério da educação possa dizer de isentão, não tem nada a ver com isso, mas esse livro, sim, chegou em grande parte das bibliotecas das escolas do ensino fundamental e todo o Brasil, foi uma diretora que me deu isso aqui e eu chequei, realmente, que eles chegaram em vários locais e o Globo, ao dizer que não fez parte do kit gay, pelo menos o Globo já concorda que houve o tal kit gay com um outro nome, escola sem homofobia.

O recado que eu dou para você, pai, você, mãe, que também tem uma filha de 7 anos de idade? Vamos ver o que a garotada carrega na mochila e bem como

⁴² Bolsonaro diz que se eleito 'bandagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>

dá uma chegadinha na biblioteca. Em especial, naquelas públicas que é para atingir o filho do pobre. Ou seja, o governo do PT, agora do MDB também, não tem qualquer consideração com o seu filho em sala de obra. Eles querem que eles de forma cada vez mais precoce, se apresente para o sexo. Estamos juntos. O Brasil é nosso, juntos chegaremos lá e mandaremos de chegar essa grande nação. Pode abraço a todos e fiquem com Deus. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴³)

Esse ataque contra a esquerda, em prol da defesa do seu eleitorado, também foi pautado pelo candidato durante um discurso, transmitido durante uma manifestação e apoio na Avenida Paulista, centro financeiro da cidade de São Paulo, capital do estado homônimo. Na oportunidade, o candidato abriu seu discurso sugerindo como seus opositores atacavam os valores dos “cidadãos de bem”:

A coordenação, as orações, a confiança. Juntos, vamos mudar o destino do Brasil. O Brasil é de nós, pessoas de bem, trabalhadores conservadores, cristãos, que preservam os valores familiares, que não querem ideologia de gênero em sala de aula, que querem o Brasil fazendo negócio com o mundo todo, sem o viés ideológico.

Que queremos, sim, atacar de frente a questão da violência, valorizando os nossos policiais civis e militares, valorizando as nossas forças armadas, que sempre estiveram ao lado do povo brasileiro. Nós queremos sim, mudança nos afastarmos de ver do comunismo, dar um chega para lá na polícia que existe na Venezuela. Não queremos isso para o nosso Brasil. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁴)

A tradução de um conflito aberto entre a projeção fantasiosa de nação que faz Bolsonaro, ao fabular o “cidadão de bem” como tradução do povo brasileiro que merece direitos, cria um embate tangível com movimentos sociais historicamente alinhados a pautas progressistas ou reformistas no país. Um exemplo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), frequentemente usado pelo candidato como uma encarnação do próprio campo político da esquerda, que precisa ser combatido. Em um vídeo transmissão ao vivo realizada em seu canal do YouTube, ele pontua como não só os “cidadãos de bem” deveriam ter acesso ao armamento facilitado, como também deveriam ter a culpabilidade de seus atos, em ataques a pessoas que não fizessem parte do seu grupo, sustadas pela justiça:

⁴³ BOLSONARO, Jair Messias. **Sexo para crianças nas escolas: Jornal O Globo mente mais uma vez! Segue a verdade.** YouTube: 30 ago. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ge2x9C4WEfM&ab_channel=JairBolsonaro

⁴⁴ BOLSONARO, Jair Messias. **PRONUNCIAMENTO OFICIAL de Bolsonaro é transmitido na Avenida Paulista.** YouTube: 30 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=6HFw4ikfOsU&ab_channel=JairBolsonaro

por que que eu sempre defendi a Posse de arma de fogo, que que é Posse de arma de fogo? É você, cidadão de bem. Com algumas poucas exigências, você tem uma arma dentro da tua casa, o teu apartamento da tua chácara, na tua fazenda. Isso chama-se Posse de arma de fogo. É você poder reagir não só ao MTST, bem como ao MST, bem como a tentativa de invasão de qualquer outra pessoa. Não interessa quem seja essa pessoa. O cara forçou a porta da tua casa, derrubou a porteira da tua fazenda, você tem o direito de reagir. Por isso eu defendo. Então, após se você ter para se defender e defendo também projeto nosso que existe em Brasília, caso o presidente tem mais força para aprovar o excludente de ilicitude nesses momentos, se alguém invadir tua propriedade, você, ao se defender, você responde, mas não tem punição. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁵)

Esse panorama, embora apresente problemáticas quanto à identificação de uma ideologia nativista ao longo da campanha de Bolsonaro, ajuda a balizar uma análise que será fruto de comparações e hipóteses nas seções que se sucedem.

3.2.2 Autoritarismo

Nesta seção, serão apresentadas as fontes de um elemento central para se compreender a campanha de Jair Messias Bolsonaro à presidência da República Brasileira em 2018: o autoritarismo. A hipótese aventada é que grande parte dos projetos, como respostas a graves problemas no Brasil – como a segurança pública –, versava sobre ações punitivistas ou ligadas essencialmente ao aumento de forças militares, seja no exército ou nas polícias. Além disso, somam-se a isso o endurecimento de leis, bem como a relativização de proteções aos direitos fundamentais, como forma de permitir maior ingerência sobre a vida dos indivíduos considerados desviantes.

A inclinação autoritária pode ser observada no programa de governo proposto por Jair Bolsonaro para as eleições presidenciais de 2018. Na página trinta e dois, dentro da seção “Segurança e combate à corrupção”, em suas conclusões, o candidato aponta:

Os números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos!
Para reduzir os homicídios, roubos, estupros e outros crimes:
1° Investir fortemente em equipamentos, tecnologia, inteligência e capacidade investigativa das forças policiais,

⁴⁵ BOLSONARO, Jair Messias. **14/10/2018: BOLSONARO FALA MAIS VERDADES!**. YouTube: 30 out. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KGVTURYPRrU&t=29s&ab_channel=JairBolsonaro

2° Prender e deixar preso! Acabar com a progressão de penas e as saídas temporárias!

3° Reduzir a maioria penal para 16 anos:

4° Reformular o Estatuto do Desarmamento para garantir o direito do cidadão à LEGÍTIMA DEFESA sua, de seus familiares, de sua propriedade e a de terceiros!

5° Policiais precisam ter certeza que, no exercício de sua atividade profissional, serão protegidos por uma retaguarda jurídica. Garantida pelo Estado, através do excludente de ilicitude. Nós brasileiros precisamos garantir e reconhecer que a vida de um policial vale muito e seu trabalho será lembrado por todos nós! Pela

Nação Brasileira!

6° Tipificar como terrorismo as invasões de propriedades rurais e urbanas no território brasileiro.

7° Retirar da Constituição qualquer relativização da propriedade privada, como exemplo nas restrições da

EC/81. (Fonte: BOLSONARO, Jair Messias. Proposta: O Caminho da Prosperidade. Brasília, 2018. Disponível em:

https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)

Vários apontamentos podem ser extraídos da análise deste material, que serão reforçados pelo candidato ao longo de todo o pleito. De início, pode-se perceber o papel central que as forças policiais encontram no projeto político de Bolsonaro. Isso é embasado tanto para garantir expansão e devida disponibilização de equipamentos, quanto para legitimar legalmente possíveis excessos dos agentes da força pública no desenvolvimento de ações, com o excludente de ilicitude. Essa busca ativa para descaracterizar possíveis crimes, com a supressão da ilicitude da conduta, foi um ponto reforçado pelo candidato, apontando que ações violentas, em resposta a problemas sociais e de segurança pública no país, mereciam ter proteção e incentivo, por parte do Estado. Em um vídeo publicado em seu canal de YouTube, intitulado “INTERVENÇÃO: BOLSONARO, SEU VOTO E O QUE NÃO TE CONTAM.”, quando questionado sobre como votaria sob a decretação de Intervenção Federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, em 2018, o candidato afirma que:

Eu vou votar favorável ao decreto do Temer, mas se eu fosse presidente, o meu decreto seria bastante diferente disso daí. Não está definido a conduta de engajamento, ou seja, está tratando com criminosos que estão com fuzis, com granadas, com armas de guerra e você tem que ter uma autorização do Estado, o que eu chamo de retaguarda jurídica, para - antes mesmo de você levar um tiro - você alvejar o inimigo. Fora isso, no meu entender, o nosso agente, em especial o integrante das forças armadas, não terá como exercer adequadamente o seu trabalho e temo em ser apenas mais uma medida

paliativa que vai durar por 20, 30 dias depois volta tudo normal, novamente. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁶)

Ao final do mesmo vídeo, Bolsonaro demonstra como essa não é uma proposta exclusiva para os agentes da força pública, mas também para os demais cidadãos, quando desejarem defender seu patrimônio:

Eu tenho esse discurso favorável ao meu lado: a questão de combate à violência. Você sabe o que eu defendo, né? Em primeiro lugar, é a posse de arma de fogo para o cidadão de bem, e outro chama-se excludente de ilicitude ou retaguarda jurídica. Ou seja, você houve a tua vida ameaçada, em terceiro, sua propriedade, o terceiro, você pode atirar, você responde, mas não tem punição. O que nós precisamos no Rio de Janeiro agora é que esses homens que vão estar nessa operação, após o cumprimento de qualquer operação, caso venha a abater alguém, ele responde, mas não tem punição para eles. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁷)

Esse panorama deixa claro a inclinação do candidato a, como proposta central para a segurança pública brasileira, permitir não apenas uma política armamentista, mas – sobretudo – incentivar respostas violentas dos cidadãos e das forças de segurança pública no cotidiano brasileiro. A resposta com ações punitivistas e essencialmente agressivas também tangencia a proposta de atuação do candidato contra problemas de concentração de terras no Brasil, questionada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST. Durante um evento na capital brasileira que reunia produtores rurais, o AgroBrasília, o candidato se posicionou a favor do endurecimento de leis para coibir a atuação de movimentos que buscassem a redistribuição de terras, com tipificação de conduta terrorista, bem como reforçava a necessidade de armar os produtores para que – por suas próprias ações – “defendessem” suas propriedades.

[...] Nós temos que tipificar as ações do MST como terrorismo, nós temos que modificar a emenda constitucional 81, que relativizou a propriedade privada no campo ou na cidade.

[...]

⁴⁶ BOLSONARO, Jair Messias. **INTERVENÇÃO: BOLSONARO, SEU VOTO E O QUE NÃO TE CONTAM.** YouTube: 20 fev. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E38-KFhY-A8&ab_channel=JairBolsonaro

⁴⁷ BOLSONARO, Jair Messias. **INTERVENÇÃO: BOLSONARO, SEU VOTO E O QUE NÃO TE CONTAM.** YouTube: 30 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E38-KFhY-A8&ab_channel=JairBolsonaro

Reforma agrária você pode continuar fazendo para agricultura familiar, não você invadir propriedade, quem quer que seja, para forçar possível reforma. Invadiu para mim a tua fazenda, a tua chácara, tua casa, teu apartamento, para mim, isso é um ato criminoso, tem que ser repellido com retaguarda jurídica para você fazer.

[...]

O homem do campo vai ter fuzil em sua propriedade. Eu acho que isso não é ser radical. Eu acho que isso não é ser radical. Você ser inconsequente, irresponsável e deixar o homem do campo desarmado, a mercê do MST e outro tipo de bandidagem, é igual roubo e furto de defensivos. A pena é abaixo de 8 anos, ninguém vai para a cadeia por causa disso. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁸)

As respostas armamentistas, como se viu, não perpassam apenas as forças policiais ou de segurança pública, mas se constituem como um projeto essencialmente autoritário para alterar a sociedade brasileira, permitindo que a posse de armas se tornasse um sinônimo de direitos da própria cidadania. Em outro vídeo, publicado em seu canal do YouTube, intitulado “Armas de fogo com regras”, o candidato reforça como o direito de possuir uma arma de fogo estaria atrelado tanto à proteção do cidadão, em resposta aos problemas de segurança pública no país, como também pontua o próprio ideário de cidadão, o “cidadão de bem” que seria o titular deste direito a armas. Nas palavras de Bolsonaro:

Questão do armamento: irresponsável o governo que desarma o cidadão de bem e deixa a vagabundagem muito bem armada. Eu quero equilibrar esse jogo, dar o direito à legítima defesa da população. Não é você comprar na birosca da esquina uma ponto 40 para você. Vai ter algum critério para essa questão, né? O tocante à posse de arma de fogo e depois, mais alguns critérios, no tocante ao porte de arma de fogo. E botar, no código penal, a legítima defesa de fato. Você atirando em alguém dentro da tua casa, ou defendendo a tua vida ou patrimônio, no campo ou na cidade, você responde, mas não tem punição. Eu tenho certeza que os nossos policiais civis e militares darão conta do recado. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁴⁹)

O autoritarismo ao longo da campanha de Bolsonaro também estava ligado à diversas referências à ditadura militar no Brasil, em alusão ao período de 1964 a 1985. Ao longo desses anos, diversas instituições democráticas foram aparelhadas ou suprimidas, e a hegemonia dos militares no poder é recuperada pela campanha como um período a ser positivamente valorado,

⁴⁸ BOLSONARO, Jair Messias. **Jair Bolsonaro visita AgroBrasília (economia e agronegócio)**. YouTube: 16 mai. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=R4NrflpoVIs&ab_channel=JairBolsonaro

⁴⁹ BOLSONARO, Jair Messias. **Armas de fogo com regras..** YouTube: 15 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xFcNDINmO2Q&ab_channel=JairBolsonaro

se não reestabelecido. Um exemplo é o vídeo “INSTITUIÇÕES APARELHADAS: O Brasil está próximo de se tornar a Venezuela”, também publicado no canal do YouTube do candidato, onde Bolsonaro reproduz um trecho de uma reportagem, concedido por telefone, e comenta sobre como a instabilidade política no Brasil poderia ser propício para uma ruptura democrática:

Bolsonaro: [...] Nós estamos em uma – eu entendo – em uma situação pior do que o período pré 64.

Repórter: O senhor acha que isso pode levar uma instabilidade que leve a algo parecido com o 64?

Bolsonaro: Não, não vou dizer que o 64 é ... a esquerda não estava tão aparelhada como está hoje. O pré 64 outros fatores influenciavam, mas eles achavam que estavam bem, não estavam. Hoje, eles estão bem, é um caos aqui no Brasil, uma instabilidade, pode levar a uma ruptura. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵⁰)

A inclinação dupla, tanto de reconhecer o período ditatorial militar no país, bem como de atribuir a esta forma de governo um espírito de possibilidade de resolução dos problemas e anseios da população brasileira, forma uma característica bem marcada do autoritarismo no projeto político de Bolsonaro. Em outro momento, durante um discurso, o candidato não apenas usa o rótulo de “revolução” para a ruptura democrática, como qualifica que o estado político no país está mais degradado e a imprensa deveria considerar apoiar as mesmas medidas. A transcrição completa do vídeo “Elogio a Roberto Marinho e ‘A Nação que se salvou a si mesma.’” Fundamenta essa percepção:

Lembro do encarte da revista Seleções de novembro de 1964, vale a pena ler. O título era: “A nação que se salvou a si mesma”. Eu quero agora que, me permitam, render uma homenagem. Por favor, espere eu terminar. Renderam uma homenagem ao senhor Roberto Marinho, um dos fundadores, ou melhor, o fundador do que chamam de Império. Eu chamo de imprensa. Está lá, na capa do jornal O Globo, de sete de outubro de mil novecentos e oitenta e quatro, final do governo Figueiredo. Diz o primeiro parágrafo, do senhor Roberto Marinho, ao qual rendo minhas homenagens *post mortem*. Abre aspas: “Participamos da revolução de 1964, identificados os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçados pela radicalização ideológica, greves, distúrbios sociais e corrupção generalizada” fecha aspas. Qual a diferença daquela época para hoje? Eu acho que hoje até está mais grave. Apelo aos colegas da imprensa, mesmo os que não gostam de mim:

⁵⁰ BOLSONARO, Jair Messias. **INSTITUIÇÕES APARELHADAS: O Brasil está próximo de se tornar a Venezuela.** YouTube: 30 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aFRoOfDPLE0&ab_channel=JairBolsonaro

Vamos estudar a história à luz da verdade, à luz de João 8:32. Porque nós todos estamos no mesmo barco. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵¹)

Essa perspectiva ajuda a apresentar fontes que concernem à atuação política de Jair Bolsonaro, no decorrer do pleito presidencial de 2018, como marcadas por um discurso autoritário. Muito além de prever apenas o endurecimento de leis, bem como a relativização de garantias constitucionais que protegem os direitos humanos no país, o candidato propõe resoluções conflitivas com o uso da força. Isso se traduz tanto em uma política essencialmente armamentista, como em uma hipertrofia das forças de segurança pública, rotineiramente blindados contra eventuais excessos pelas propostas de um possível novo governo. Essa narrativa caminha, portanto, para homenagear um período em que as garantias individuais, justamente questionadas, estavam suprimidas, e se manifestam como um profundo apego pela ditadura militar no Brasil e a percepção de que outra convulsão social poderia levar o país a um mesmo fim. Entretanto, também é interessante analisar como, à luz da vida pregressa de Bolsonaro, ele não se mantém como um apologético intenso da ditadura. Embora seu programa ainda faça referências ao período do governo militar brasileiro, há uma suavização em seu discurso, quando comparado aos anos que ocupou o cargo de deputado na Câmara Federal do Brasil.

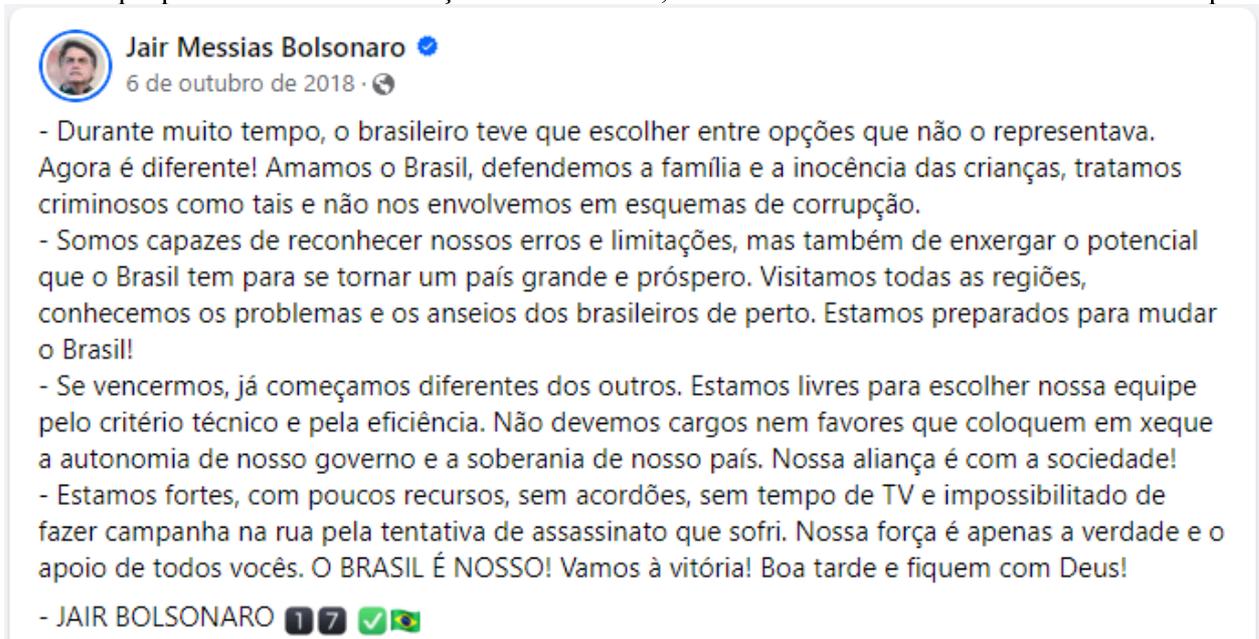
3.2.3 Populismo

Como análise final deste capítulo, a pesquisa buscará destacar as fontes relacionadas ao populismo ao longo da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Considerando o esforço circunstanciado de definição do termo para esta investigação, a coleta de dados demonstra que, ao longo do pleito, as falas e posicionamentos do candidato buscavam posicioná-lo como uma alternativa à política tradicional, recorrentemente referida como “o sistema”, além de intrinsecamente conectado com o povo. Além disso, é possível notar ataques ao sistema eleitoral brasileiro, sobretudo colocando em suspeição sua capacidade de representar ou efetivamente expressar os anseios da população com a eleição.

De início, pode-se destacar uma publicação de Bolsonaro em sua página pessoal do *Facebook*, onde o candidato se reforça como uma solução para uma possível sucessão de erros

⁵¹ BOLSONARO, Jair Messias. **Elogio a Roberto Marinho e "A Nação que se salvou a si mesma."**. YouTube: 23 jul. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OpPv8SVXI3g&ab_channel=JairBolsonaro

da “velha política”, que não serão repetidos em seu possível governo. Essa percepção se reforça com a proposta de livre nomeação de ministros, recorrentemente tratados como um “corpo



técnico”, em que tenta se opor a outros presidentes que teriam utilizados fatores políticos para a escolha:

Figura 2 - Publicação no *Facebook* de Jair Bolosaro sobre sua posição antisistêmica.

BOLSONARO, Jair Messias. Publicação na página pessoal. Facebook: 06 out. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1235739339908383>

A posição de um afastamento de uma prática política, inclusive, é um tópico recorrente que, em várias oportunidades, é uma estratégia adotada para justificar o aparente isolamento político que a candidatura pudesse sofrer. Esse foi o caminho adotado por Bolsonaro quando o jornal O Globo publicou uma matéria noticiando a recusa de vários partidos políticos em confeccionarem alianças:

Figura 3 - Publicação no Facebook de Jair Bolsonaro comentando matéria publicada pelo O Globo

- O nosso partido é o povo brasileiro e não os líderes partidários que representam o atual sistema no Brasil.
- Não tenho obsessão pelo Poder. Queremos fazer diferente.
- Se for para fazer igual a todos estamos fora sem problema algum. A escolha é dos eleitores.

OGlobo (19/07/2018)

Análise

Derrotas expõem fragilidades de Bolsonaro

As recusas de PR e PRP mostram que os políticos não confiam nele, nem quando é líder nas pesquisas

LEANDRO LOYOLA
lloyola@edglobo.com.br
-SÃO PAULO-

O deputado Jair Bolsonaro, candidato à Presidência da República pelo PSL, está isolado. Sofreu duas derrotas políticas “daquelas” em dois dias. O PR, partido do ex-mensaleiro Valdemar Costa Neto e integrante do bloco, e o pequenino PRP recu-

BOLSONARO, Jair Messias. Publicação na página pessoal comentado matéria do O Globo. Facebook: 19 jul. 2018. Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1235739339908383>

Essas publicações caminham para além de uma posição política individual. Ao contrário, a construção do discurso da campanha acena para a possibilidade de o “sistema da

velha política” trabalhar ativamente contra a candidatura de Bolsonaro. Em um vídeo publicado em seu canal, intitulado “O sistema não admite Bolsonaro.”, o então candidato expressa como é atacado pela mídia, sobretudo em favor de seu adversário político. A partir dos 00:45, ele diz:

Aí é pancada o tempo todo. Outros vão levar também, mas nós somos aqui o alvo preferido da grande mídia. Porque o sistema, o sistema, admite qualquer um do Planalto, até o Lula, menos eu, OK? Por isso a gente vai apanhar mais que todo mundo, juntos. Mas vamos em frente aí. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵²)

No mesmo vídeo, o candidato retoma algumas denúncias feitas por diversos veículos de imprensa do Brasil, como táticas de ataque do sistema a ele, por exemplo, no caso de uma possível assessora fantasma em seu gabinete ou de multas ambientais aplicadas pelo IBAMA. Ele considera que – com o elevado número de novos filiados em seu partido, o PSL – seria possível que um “infiltrado” realizasse ações visando seu prejuízo. É nessa esteira que Bolsonaro tenta se colocar em um patamar distante da prática política, mesmo tendo ocupado assento no Congresso Nacional por quase três décadas. Esse reforço, por exemplo, fica evidenciado em uma *live stream*, transmitida em seu canal do YouTube, intitulada “Bolsonaro faz última live antes do dia das eleições.”, onde afirma na abertura da transmissão:

O momento é de agradecimento a todos vocês que confiaram em mim, acreditaram no nosso trabalho, nas nossas propostas, que tem esperança realmente de termos uma maneira diferente de fazer política, dessa velha prática, que nós temos que aposentar. Não comecei sozinho. Na verdade, isso começou há quatro anos, aproximadamente, com grupos de direita de vários estados do Brasil, de simpatizantes, da nossa primeira ida num grande aeroporto que foi de Fortaleza por coincidência Ceará, terra do meu sogro, Crateús. Apaixonado pelo Nordeste, tão apaixonado quanto, sou pela filha do Paulo Negão de Crateús, tá OK? Então isso tudo foi devagar, foi no crescente, nós íamos para todos os lugares do Brasil. Começou primeiro a centena depois de milhares de pessoas nos esperando no aeroporto. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵³)

Essa reprodução traz duas considerações importantes para a compreensão das marcas populistas ao longo da campanha de Jair Bolsonaro. A primeira, desenvolvida ao longo de

⁵² BOLSONARO, Jair Messias. **O sistema não admite Bolsonaro**. YouTube: 23 jul. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ilvZAINMMQ0&ab_channel=JairBolsonaro

⁵³ BOLSONARO, Jair Messias. **Bolsonaro faz última live antes do dia das eleições**. YouTube: 06 out. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmyxQ8&ab_channel=JairBolsonaro

várias fontes, diz respeito à negação da prática política, à qual busca-se um ativo distanciamento, bem como uma valoração negativa face a outros concorrentes. Por outro lado, o trecho é caro para se compreender a tentativa de aproximação com o povo, sobretudo dos habitantes da região nordeste do país, evocando tradições e ancestralidade familiar, mesmo após repetidos ataques a uma população que – historicamente – demonstrava preferência política contrária a candidaturas do mesmo campo de Bolsonaro. Na mesma transmissão ao vivo, aos oito minutos, Bolsonaro deixa claro que comentários possivelmente ofensivos deveriam ser tratados como “piadas”, e apela para uma união imanente do “povo brasileiro”, evocando – sobretudo – os símbolos nacionais como uma forma de ligação entre as culturas:

Ah foi mal interpretado? Me desculpem, uma brincadeira de nós homens, poxa a gente fala, né? Mas não podemos perder a alegria de viver, contar uma piada, contar piada de gaúcho, de cearense, de goiano, de carioca esperto. Como é gostoso essa miscigenação, essa união de todo o Brasil, vamos unir o povo brasileiro. Nossa bandeira é verde e amarela, nosso coração é verde e amarelo, esse povo é maravilhoso, esse povo brasileiro é ordeiro, está faltando é liderança. [...] Olha só, os conselhos, está certo? Eles convencem até agora os exemplos arrastam. Vamos governar pelo exemplo esse país. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵⁴)

Essa reprodução deixa claro a propensão de uniformização do povo, mas também da liderança que Bolsonaro se propõe a lançar mão, superando as diferenças regionais em prol da unidade da nação. Inclusive, em outro momento, o candidato afirma que contará com o apoio do “centrão”, um grupo político sem unidade ideológica, composto por diversas legendas, mas que detém alto quantitativo de votos. Entretanto, durante a sua sabatina no Correio Braziliense, o candidato afirma que, no seu caso, o centrão firmaria apoio por acreditar em seus projetos e não em troca de favores políticos ou econômicos, que foram palcos de escândalos de corrupção por outros governos no país. A fala se inicia aos 30 minutos do vídeo, repostado no canal do YouTube de Jair Bolsonaro:

Faltou como negociar? Eu quero agradecer ao centrão. O centrão acabou de dizer que vai votar comigo ano que vem, se eu for presidente. Que ele diz aqui no item 14, olha que coisa bonita o centrão aqui, né? “Fazer política e não na velha esgotada forma de convivência baseada nas trocas de cargos, de verbas, por votos dentro do parlamento, muitas vezes com feições nada republicanas.” Então eu espero negociar com o centrão, os deputados desses partidos, né?

⁵⁴ BOLSONARO, Jair Messias. **Bolsonaro faz última live antes do dia das eleições**. YouTube: 06 out. 2018. Disponível em : https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmYxQ8&ab_channel=JairBolsonaro

Baseado nisso que você escreveram, é isso que nós queremos, sem o toma lá dá cá. Afinal de contas, tivemos agora o primeiro parlamentar do petróleo aí condenado, tá ok? Outros virão e nós queremos é evitar exatamente isso aqui. Nós só temos um voto para vender lá dentro, se quiser vender o voto lá dentro. Então o centrão aqui deve compor o 200 deputados. Eu já sei que já vou contar com o apoio dele pra governar lá dentro, tá OK? Política tem que ser feita com verdade, não é com mentira. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵⁵)

Essa reprodução deixa claro que uma eventual crise da velha política não estaria ligada essencialmente aos meios, mas aos atores. Na visão de Bolsonaro, não haveria problemas de repetir práticas conhecidas da rotina política, como alianças partidárias, pois seu governo – ao encarnar a vontade e preocupação popular – levaria com que os partidos políticos e seus parlamentares o apoiassem organizadamente. Assim, os desvios éticos da velha política ficariam restritos a seus concorrentes.

Outra questão cara para análise desta seção são os ataques ao sistema de votação brasileiro. Tão certo de sua vitória e de seu projeto representativo do povo brasileiro, Bolsonaro caminha para deslegitimar o resultado obtido por meio do sistema eletrônico de votação. No vídeo “Mais verdades sobre possibilidade de fraude nas urnas eletrônicas.”, o candidato afirma que as urnas eletrônicas foram um plano de seus oponentes políticos para se manterem no poder:

Qualquer um que ganhar vai estar sob suspeita das eleições, com toda certeza. Qualquer um que ganhar o outro lado vai arguir a suspeição. Porque nenhum país do mundo adota esse modelo, só o Brasil? Porque é que o Japão não adota, a Coreia do Sul, Estados Unidos? Olha só, em 2014, Dilma Rousseff esteve em Quito, e uma das decisões lá junto à UNASUL, que é o nome de fantasia do Foro de São Paulo: criação de uma unidade técnica eleitoral sul-americana. O PT descobriu que a chave do sucesso é a urna eletrônica. (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵⁶)

A oposição política não ficou restrita apenas às questões da burocracia estatal. Em seis de setembro de 2023, na cidade de Juiz de Fora, Bolsonaro sofreu um ataque de objeto cortante na região abdominal. O então candidato foi operado na Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora e depois transferido para a cidade de São Paulo. Dez dias depois do episódio, dentro do hospital Albert Einstein, Bolsonaro publicou um vídeo em seu canal do YouTube, “Após

⁵⁵ BOLSONARO, Jair Messias. **Sabatina Bolsonaro: Pré-candidatos à Presidência discutem o futuro do país no Correio Braziliense**. YouTube: 07 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=dFJrog47yPg&ab_channel=JairBolsonaro

⁵⁶ BOLSONARO, Jair Messias. **MAIS VERDADES SOBRE POSSIBILIDADE DE FRAUDE NAS URNAS ELETRÔNICAS**. YouTube: 05 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WvYPO208UAg&ab_channel=JairBolsonaro

atentado Bolsonaro fala ao público pela primeira vez”, onde liga sua própria vida à defesa do povo brasileiro, face ao partido adversário:

Mas a questão atual que tá em jogo não é o meu futuro. Vivemos um momento que vai estar em jogo é o futuro de 200 e poucos milhões de brasileiros, um pouquinho lá fora também. Para onde está partindo o Brasil? Eu dou, graças a Deus por ter chegado onde cheguei. Como diz, ouvia dizendo em palestras ao longo de 3 anos, onde eu adotei aquela máxima, que seria a nossa Bandeira, peguei um versículo bíblico, João 8:32. Conheceis a verdade e a verdade vos libertará. O que está em jogo do momento, é o futuro de todos vocês estão aí até de você, que apoia o PT. Você é um ser humano também. Eu vejo muito petista mudando de lado. É, vamos lá. Isso do Brasil, é o julgo do poder, é o domínio de uma nação? (Bolsonaro, 2018, transcrito do original⁵⁷)

Essa situação é emblemática para se pensar a posição que o candidato julgava ocupar no seu imaginário de “povo”. Ao rotular os apoiadores do Partido dos Trabalhadores como “ser humano também” e que vê “muito petista mudando de lado”, o discurso ganha tônica quase paternalista, como se o candidato, estivessem esperando que todo o povo visse a verdade, que seu projeto era não apenas o melhor, mas o único caminho para a nação. Esse paradigma, aliado com os demais elementos analisados, cria um panorama sobre as características populistas que permeiam a candidatura presidencial de Jair Bolsonaro em 2018.

⁵⁷ BOLSONARO, Jair Messias. **Após atentado Bolsonaro fala ao público pela primeira vez.** YouTube: 16 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Flil1igISOQQ&t=389s&ab_channel=JairBolsonaro

4 NEM INÉDITO, NEM IDÊNTICO

O capítulo final da dissertação tem por objetivo apresentar uma reflexão entre dois aspectos centrais para a compreensão da atuação da ultradireita no mundo: as características globais do fenômeno e os seus contornos regionais. Nesse cenário, pretende-se evidenciar até que ponto é possível apreender uma análise totalizante das novas expressões da ultradireita no mundo e, sobretudo, em que medida os elementos, demandas e contornos locais preponderam na formação mais ampla da agenda política dos objetos.

Dessa forma, a discussão que encerra esta dissertação busca reforçar como a construção da sociedade, ao elencar suas próprias necessidades, cria uma demanda eleitoral distinta em cada comunidade, exigindo propostas também distintas. Ou seja, mesmo que, evidenciadas as limitações, as ações possam ser enquadradas como frutos de uma mesma corrente política, parece ser correto afirmar que elas possuem contornos distintos.

4.1 DO GLOBAL AO LOCAL

A seção que abre a discussão final deste trabalho busca se estruturar a partir do exercício de comparação, utilizando como subsídio as fontes apresentadas no capítulo anterior. Nesse sentido, espera-se confrontar o esforço da bibliografia selecionada em busca de uma teoria global para a leitura da nova ascensão da ultradireita ao centro das arenas políticas dos países estudados, com a própria produção política dos objetos, oriundos de suas campanhas eleitorais. Ora, se partirmos do pressuposto que vivemos uma onda global de proeminência da ultradireita em todo o mundo, é preciso verificarmos se os requisitos de aplicabilidade, dispostos pela bibliografia, foram atendidos. Para isso, objetiva-se mensurar se as três ideologias centrais, apresentadas ao longo da pesquisa, fruto de uma sistematização de Mudde frente às diversas contribuições, podem ser corretamente aplicadas.

A partir dessa proposição, a pesquisa se propõe a refletir se, ao lançarmos uma interpretação teórica fundamentada no aporte bibliográfico do primeiro capítulo, é possível concluir se os objetivos delimitados no decorrer da pesquisa têm suas atuações contidas nas três ideologias condensadas por Mudde e outros. E, além disso, também espera-se observar se essas ideologias se colocam como extremamente centrais para a consolidação da agenda eleitoral dos objetos ou se outras formas de classificação podem ser mais bem enquadradas.

4.2.1 Nativismo

As fontes levantadas ao longo do último capítulo permitem estabelecer análises sobre como cada objeto respondeu ao ser enquadrado dentro das previsões teóricas que foram discutidas neste trabalho. A partir disso, é possível lançar reflexões sobre os possíveis alcances, bem como as limitações, da identificação do nativismo como aspecto central de cada campanha.

De certa maneira, o nativismo, como delimitado na pesquisa, parece estar abarcado em grande parte da pauta política de Marine Le Pen no ano de 2017, auxiliando nos esforços de classificar sua atuação. As fontes apresentadas indicam que, ao longo do pleito, buscou-se reforçar uma dicotomia entre a identidade nacional francesa e os imigrantes islâmicos. Esse fato mostrou-se através da clara inclinação de Le Pen em taxar essas pessoas como o inimigo central a ser combatido, não apenas através de suas pautas políticas, mas de todos aqueles que desejam proteger a França.

Nesse sentido, destacam-se a intensa produção política da candidata contra o comunitarismo, que se aproxima dos ideais nativistas ao pregar a contínua luta contra a tolerância de outras culturas dentro da sociedade francesa. Essa visão, que se baseia na história ligação da candidatura com as teorias do etnopluralismo, cria oposição a uma sociedade multicultural. A partir desse panorama, os conceitos teóricos apresentados parecem ser saciados a partir do enquadramento das fontes levantadas, que norteiam a campanha de Le Pen a partir de uma segregação, sobretudo, cultural.

Mesmo que a candidata tente indicar a assimilação como um remédio republicano, com objetivo de possibilitar a inclusão dos indivíduos que desejam compor a “verdadeira” identidade francesa, é preciso reconhecer as limitações dessa proposta. Como demonstrado, esse movimento faz parte das estratégias de renovação de seu discurso político, como forma de se adequar a demandas eleitorais mais modernas e atrair novos eleitores para sua campanha. Entretanto, como evidenciado na discussão conceitual sobre nativismo, a assimilação pode apresentar efetivas barreiras para vários grupos, principalmente pela impossibilidade de dessas comunidades, devido a características fenotípicas ou manifestações visuais de sua cultura e sociedade, serem vetadas desse processo, mesmo que às custas da aculturação de suas origens. Dessa forma, é possível demonstrar as ligações das proposições teóricas do nativismo e a campanha de Le Pen.

De maneira comparativa, pode haver dúvidas se o nativismo aparece no mesmo grau de centralidade ao longo da campanha presidencial de Bolsonaro em 2018 como em Le Pen. A

hipótese lançada pela análise da pesquisa buscou enquadrar a segregação reforçada pelo candidato não de um ponto de vista ético ou social, mas essencialmente político. Ao definir um recorte imaginário na população para os quais estariam direcionadas suas políticas públicas, definidos de maneira abstrata como os “cidadãos de bem”, as fontes da campanha também demonstram um essencial ataque a um grupo político, essencialmente tratado como “a esquerda”.

Esse movimento poderia, nesse sentido, estar atrelado a uma centralidade nativista ao longo da campanha de Bolsonaro, ao buscar definir uma identidade nacional a ser protegida de um inimigo comum falado. De certa maneira, como já reforça Girardet, o mito político está essencialmente ligado à fabulação, e não necessariamente ao espelho da realidade:

O mito político é a fabulação, deformação ou interpretação objetivamente recusável do real. Mas, narrativa legendária, é verdade que ele exerce também uma função explicativa, fornecendo certo número de chaves para compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. É verdade ainda que esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo proféticos, o muito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções. (Girardet, 1987, p.13)

Dessa forma, mesmo que a segregação proposta por Bolsonaro seja essencialmente fabulada, isso não implica na ineficácia da produção de efeitos, muito menos na efetiva possibilidade de segregação de um grupo, mesmo que abstrato desde sua concepção. Os discursos dos candidatos reforçam como as proposições do candidato estavam ligadas a algumas agendas centrais.

A primeira delas é a partir da restrição do alcance de direitos humanos ao povo, deixando de lado os criminosos, que seriam protegidos por seus adversários políticos. Essa ação, em primeiro plano, configura-se como uma forma de descredibilizar o adversário político, associando-o ao crime e à percepção de insegurança na sociedade. Mas, de outra vertente, ao estabelecer uma ligação com os inimigos comuns dos “cidadãos de bem”, essa ação também permite uma perseguição a direitos constitucionais, que não passam mais a ser encarados como garantias em uma sociedade democrática, mas como empecilhos à efetivação da segurança pública da nação.

Da mesma maneira, é possível perceber uma efetiva preocupação da campanha com as crianças e o sistema de ensino no ensino básico. Nesse sentido, os professores, também

associados aos inimigos da esquerda, são colocados como corruptores, como no caso do ensino sexual das escolas, tratado como um sinônimo de corrupção dos menores e a distribuição de materiais que influenciariam à homossexualidade. Esse cenário denota a unidade em prol do futuro, remetendo à urgência de se agir para preservar as próximas reações, antes que se perdessem a partir do discurso do inimigo.

Por fim, um terceiro ponto central seriam os movimentos sociais, sobretudo aqueles que se dedicam à distribuição de renda, riquezas e terras. Nesse cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) se configurou como o principal alvo, no recorte de fontes trabalhadas, dos ataques dirigidos a essas associações e movimentos, que são também encaradas como parte da esquerda enquanto o grande inimigo a ser combatido. Destaca-se, nesse sentido, as propostas de criminalização e repressão, como contraponto à dita violência que é atribuída à atuação do movimento, apresentado como um braço armado da própria esquerda pela campanha, reforçando o senso de urgência através da conspiração.

Esse panorama demonstra a suficiência para se encarar como essas ações foram centrais na narrativa política de Bolsonaro. Embora as fontes apontem para formas mais clássicas de leitura do fenômeno, como o ataque do candidato a imigrantes venezuelanos, as análises qualitativas demonstram que esse não foi o cerne do impacto no discurso político, sobretudo nos maiores colégios eleitorais do país, localizados na região sudeste.

Embora os argumentos teóricos possam ter encontrado subsídio nas fontes analisadas, é também preciso lançar mão de uma análise mais ampla que busque questionar a aplicabilidade do termo nativismo nesta construção política. Embora a pesquisa aponte para uma proposta de solução, deve-se considerar o quanto a concepção de nativismo teve de ser esticada para abarcar a construção política de Bolsonaro em 2018. Embora os conceitos sejam, por natureza, elásticos, é preciso estabelecer uma base mínima, sob risco de se ampliar as discussões a fenômenos essencialmente dispares. Nesse sentido, é preciso estabelecer as fronteiras entre aquele que foi efetivamente demonstrado, e a essencial vontade do campo em enquadrar um fenômeno do sul global em uma teoria europeia.

A partir dessa perspectiva, a pesquisa pode advogar ao entorno da compreensão que o anticomunismo, ou a aversão à esquerda e ao progressismo, pode ser um elemento muito mais central para a experiência latino-americana, onde se inclui o Brasil, do que o próprio nativismo. Essa mudança de foco poderia privilegiar muito mais a análise do contexto local da arena política brasileira e definir mais precisamente os elementos centrais que sustentaram a campanha.

Essa mudança de chave analítica está ligada a interpretações mais modernas dos fenômenos das direitas no mundo contemporâneo do sul global. Diversos autores e correntes metodológicas têm proposto novas formas de análise e outros parâmetros de classificação, com objetivo de compreender melhor os atuais contornos dos sistemas políticos. Como indica Pablo Stefanoni, em *“Las mil mesetas de la reacción: mutaciones de las extremas derechas y guerras culturales del siglo XXI”*, as alterações do campo levaram a novas narrativas sobre o mundo contemporâneo. Isso implica, necessariamente, em uma luta para definir o que constitui o “sistema” (e para redefinir quem são os opressores e os oprimidos), bem como requer uma certa habilidade para criar os termos que diagnosticam o presente. Termos como o novo anticomunismo, ou anti-“marxismo cultural”, o antiwokismo e a anticorreção política (contrária à “nova inquisição”) estão sendo utilizados para construir uma rede de significados que sustenta o antiprogressismo atual (Stefanoni, 2023, p. 68).

Esse cenário sustenta a percepção que a mudança de posição da ultradireita está ligada a uma mitologia política da conspiração contra o campo progressista, encarnado como a esquerda e seu sistema mais extremado, o comunismo. Dessa forma, a mudança de sistema também justifica as ações energéticas em oposição, sobretudo alimentadas pela narrativa de novos oprimidos, como no caso da campanha brasileira analisada, oprimindo o “povo”, traduzido pelas fontes como o “cidadão de bem”.

Em perspectiva similar, José Antonio Sanahuja e Camilo López Burian, em *“Hispanidad e Iberosfera: imaginarios hispanoamericanos de la ultraderecha neopatriota”*, apontam como o anticomunismo é um fator central para a análise das novas direitas, principalmente a partir de uma análise do discurso político para a movimentação do eleitorado. Os autores dissertam que um dos principais eixos que estrutura esse conflito é apresentado, em termos ideológicos, definindo o antagonismo como “comunismo ou liberdade”, proposto pelos neo-patriotas para estabelecer uma dicotomia sob a perspectiva schmittiana. Isso significa que o contexto define “liberdade” nos termos do neoliberalismo econômico extremo, próximo às posições libertárias, mas sem necessariamente renunciar ao profundo conservadorismo moral e político dessas forças de ultradireita. Sanahuja e Burian apontam como o caso do Vox – por exemplo – isso se combina, embora com contradições, com críticas ao globalismo, apesar de sua orientação em direção ao liberalismo econômico. Por outro lado, o termo “comunismo” se torna um conceito flexível e polissêmico, abrangendo tudo o que não coincide com a agenda anterior. Esse “anticomunismo zumbi”, como é chamado por Pablo Stefanoni, é funcional às “guerras culturais” da ultradireita (Sanahuja; Burian, 2023, p. 145-146).

Em “*Apuntes sobre pensar el neofascismo brasileño en clave global*”, Camilo López Burian também demonstra como o anticomunismo está ligado à atuação das novas direitas, ao afirmar que a apelação religiosa e a exaltação de uma sociedade harmoniosa fundamentada na hierarquia e no conservadorismo fazem parte dessa narrativa. O antipluralismo, o anticomunismo e o nacionalismo anticosmopolita se mesclam com a celebração de valores autoritários, espirituais, tradicionais e as virtudes militares (Burian, 2023a, p. 667).

Nesse panorama, essa parece ser uma chave interpretativa mais adequada para se compreender a atuação política de Bolsonaro durante sua campanha presidencial. Um ponto de ligação entre os dois objetos analisados, inclusive, poderia ser mais bem traduzido a partir de uma postura em oposição ao globalismo, que fica mais claro nas fontes de Le Pen, mas que também pode definir a atuação de Bolsonaro, como disserta, Burian em “*El triunfo de Lula en Brasil, la reacción de la ultraderecha, el escenario de gobierno y su posible política exterior*”. De acordo com o autor, o ciclo global de ascensão das ultradireitas antiglobalistas, denominadas neopatriotas, inclui a emergência do bolsonarismo como um dos casos mais proeminentes na América Latina, em consonância com a posição adotada por Sanahuja e López Burian. No entanto, o bolsonarismo também resgata legados históricos da ultradireita brasileira, conseguindo atrair para seu espaço político desde conservadores até neointegralistas, que têm raízes na tradição fascista representada pela Ação Integralista Brasileira fundada por Plínio Salgado em 1932. Além disso, Burian compreende que outras características evidenciam as tensões internas do governo Bolsonaro, onde coexistem elementos antiglobalistas de cunho identitário e nacionalista com expressões neoliberais autoritárias; o ex-ministro de Relações Exteriores, Ernesto Araújo, exemplifica os primeiros, enquanto o ex-ministro da Economia, Paulo Guedes, representa os segundos (Burian, 2023b, p. 5).

Nesse sentido, o nativismo pode, à luz de uma bibliografia voltada para análises específicas da América Latina, ser uma chave de análise restritiva. Novos fatores de ligação podem apresentar conceitos e classificações mais ricos para a compreensão dos novos fenômenos.

4.2.2 Autoritarismo

A observação das fontes recolhidas da campanha presidencial de Marine Le Pen permite algumas reflexões quanto à adequação de seu conteúdo à previsão metodológica apresentada pelo balanço teórico da pesquisa. De certa maneira, duas características centrais do

autoritarismo se demonstram de maneira clara no conjunto documental analisado: a concentração de poder ao entorno de seu projeto político e o acirramento das políticas punitivistas como resposta aos problemas sociais enfrentados pela França.

O primeiro quadro diz respeito a uma posição essencialmente *antiestablishment*, traduzido sobretudo como um ataque à União Europeia, em detrimento à noção de identidade pura dos franceses, mas também atingindo a organização política interna do país. No panorama internacional, a oposição à UE tem como centro a transferência do poder do conjunto de nações para o projeto político desenhado pela candidata. Nesse sentido, a criação de mais uma instância de decisão e poder, para Le Pen, é um risco à manutenção da soberania francesa, e a concentração ao entorno de sua presidência uma saída para conter os riscos aos quais são expostos o território. Esse risco, inclusive, também é claramente apresentado nas fontes e se divide sob duas matrizes, a social e a econômica. Do primeiro ponto de vista, a União Europeia é vista como uma facilitadora para a imigração, o que, como discutido no tópico anterior, é traduzido como uma grave ameaça ao povo. Já do ponto de vista econômico, a integração com o mercado europeu é vista como uma ameaça aos produtores nacionais da França, que precisariam contar com proteção para sustentarem seus produtos.

Mas essas características não se restringem apenas ao cenário internacional. Internamente, a candidata apresentou propostas no sentido de reduzir o número de representantes. Essas ações parecem estar ligadas à necessidade de restringir a oposição política em um possível governo, garantindo também maior endosso às reformas necessárias para a consolidação de agendas.

Além disso, também se insere nesse tópico as fontes que apresentam uma resposta essencialmente punitivista aos problemas sociais, como a ampliação de penas, endurecimento do processo penal e reforço nas forças de segurança pública. Nas fontes, é possível perceber – sobretudo quando se tratando da imigração islâmica – a tendência da candidata em relacionar a resolução da crise social com o aumento do efetivo policial, e as alterações nas leis para permitir a extradição de imigrantes, mesmo antes de sua condenação plena. Entretanto, essa visão não parece se restringir a essa parcela da população, mas também tem, em menor grau, inclinação a diminuir direitos individuais em prol da segurança pública, mostrando-se como um reflexo de propostas nativistas também para todos os cidadãos.

Esse panorama da candidatura francesa demonstra várias proximidades com as fontes recolhidas da campanha presidencial de Jair Bolsonaro em 2018. Ao comparar os pontos centrais, algumas temáticas se repetem, como as repostas punitivistas, a busca de uma

hegemonia política e o endurecimento de leis penais, mesmo que com diferenças em seus conteúdos. Bolsonaro centrava grande parte da sua resposta à segurança pública nas polícias e no exército, e demonstrou ao longo do pleito sua convicção política de que a manutenção da ordem estava ligada a um processo de relaxamento dos limites legais impostos às forças de segurança, como no caso do excludente de ilicitude para agentes em operações.

Além disso, apontava para uma política armamentista como solução para a convulsão social, visando conceder aos cidadãos a possibilidade de serem eles próprios os responsáveis por executar a justiça e garantir a segurança com seus próprios armamentos. Esse cenário também se nutria da mitologia da conspiração, alimentando a necessidade de armamentos para a população com forma de proteção contra setores da esquerda, especialmente de movimentos sociais com histórico de lutas combativas, como o MST.

Esses fatores dizem respeito, portanto, a uma sociedade essencialmente baseada no punitivismo, que se prende a respostas agressivas para a resolução de seus conflitos. Entretanto, outra marca do autoritarismo é clara na análise das fontes da campanha presidencial brasileira, aquela de prever um corpo social essencialmente organizado, sob o comando do projeto político vencedor. Nesse sentido, apresenta-se o maior afastamento entre os objetos: o envolvimento dos militares.

Ao longo de sua campanha, Bolsonaro sempre manteve acenos ao período da ditadura militar no Brasil e aos militares como garantidores da ordem pública. As fontes deixam claro as inúmeras aproximações que foram propostas, inclusive como inspiração para um eventual novo governo. Esse passado, repetidamente visto como uma idade de ouro, deveria, portanto, ser retomado, através dos pilares do regime ditatorial de ordem pública e estrita organização.

Nesse sentido, destaca-se uma característica essencial da ultradireita no Brasil, impulsionada pelo passado marcado por regimes ditatoriais comandados pelas forças armadas: o militarismo. Essa percepção não foi constatada nas análises das fontes na campanha europeia, nem mesmo nos acenos à política, tratadas como uma demanda civil, e não militar. Esse cenário de afastamento pode revelar um endosso a uma característica regional relevante do Brasil e da América Latina, que é apresentada por Tatiana Vargas Maia e Rosana Pinheiro Machado em *“A new radical right in the global South?”*. Na introdução do livro *“The Rise of the Radical Right in the Global South”*, as autoras discorrem como, na Europa, a recente ascensão de uma nova direita radical está ligada à degradação democrática, sobretudo por conta do colapso no estado de bem-estar social. No entanto, quando se analisa as especificidades fora do continente, em países considerados marginais no sistema político mundial, o fenômeno parece estar ligado

a outros fatores. Vargas-Maia e Pinheiro-Machado argumentam que a caracterização dos processos semelhantes ocorrendo no Sul global é insuficiente, especialmente porque variáveis explicativas, como o declínio do estado de bem-estar social, são raramente encontradas nessa região - principalmente devido ao fato de que o próprio estado de bem-estar social nunca se enraizou adequadamente nos países do Sul global. Para as autoras, o que se observa no Sul não é necessariamente um ressurgimento de ideias e práticas autoritárias, mas, na verdade, a persistência e o fortalecimento dessas características. O legado de regimes autoritários no Sul global não é apenas uma herança recente, com alguns processos de democratização ocorrendo no final da década de 1980, como no caso do Brasil, mas também uma característica duradoura de seus sistemas políticos. Reconhecer um autoritarismo persistente nos países do Sul global é entender que grande parte dessa região passou por um período de governo democrático não consolidado, com a ausência de instituições estatais eficazes, como burocracias e forças policiais imparciais (Vargas-Maia; Pinheiro-Machado; 2023, p.6).

Na mesma medida, Gisela Pereyra Doval e Gastón Souroujon, em seu artigo “*Tras las huellas neofascistas en el gobierno Bolsonaro*”, argumentam em favor de uma compreensão da ligação de Bolsonaro com setores ligados às forças armadas, que passa tanto da escolha de seu vice-presidente, um general do Emérito Brasileiro, a indicativos de consolidação de um estado de exceção no país. Quando analisam o governo, vitorioso após o pleito de 2018, os autores demonstram como a direita no país se transformou, destacando que a extrema direita se consolidou a partir da posse de Bolsonaro, impulsionada pela convergência ideológica em torno de valores conservadores, que também são compartilhados por grupos neofascistas, seus laços transnacionais e os principais grupos de apoio ao presidente, reunidos na chamada “tríplice B” (Bala, Bíblia e Boi). Os chamados "Bala" incluem aqueles que apoiam o militarismo civil e os que acreditam que “estávamos melhores com os militares”. O próprio Bolsonaro é um nostálgico da ditadura. Os autores dissertam que, apesar da bancada da bala no poder legislativo ter começado a ganhar relevância no início do milênio, especialmente a destacada Frente Parlamentar de Segurança Pública (FPSP), ela consolidou sua atuação e legitimou grupos de extermínio nas favelas, principalmente no Rio de Janeiro, desde a posse de Bolsonaro (Pereyra Doval; Souroujon, 2023, p. 644).

Essa análise, mesmo que feita sobre um balanço do governo, já estava presente desde a campanha, como demonstram as fontes, retratando inúmeras ligações e acenos não apenas ao período da ditadura militar no país, mas também uma efetiva inclinação ao sistema de governo autoritário que representava. Entretanto, essa proximidade não parece essencialmente nova,

nem exclusiva do Brasil, como apontam Sanahuja e Burian, ao apontarem a correlação entre o discurso anticomunista e o passado ditatorial dos países. Sanahuja e Burian dissertam que o anticomunismo funciona como um elemento de conexão das ultradireitas neopatriotas na Iberoamérica, mas também é objeto de “guerras culturais” impulsionadas por essas forças. Além disso, o anticomunismo assume outra deriva discursiva, envolvendo a posição ambígua ou a aberta reivindicação das ditaduras militares do passado recente e de seu legado de impunidade. Isso inclui minimizar ou negar sua transcendência, além de justificar, e até mesmo defender e reivindicar, torturas, desaparecimentos e outros crimes de lesa humanidade perpetrados por esses regimes (Sanahuja; Burian, 2023, p. 147).

Nesse sentido, os autores argumentam como a reivindicação do passado autoritário parece ser um fator de extrema relevância para as análises que envolvam a Iberoamérica, mas que não está presente nas conjunturas políticas do norte global. Essas características reforçam como o autoritarismo pode também encontrar desdobramentos regionais, o que também cria agendas políticas diferentes. Sanahuja e Burian destacam que esse elemento, que também pode ser interpretado em termos de uma trajetória histórica diferenciada ou dependência do caminho, é crucial: a reivindicação do passado autoritário e dos governos militares e das forças armadas como garantidores da ordem e da pátria. Em nome do anticomunismo, configura-se como um traço diferenciador das ultradireitas na Iberoamérica em comparação com as da Europa do Norte, Estados Unidos ou outros lugares (Sanahuja; Burian, 2023, p. 148).

Ainda no mesmo texto, os autores discorrem sobre uma relação interessante entre essa recuperação do passado autoritário das ditaduras com a segregação, ou seja, a fonte que alimenta, muitas vezes, os discursos mitológicos da conspiração e do inimigo. Sanahuja e Burian explicam que, nessa narrativa, o passado ditatorial é reivindicado em nome do anticomunismo, contrastando com o presente. Da mesma forma, o nacional é redefinido como um passado idealizado que se afirma diante da ameaça de forças desintegradoras que personificam diferentes “outros”. O denominador comum desses “outros” é seu caráter “estrangeiro”, representando elites transnacionais, elites nacionais “sem pátria”, grupos “antinacionais” ou outros atores que promovem valores de uma globalização cosmopolita que, afirmam, impõe a eles uma “moral progressista e antinacional” (Sanahuja; Burian, 2023, p. 164).

Essa característica pode ser essencial para delimitar como os sistemas políticos fora do centro de poder global possuem contornos específicos de maneira interligada, ou seja, que alteram não apenas uma parte específica do sistema político, mas também em um panorama

geral. Nesse sentido, é possível estabelecer delimitações mais precisas do autoritarismo ao longo da campanha política de Bolsonaro em 2018, que apresentou posições relativamente distantes daquelas escolhidas por Le Pen para seu próprio pleito. Além disso, também é preciso delimitar o quando o termo “autoritarismo” é capaz de traduzir essas nuances, ou se perspectivas mais próximas do contexto brasileiro, como “militarismo”, não seriam mais adequadas como ferramentas de definição dessa prática política.

4.2.3 Populismo

Analisando a campanha de Marine Le Pen, a primeira grande característica apontada pelas fontes é a sua posição contra o *establishment*, com contundentes ataques ao sistema político, taxado pela candidata como retrógrado e incapaz de representar os anseios da população. Nesse sentido, ela se coloca como uma opção de voto contra a crise representativa e fora da antiga forma política, sobretudo em oposição aos políticos tradicionais franceses, mas também contra o sistema, entendido como um possível mecanismo que mantém esse grupo no poder.

A partir disso, Le Pen se porta como a encarnação da voz do povo, a representante de uma vontade popular que reside em seu projeto de poder, e ressalta uma mitologia política clara: o mito do salvador. Ao fazer o diagnóstico nefasto de sua visão política sobre a França, a candidata assume o papel daquela que tem o efetivo poder de alterar a realidade política no país, através da realização da vontade do povo. Nesta esteira, em algumas fontes, minimiza a relevância dos direitos e garantias individuais, que poderiam ser uma oposição à soberania popular, que deve prevalecer acima dessas leis.

Nesse contexto, balizados nos conceitos de mitologia política trabalhos por Girardet (1987), o discurso político de Le Pen se vale de diversos elementos para fundamentar sua posição. Conforme todas as fontes apresentadas, é possível seguir a trilha da narrativa encarnada pela campanha, que se inicia na fabulação do povo, ou seja, em uma comunidade essencialmente imaginada que encarna os valores que refletem o objetivo de seu projeto político. Esse mesmo povo, entretanto, é retratado como em constante ameaça, reforçado pelo discurso político mitológico da conspiração, onde reside a figura do imigrante islâmico, nutrido pelo discurso nativista de sua campanha como o inimigo a ser combatido. Nesse cenário mitológico, Le Pen ocupa a posição de solução, e nesse ponto encarna a própria fabulação da salvadora, se valendo da confiança cega do povo, que se adequam perfeitamente aos seus

objetivos – mesmo que eles próprios tenham sido imaginados – e tem a legitimidade para executar as transformações necessárias para a mudança.

Esse cenário, e até o mesmo percurso de estruturação do discurso, encontra grande aderência à análise das fontes do tópico populismo, produzidas pela campanha presidencial de Bolsonaro em 2018. De início, o candidato também se coloca como um expoente, simbolizando uma alternativa à política tradicional, diversas vezes também ligada ao retrocesso fruto de um sistema corrupto que se mantém no poder.

Dessa forma, também alimenta uma trilha de discursos similares, como a criação de uma fabulação dos valores do povo, sempre encarnado na figura modelo do “cidadão de bem”, que traduz também seus objetivos de campanha. Esse grupo fictício é visado por um inimigo comum, onde se encarna a própria esquerda, usada como um motriz para alimentar a fabulação da conspiração. Essa narrativa cria histórias de ataque que demandam uma resposta imediata, algo que o velho sistema não é capaz de fornecer. É nesse cenário que Bolsonaro também se propõe como o salvador, o único capaz de traduzir a soberania do povo em seu projeto político, como forma de suprir seus anseios.

Entretanto, há um claro ponto de afastamento entre os dois discursos, por mais que sigam uma fórmula narrativa muito próxima. Diferente de Le Pen, Bolsonaro, ao invocar sua posição contra o sistema, expande as críticas para uma negação do próprio fazer político, ou seja, indica que o problema não está apenas centrado nos atores que ocupam a arena central do poder, mas sobretudo no próprio sistema democrático brasileiro. Nesse sentido, diversas fontes apresentam as críticas de Bolsonaro à forma que os poderes e as instituições gerem o país, demonstrando ser um sério obstáculo à concretização da vontade majoritária do povo. Como já trabalhado, essa ação parece se alinhar com a perspectiva de democracia como a expressão da vontade da maioria, sem a garantia de direitos e liberdades individuais que não atendam aos anseios dessa parcela da população. Outro exemplo claro são as críticas dirigidas ao sistema eleitoral do país, taxado de parcial e manipulável por aqueles que estão no poder, e que – mesmo em uma eventual derrota – não representariam a vontade majoritária, tamanha a certeza que seu discurso mitológico do povo efetivamente refletia os anseios populares.

Essas características compõem um entendimento mais amplo sobre a forma de estruturação do discurso político no Brasil, como trabalha David Nemer em “*De las fake news a la radicalización en línea: el caso del auge de la extrema derecha en Brasil*”, ao demonstrar como a ascensão eleitoral de Bolsonaro estava alinhada a um discurso descolado da realidade, que atacava a ordem política vigente. De acordo com o autor, dada a hiperpolarização das

eleições, Bolsonaro construiu sua ascensão sobre a base da desconfiança em relação à política e ao desgaste dos políticos e das instituições políticas em geral. Ele se tornou um típico populista carismático. Referenciando Laclau, Nemer corrobora com o entendimento que os populistas emergem durante períodos de descontentamento generalizado e afirmam vir de fora do sistema para se posicionar como defensores da mudança. Assim, conclui que os populistas não necessariamente baseiam sua mensagem política na realidade; Bolsonaro – por exemplo – se apresentou como o candidato anti-*establishment*, apesar de ter sido membro do congresso brasileiro por 27 anos (Nemer, 2023, p. 176).

Nesse mesmo sentido, o autor aponta como as redes sociais, inclusive, se configuraram como um elemento central para a compreensão da difusão da narrativa política de Bolsonaro em sua campanha. É nesse sentido que Nemer corrobora com uma leitura do populismo digital para a compreensão do fenômeno de ascensão de Bolsonaro. O autor destaca que a campanha de Bolsonaro se baseou em informações incorretas, criadas e difundidas sistematicamente por uma infraestrutura humana que orquestrou uma campanha guiada. Em referência à antropóloga Letícia Cesarino, advoga ao entorno de reconhecer a prática como “populismo digital”, um termo que se refere ao aparato digital, aos padrões discursivos e às táticas políticas para construir hegemonia. Evocando Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, Cesarino explica que os padrões discursivos da campanha operaram como um mecanismo de redução da complexidade, desenhando uma fronteira grupal rígida de dentro para fora. Com isso em mente, a prática se volta para, em seguida, produzir e estabilizar “pessoas” por meio de uma abordagem dual, sintagmática (“nós versus eles”) e paradigmática (líder carismático-povo). É difícil verificar os impactos exatos que o populismo digital teve nas eleições presidenciais de 2018. No entanto, com base em relatos de pessoas que foram motivadas a votar em Bolsonaro, é inquestionável que a infraestrutura humana por trás da campanha de desinformação no WhatsApp ajudou Bolsonaro a tornar-se presidente do Brasil (Nemer, 2023, p. 181).

Como demonstrado pelas fontes, grande parte da campanha de Bolsonaro foi realizada através da disseminação direta de seus materiais entre os próprios apoiadores, por intermédio das redes sociais. Isso pode ser um elemento importante para compreender as possibilidades de alcance e permeação do discurso de Bolsonaro, mesmo tão descolado da realidade e fortemente marcado por ataques às instituições democráticas. Rosana Pinheiro Machado e Lucia Mury Scalco, em “*From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil*”, apresentam um balanço desse discurso, buscando apontar a forma de estruturação escolhida por Bolsonaro para sua campanha. As autoras dissertam como Bolsonaro adotou uma narrativa conservadora e

populista, oferecendo soluções simples para problemas complexos durante um período de crise política e econômica. Por exemplo, ele destacou a legalização das armas de fogo como uma medida para resolver a violência urbana, prometendo aos cidadãos o direito de se defenderem. Além disso, sua presença como figura política destacada em programas de TV populares o transformou em um fenômeno de entretenimento, caracterizado por um estilo caricato e humorístico. Pinheiro Machado e Scalco demonstram que, assim como Donald Trump, Bolsonaro utilizou uma linguagem direta e insultuosa diante das câmeras, identificando um inimigo interno: o “vagabundo”. Esse termo, carregado de significado histórico e cultural, cria uma sensação de alteridade no Brasil, referindo-se tanto a alguém que não trabalha duro quanto a um trapaceiro ou criminoso (Pinheiro Machado; Scalco, 2020, p. 25).

Nessa perspectiva, Sanahuja, Vitelli e Burian buscaram fazer um balanço desse discurso, propondo o conceito de “neopatriotas” para abarcar as concepções de Bolsonaro. Os autores dissertam que, com retóricas populistas, os líderes políticos se apresentam como representantes do povo “verdadeiro” ou “autêntico”, em oposição às elites transnacionais que consideram como inimigas da tradição e da soberania nacional – chegando até a acusá-las de “traição” à pátria. Nessa lógica, eles geram e difundem discursos autoritários e securitizadores que contestam direitos civis e políticos ancorados em tratados internacionais, minando assim princípios básicos da democracia liberal. Esse antiglobalismo é também fortemente conservador e reacionário, questionando agendas de novos direitos das mulheres e relacionadas à diversidade sexual, questões relacionadas ao bem comum. Os autores exemplificam essas medidas como em pautas envolvendo as mudanças climáticas e a agenda ambiental global, e o reconhecimento da diversidade de sociedades abertas, questionando o multiculturalismo, o caráter plurinacional de países onde esse traço está presente ou, no caso específico, enquadrando a imigração em um discurso securitário que vê esse fenômeno como ameaça ao emprego, bem como à comunidade, cultura e tradição (Sanahuja; Vitelli; Burian, 2023, p. 7).

“Neopatriotas” também é uma classificação defendida por Sanahuja e Burian em *“Las derechas neopatriotas en América Latina: contestación al orden liberal internacional”* como mais adequada, por refletir a principal característica do campo: o posicionamento contra o sistema político vigente. Os autores destacam que o questionamento à globalização e às suas instituições e regras é o elemento comum que caracteriza, de maneira distintiva, essas novas direitas como “neopatriotas” – mais do que seu caráter populista ou nativista – e as diferencia, no contexto latino-americano, da mais tradicional direita liberal-conservadora. O caso brasileiro, em particular, exemplifica as visões de mundo e as matrizes de política externa

dessas direitas neopatriotas latino-americanas e seus traços comuns, como o alinhamento com os Estados Unidos e a contestação ao regionalismo e ao multilateralismo. Com isso, Sanahuja e Burian argumentam que a América Latina se insere em uma dinâmica já verdadeiramente global de contestação à ordem liberal internacional, ao regionalismo e ao multilateralismo (Sanahuja; Burian, 2020, p. 59).

Nesse sentido, cabe também ressaltar as reflexões de Gisela Pereyra Doval, em *“Bolsonaro in Brazil: To the right of the right”*, ao ponderar sobre os conceitos de democracia iliberal ou autoritarismo democrático como formas de classificar as propostas de Bolsonaro. Segundo a autora, há muitas evidências de que o ex-presidente despreza a democracia: embora tenha suavizado suas declarações e afirmado que sua visão sobre a democracia havia “evoluído” à medida que as eleições se aproximavam, ele solicitou o fechamento do Congresso em várias ocasiões, além de defender a intervenção no Supremo Tribunal Federal; ele desconfia dos civis; seu vice-presidente, Hamilton Mourão, mencionou a possibilidade de um autogolpe para que o Poder Executivo pudesse concentrar poder com o apoio da “corporação militar”. Na prática, Pereyra Doval argumenta que Bolsonaro reduz a democracia a um “judicialismo pedagógico”, em que ética e política são submetidas a um conjunto de regras formais. Com isso, a autora afirma que – para Bolsonaro – a lei é principalmente a lei criminal, ignorando a legislação trabalhista e os direitos sociais. Enquanto para o liberalismo político, o Estado é visto como um gerador de direitos e capacidades, para ele o Estado é entendido como um instrumento para impor um programa político baseado em segurança (Pereyra Dorval, 2022, p. 226).

Nesse cenário, Pereyra Doval demonstra como existem elementos congregados entre classificações que, à primeira análise, seriam opostas. Para ela, à medida que a democracia liberal se retrai, também negando seus valores, cresce uma ideologia próxima do autoritarismo clássico, mas que ainda lida com limites institucionais. Essa intersecção, para a autora, funda um panorama de um líder que tenta limitar o pluralismo, garantindo sua hegemonia, limitado por fronteiras frágeis ou excessivamente elásticas para o conter (Pereyra Dorval, 2022, p. 227).

A partir dessa discussão, é possível estabelecer como existem múltiplas chaves analíticas, fundamentadas por diferentes correntes teóricas, que tratam diversos aspectos do populismo em países fora do eixo Europa-EUA, como o Brasil. Nesse cenário, uma aproximação a partir do foco local pode se demonstrar essencial para análises historicamente situadas, garantindo maior proximidade entre as formulações acadêmicas e a leitura da realidade.

4.2 O FOCO LOCAL

Em primeira análise, é possível perceber como as fontes analisadas a partir da chave interpretativa do nativismo, produzidas pela campanha de Marine Le Pen, parecem acompanhar as previsões metodológicas que foram levantadas pela pesquisa. O discurso da então candidata se alinhou à característica esperada por sua atuação dentro do campo da ultradireita e se mostra uma das mais importantes interlocuções com seus eleitores em seu discurso. Mesmo assim, também é possível delimitar alguns contornos próprios, que influenciam na forma que suas agendas políticas são estruturadas. A antiga ligação de seu partido político com o GRECE e as raízes ideológicas da *nouvelle droite* foram fatores para sua proximidade com o etnopluralismo, além de sua ambição pela assimilação cultural aos estrangeiros. Essa análise historicizada do objeto mostrou-se crucial para a correta interpretação das prioridades de agenda estabelecidas por Le Pen, permitindo compreender com profundidade as ligações entre a nova direita francesa. Além disso, também é importante pontuar como a crise de imigração de países de maioria muçulmana demonstrou ser um fator sociopolítico importante para delimitar as prioridades de sua campanha, bem como no estabelecimento do principal “outro” a ser assimilado, ou não assimilado, acima de imigrantes de outras nacionalidades ou religiões, sobretudo como forma de saciar uma demanda de seu eleitorado.

Nesse sentido, podemos perceber que as contribuições de Mudde (2007) para a estruturação do nativismo, enquanto elemento central da expressão da ultradireita, tiveram suas delimitações ampliadas para a análise da campanha de Le Pen. Compreender o etnopluralismo enquanto proposta de assimilação do “outro” na “nação” parece encontrar barreiras muito mais profundas, e pode representar muito mais transformações de discurso, do que uma efetiva mudança no centro de uma pauta racializada (Newth, 2021) e, portanto, fortemente ligada ao fascismo clássico.

Já a análise, a partir do conteúdo produzido pela campanha presidencial de Jair Bolsonaro, no mesmo tópico, não parece encontrar formas de adequação tão precisa como as de sua equivalente francesa. As reflexões levantadas por esta dissertação lançam dúvidas se o nativismo pode ser considerado uma questão central para o discurso do candidato ou se novas chaves analíticas poderiam ser melhor empregadas para sua definição. No caso francês, é preciso ponderar até em qual momento se tem a centralidade de uma “ideologia nativista” na construção política de Marine Le Pen, ou o quanto essa corrente não consegue abarcar todas as questões do discurso, como as de cunho identitário ou etnodiferencialista. Já na análise

Brasileira é preciso aprofundar a reflexão se é possível igualar a defesa de uma família tradicional – por extensão e excelência – a uma espécie de aproximação forçada. Neste contexto, não parece correto afirmar que as questões tenham cunho de diferenciação étnica, muito embora os recortes de raça se apresentem de maneira intensa – até mesmo violenta – na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é possível afirmar que a eletricidade ao qual foi submetido o conceito teórico de nativismo pode se demonstrar como excessivo e contribuir para a distensão do termo, principalmente quando correntes bibliográficas diversas apontam para outras possibilidades analíticas. A partir disso, podemos – por exemplo – concordar com as propostas correntes como postuladas por Stefanoni (2023), Sanahuja e Burian (2023) ou Burian (2023a) de corroborar com o conceito de anticomunismo para ocupar uma posição mais preponderante na análise do objeto. Nesse sentido, a tripartição, prevista por Mudde (2021), pode se mostrar insuficiente para a análise brasileira.

Já no tópico autoritarismo, a campanha de Marine Le Pen apresentou os principais traços que eram esperados pelo recorte teórico. Em primeira mão, é clara a existência de um projeto centralizador em torno de sua possível eleição, manifestando-se sobretudo através do ataque a outros órgãos de decisão fora da sua esfera de influência, como o Parlamento Europeu e a própria União Europeia (Camus, 2014). Esse fato, por si só, não representaria um projeto autoritário, sobretudo se seguido de proposta para autogestão do Estado membro, entretanto, a motivação para o afastamento da UE nasce a partir de uma posição de concentração do poder, e fim das limitações internas em um possível governo. Essa leitura se complementa com a compreensão interna, como as propostas de garantia de hegemonia no poder legislativo francês e a diminuição de cadeiras e competências das assembleias. Para além da sua proposta essencialmente subordinada de organização do poder, também são claras as inclinações para uma visão do sistema legal essencialmente punitivista, com amplas propostas para o endurecimento de leis penais e a supressão de garantias individuais. Nesse sentido, também se descarta uma característica própria, já que os imigrantes islâmicos são visados para a maior parte das propostas de novas legislações, fruto da marca nativista pulsante da candidata. Entretanto, esse fator não está restrito apenas a esse grupo, visto que várias dessas políticas estão também direcionadas ao conjunto amplo da população, ou seja, extrapolam a característica clássica do “inimigo”, para também atribuir ao endurecimento de pena outras soluções para os problemas sociais vividos pelo país.

Já em Bolsonaro, as indicações teóricas de autoritarismo se encontram todas demonstradas no conjunto documental analisado; entretanto, podem – inclusive – extrapolar alguns dos conceitos trabalhados. Certamente o candidato vislumbra a legislação penal como o ponto chave do ordenamento jurídico, acreditando que seu endurecimento é a melhor resposta aos diversos desafios sociais enfrentados pelo país. Nesse sentido, seus projetos caminham para soluções essencialmente punitivistas, que atribuem à ampliação de penas e ao efetivo de forças de segurança pública uma forma de combater o avanço da criminalidade. No entanto, sua campanha também se centra a partir do revanchismo, visando garantir que os próprios cidadãos fossem responsáveis pela execução das penas e da sua segurança, alicerçado em um amplo projeto armamentista para os civis. Entretanto, existe um contorno próprio na análise do posicionamento autoritário de Bolsonaro: os militares. Grande parte de sua campanha é centrada ao redor das forças armadas brasileiras, de onde inclusive faz alusões não apenas ao período ditatorial, mas à inspiração para a criação de uma sociedade essencialmente organizada e hierarquizada, a partir de seu próprio projeto de poder. Isso acarreta uma oposição ao próprio sistema democrático, que pode ser resumido para além do seu militarismo (Vargas-Maia; Pinheiro-Machado; 2023) e é trabalhado pela bibliografia apresentada a partir de várias chaves, como o neopatriotismo (Burian, 2023b) e (Sanahuja; Burian, 2023), a democracia iliberal ou o autoritarismo democrático (Pereyra Dorval, 2022). Com isso, é possível uma percepção que o conceito de autoritarismo teve suas fronteiras transpassadas pela atuação do candidato, e outros conceitos podem ser necessários para formarem um quadro de análise mais amplo.

Por fim, em populismo, as fontes produzidas por ambos os candidatos parecem ter se encaixado nos conceitos estabelecidos pela metodologia recortada. Tanto Le Pen quanto Bolsonaro buscam se encarnar como os salvadores, abusando de uma concepção mitológica ao redor de suas propostas de governo. Nos dois casos, os presidencialistas se dizem os interlocutores da própria voz do povo, os únicos capazes de dar forma aos anseios e necessidades dos eleitores, reforçando uma importante previsão metodológica para o conceito, trabalhada por Burian e Sanahuja (2023). Além disso, avançam na construção de um discurso dualista, de “nós” contra “eles”, trabalhado – por exemplo – por Cunha (2019) ou Stanley (2023), resumido a um conflito do povo que dizem representar contra um sistema político ineficiente ou defasado.

Entretanto, mesmo compartilhando as formas de discurso, o conteúdo é bem distante, marcado pelo contexto mais amplo de suas candidaturas, e leva em consideração as demais posições apontadas em outras chaves de comparação. Por exemplo, Bolsonaro, ao contrário de

Le Pen, expande seu ataque aos políticos tradicionais para o próprio sistema democrático, influenciado por suas posições autoritárias, o que confere ao seu discurso uma tônica bem mais disruptiva que sua equiparável na França. Os dois objetos, portanto, parecem se portar de formas diferentes, enquanto Bolsonaro está mais próximo de uma ruptura democrática, mesmo que a partir da própria democracia – como posto por Stanley (2023) – Le Pen parece se posicionar próxima à proposta de Mudde (2019), se valendo de um tom reformista bem mais reformista. Assim, parece correto afirmar que os contextos locais parecem influenciar, inclusive, quando a forma da atuação política é próxima, mas suas agendas e aspirações criam formas distintas no conteúdo dos discursos.

5 CONCLUSÃO

A partir dos apontamentos desta pesquisa, é possível lançarmos mão de alguns apontamentos sobre a centralidade que os contextos locais desempenham na estruturação das agendas políticas dos objetos da ultradireita analisados nesta dissertação. As formulações e correntes teóricas apresentadas no primeiro capítulo buscaram apresentar a divisão da ultradireita em três grandes campos: a extrema-direita; a direita radical; e o populismo de direita radical. A partir desse marco teórico, também se analisaram as três proposições de centralidade para o campo: nativismo, autoritarismo e populismo. Essa divisão, interseccionada por diversas pesquisas, que corroboram, acrescentam e se opõem a divisão, se mostraram mais bem subsumidas quando apresentadas a um objeto europeu, que ocupa o centro da arena política dos países do norte global. No entanto, isso não parece ter ocorrido no mesmo grau com as fontes recolhidas de uma campanha brasileira, ou seja, de um país do sul global. Isso não significa, entretanto, que as previsões globalizantes que visam congregar as pesquisas no campo da ultradireita estão incorretas ou são lacunares em sua análise. Como em todas as áreas, os movimentos de unidade do pensamento podem acabar criando algumas comparações ou totalizações um pouco grosseiras, mas atendem aos seus objetivos de congregar diversas visões analíticas para o avanço do campo.

Isso foi corroborado à medida que a pesquisa avançou na metodologia comparada, no decorrer do segundo capítulo da dissertação, com objetivo de estabelecer um balanço sobre o processo eleitoral encabeçado por Marine Le Pen na França em 2017 e por Jair Bolsonaro no Brasil em 2018. No exercício de se demonstrar quais foram as estratégias e principais pontos de interlocução entre as candidaturas e suas bases eleitorais. A partir do material recortado das duas campanhas, ficou claro como os contornos regionais dos objetos são essencialmente caros para uma análise que se propõe a compreender as raízes históricas de suas construções, como forma de interpretar os resultados mais contemporâneos. Essa percepção fica ainda mais nítida ao perceber que tanto a campanha presidencial de Marine Le Pen em 2017 quanto a de Jair Bolsonaro em 2018 são frutos não apenas da trajetória política de cada candidato, mas também das demandas e transformações da própria sociedade em que estavam inseridos. Isso se comprova à medida que a análise comparada permitiu demonstrar as proximidades, mas também as dissonâncias, entre os dois objetos.

A partir – justamente – dos afastamentos indicados entre os dois grupos de fontes, foi possível indicar como pode ser correto corroborar com as visões teóricas que enxergam que as

agendas políticas pensadas ao longo dos pleitos seguem os desdobramentos regionais antes do próprio movimento global da ultradireita. Nesse sentido, é preciso um trabalho com foco local para se avançar nas análises historicamente situadas e com capacidades amplas para a compreensão de como os movimentos se estruturam.

Essa importante chave de interpretação foi explorada no último capítulo desta dissertação, à medida que – para além de uma bibliografia mais consolidada no âmbito dos países centrais – explorou-se contribuições de pesquisas pensadas, desde o início, para contextos de países periféricos ao sistema global. Ao analisarmos as principais diferenças que a campanha política de Bolsonaro tinha em relação à de Marine Le Pen, não pareceu correto aplicar todas as previsões metodológicas apresentadas a uma corrente que vem se consolidando nos estudos da ultradireita. Entretanto, vários autores puderam apresentar novas formas de análise que não questionam o enquadramento de Bolsonaro nesse campo político, mas sim refletem como outros elementos corroboram com essa classificação, no lugar daqueles previstos para o norte global.

Dessa forma, esta pesquisa não se propõe a corroborar com uma mudança de conceitos centrais para a análise global das direitas no tempo presente, nem visa eleger correntes teóricas como mais ou menos adequadas. Ao contrário, o exercício de comparação foi rico para, a partir das proximidades, mas sobretudo das diferenças dos objetos, demonstrar como existe a necessidade de se levar em consideração, em todas as análises, que os diversos contextos jamais poderão ser reduzidos à reprodução de características do norte global, como um espelho para todo o globo. Ao contrário, ao endossar o exercício de corroborar com a centralidade dos contornos regionais, espera-se propiciar análises que busquem menos a imposição de lentes analíticas de países considerados como centrais nas demais áreas do globo, já que as fontes e grande parte da bibliografia trabalhada convergem para pesquisas com cada vez mais espaço para as características das sociedades em que estão inseridas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Estudos sobre a personalidade autoritária**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp (FEU), 2019.

ART, David. **Inside the Radical Right: The Development of Anti-Immigrant Parties in Western Europe**. New York: Cambridge University Press, 2011.

BELCHIOR, Antônio Carlos Gomes. Como Nossos Pais. In: _____. **Alucinação**. Rio de Janeiro: PolyGram, 1976.

BEYME, Klaus Von. Right-Wing Extremism in Post-War Europe. *West European Politics*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 1–18, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01402388808424678>

BOBBIO, Noberto. **Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

Bolsonaro diz que se eleito 'bandagem vai morrer' porque União não repassará recursos para direitos humanos. G1, 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>

BOLSONARO, Jair Messias. **14/10/2018: BOLSONARO FALA MAIS VERDADES!**. YouTube: 30 out. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KGVTURYPPrU&t=29s&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Após atentado Bolsonaro fala ao público pela primeira vez**. YouTube: 16 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=FI1igISOQQ&t=389s&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Armas de fogo com regras**. YouTube: 15 jun. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=xFcNDINmO2Q&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Bolsonaro faz última live antes do dia das eleições**. YouTube: 06 out. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9a5OzgmyxQ8&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Elogio a Roberto Marinho e "A Nação que se salvou a si mesma"**. YouTube: 23 jul. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OpPv8SVXI3g&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **INSTITUIÇÕES APARELHADAS: O Brasil está próximo de se tornar a Venezuela**. YouTube: 30 set. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=aFRoOfDPLE0&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **INTERVENÇÃO: BOLSONARO, SEU VOTO E O QUE NÃO TE CONTAM**. YouTube: 20 fev. 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=E38-KFhY-A8&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Jair Bolsonaro visita AgroBrasília (economia e agronegócio)**. YouTube: 16 mai. 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=R4NrflpoVIs&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **MAIS VERDADES SOBRE POSSIBILIDADE DE FRAUDE NAS URNAS ELETRÔNICAS**. YouTube: 05 set. 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=WvYPO208UAg&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **O sistema não admite Bolsonaro**. YouTube: 23 jul. 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=ilvZAINMMQ0&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **PRONUNCIAMENTO OFICIAL de Bolsonaro é transmitido na Avenida Paulista**. YouTube: 30 set. 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=6HFw4ikfOsU&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Sabatina Bolsonaro: Pré-candidatos à Presidência discutem o futuro do país no Correio Braziliense**. YouTube: 07 jun. 2018. Disponível em :

https://www.youtube.com/watch?v=dFJrog47yPg&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. **Sexo para crianças nas escolas: Jornal O Globo mente mais uma vez! Segue a verdade**. YouTube: 30 ago. 2018. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=ge2x9C4WEfM&ab_channel=JairBolsonaro

BOLSONARO, Jair Messias. Proposta: O Caminho da Prosperidade. Brasília, 2018.

Disponível em: https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf

BOLSONARO, Jair Messias. Publicação na página pessoal comentado matéria do O Globo. Facebook: 19 jul. 2018. Disponível em:

<https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1235739339908383>

BOLSONARO, Jair Messias. Publicação na página pessoal. Facebook: 06 out. 2018.

Disponível em: <https://www.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/posts/1235739339908383>

BOLSONARO, Jair Messias. **Transcrição do discurso proferido em Araçatuba/SP**. G1: 23 ago. 2018. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2018/08/23/bolsonaro-diz-que-bandidagem-vai-morrer-em-seu-governo-porque-uniao-nao-repassara-recursos-para-direitos-humanos.ghtml>

BORDIN, João Gabriel Vieira. **Três décadas da nova direita radical na Europa Ocidental**.

209 f. 2016. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/167921>.

BURIAN, Camilo López. Apuntes sobre pensar el neofascismo brasileño en clave global.

Esboços: histórias em contextos globais, Florianópolis: v. 29, n. 52, p. 665–674, 2023a.

Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2022.e91503>

BURIAN, Camilo López. **El triunfo de Lula en Brasil, la reacción de la ultraderecha, el escenario de gobierno y su posible política exterior**. Madrid: 2023b. Disponível em: https://doi.org/10.33960/AC_03.2023.

BURIAN, Camilo López; SANAHUJA, José Antonio. Las “nuevas derechas” y la ultraderecha neopatriota: conceptos, teoría y debates en el cruce de ideología y globalización. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

BURNI, Aline. Extreme right parties in Europe today: definition and electoral performance. **Revista Estudos Políticos**, [s. l.], v. 9, n. 17, p. 124–141, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/rep.v9i17.39854>

CALDEIRA NETO, Odilon. A extrema direita brasileira e os partidos políticos: Do isolamento à agitação. In: CUNHA, Diogo; NABUCO, Rodrigo; CHIRIO, Muad (Orgs). **Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018): O abismo brasileiro no espelho do mundo**. Curitiba: Appris, 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neo-fascism in Brazil, from the local to the global? **Esboços**, [s. l.], v. 29, n. 52, p. 579–598, 2022. Disponível em: <https://doi.org/http://doi.org/10.5007/2175-7976.2022.e87065>

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “nova república” e a ascensão das direitas no Brasil. Conhecer: debate entre o público e o privado, [s. l.], v. 10, n. 24, p. 120–140, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2060>

CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil: Entre escalas, abordagens e historicidade. **Esboços**, [s. l.], v. 29, n. 52, p. 702–709, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2022.e92675>

CAMUS, J.-Y. Le Front national français : entre projet de normalisation démocratique et positionnement anti-système. **Anuario del Conflicto Social**, Barcelona, n. 2, 2013. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ACS/article/view/6287>.

CAMUS, Jean-Yves. Chapitre 1. Origine et formation du front national (1972-1981). In: MAYER, Nonna; PERRINEAU, Pascal (org.). **Le Front national à découvert**. Paris: Presses de Sciences Po, 1996. p. 17–36. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/scpo.mayer.1996.01.0017>

CAMUS, Jean-yves. **Le Front National (FN), une droite radicale française?**. Paris: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2014.

CARTER, Elisabeth. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. **Journal of Political Ideologies**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 157–182, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13569317.2018.1451227>

CUNHA, Diogo. Uma “revolução conservadora”? O populismo como “patologia da democracia” e o bolsonarismo em perspectiva histórica. **Revista Política Hoje**, [s.l.], v. 28, n. 1, p. 291-313, out. 2019. ISSN 0104-7094. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/243474/34407>.

CUNHA, Diogo. Uma direita revolucionária? O bolsonarismo em perspectiva histórica. In: CUNHA, Diogo; NABUCO, Rodrigo; CHIRIO, Muad (Orgs). **Crise política e virada conservadora no Brasil (2014-2018): O abismo brasileiro no espelho do mundo**. Curitiba: Appris, 2021.

EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. **Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2018. ISSN 0038092X.E-book.

FARIAS, Deborah Barros Leal; CASARÕES, Guilherme; MAGALHÃES, David. Radical Right Populism and the Politics of Cruelty: The Case of COVID-19 in Brazil Under President Bolsonaro. **Global Studies Quarterly**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 1–13, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/isagsq/ksab048>

FORTI, Steven. **Extrema derecha 2.0**. Madrid: Siglo XXI, 2021.

GIRARDET, RAOUL. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HAINSWORTH, Paul. Introduction. The Cutting Edge: The Extreme Right in Post-War Western Europe and the USA. In: _____. (Ed.) **The Extreme Right in Europe and the USA**. New York: St. Martin's Press, 1992.

HAINSWORTH, Paul. **The Extreme Right in Western Europe**. Abingdon: Routledge, 2008.

IGNAZI, Piero. The silent counter-revolution: Hypotheses on the emergence of extreme right-wing parties in Europe. **The Populist Radical Right: A Reader**, [s. l.], p. 313–337, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781315514574>

IGNAZI, Piero; YSMAL, Colette. Extreme right-wing parties in Europe: Introduction. **European Journal of Political Research**, [s. l.], v. 22, n. 1, p. 1–2, 1992. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.1992.tb00302.x>

INCISA, Ludovico. Populismo. In: BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 11. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. p. 969-972.

KALIL, Isabela. Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro. 2018. Disponível em: <https://isabelakalil.wordpress.com/2019/08/11/pesquisa-eleitores-bolsonaro/>

KARAPIN, Roger. Radical-Right and Neo-Fascist Political Parties in Western Europe. **Comparative Politics**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 213–234, 1998.

KAUFFMANN Grégoire, « Les origines du Front national », **Pouvoirs**, 2016/2 (N° 157), p. 5-15. DOI : 10.3917/pouv.157.0005. URL : <https://www.cairn.info/revue-pouvoirs-2016-2-page-5.htm>

KOWALSKY, Wolfgang; SCHROEDER, Wolfgang. Rechtsextremismus - Begriff, Methode, Analyse. In: _____. **Rechtsextremismus: Einführung und Forschungsbilanz**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1994. p. 7–22.

LE PEN, Marine. « **Dimanche, choisissez la France !** ». Youtube, 05 mai 2017j. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170527101521/https://www.marine2017.fr/2017/05/05/avec-moi-je-vous-invite-a-choisir-la-france/>

LE PEN, Marine. **Conférence présidentielle n°3 : « Le rôle de l'État dans l'économie. »**. Facebook, 03 mar 2017de. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

LE PEN, Marine. **Conférence présidentielle n°4 : « La citoyenneté »**. Facebook, 14 mar 2017g. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1676596402356677>

LE PEN, Marine. **Conférence présidentielle n°5 : « La France face au défi terroriste »**. Facebook, 11 abril 2017c. Disponível em: <https://www.facebook.com/MarineLePen/videos/1709160612433589>.

LE PEN, Marine. **Engagements présidentiels**. Paris, 2016b. Disponível em: <https://www.marine2017.fr/programme/>. Acesso em 18 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°12**. Paris, 2017a. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327132236/https://www.marine2017.fr/2017/03/17/lettre-de-marine-edito-n12/>. Acesso em: 12 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°16**. Paris, 2017b. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170527195017/https://www.marine2017.fr/2017/04/15/lettre-de-marine-edito-n16/> . Acesso em: 12 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°4**. Paris, 2017d. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327152607/https://www.marine2017.fr/2017/01/20/lettre-de-marine-edito-n4/>. Acesso em: 18 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°6**. Paris, 2017f. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327180812/https://www.marine2017.fr/2017/02/03/lettre-de-marine-edito-n6/>. Acesso em: 18 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Lettre de Marine: Édito n°7**. Paris, 2017e. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20170327180254/https://www.marine2017.fr/2017/02/11/lettre-de-marine-edito-n7/>. Acesso em: 18 set. 2023.

LE PEN, Marine. **Marine Le Pen remercie la patriosphère | Marine 2017**. Youtube, 24 abril 2017h. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=C-4VqZba9KU&ab_channel=MarineLePen

LE PEN, Marine. **Marine Le Pen remercie la patriosphère | Marine 2017**. Youtube, 24 abril 2017i. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=N6t5qjd01qA&app=desktop&ab_channel=MarineLePen

LE PEN, Marine. **Tract pres 2017**. Nanterre: set. 2016a. Disponível em: https://web.archive.org/web/20170127225201/https://www.marine2017.fr/wp-content/uploads/2017/01/a4_tract_pres_2017_hd.pdf. Acesso em: 12 set. 2023

MAYER, Nonna. From Jean-Marie to Marine Le Pen: Electoral change on the far right. **Parliamentary Affairs**, Londres, v. 66, n. 1, p. 160–178, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/pa/gss071>

MAYER, Nonna. Le Phénomène Le Pen. In: KHÉMIS, Stéphane *et al.* **La droite depuis 1798: Les hommes, les idées, les réseaux**. Paris : L'Histoire, 1955.

Ministère de l'Intérieur du Gouvernement Français. Résultats de l'élection présidentielle 2017. Paris, 2017. Disponível em: <https://www.archives-resultats-elections.interieur.gouv.fr/resultats/presidentielle-2017/FE.php>. Acesso em: 09 set. 2023.

MINKENBERG, Michael. The European Radical Right and Xenophobia in West and East: Trends, Patterns and Challenges. In: MELZES, Ralf; SERAFIN, Sebastian. **Right-Wing Extremism in Europe: Country Analyses, Counter-Strategies and Labor-Market Oriented Exit Strategies**. Frankfurt: Druck- und Verlagshaus Zarbock GmbH & Co., 2013.

MUDDE, Cas. **Populist Radical Right Parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. Disponível em: <https://doi.org/https://doi.org/10.1017/CBO9780511492037>

MUDDE, Cas. **The far right today**. [S. l.]: Polity Press, 2019. ISSN 1098-6596.v. 53

MUDDE, Cas. **The ideology of the extreme right**. Oxford: Manchester University Press, 2000. E-book.

NARCIZO, Makchwell Coimbra. **A extrema direita francesa em reconstrução: Marine Le Pen e a desdemonização do Front National [2011- 2017]**. 2019. 269 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.2243>

NEMER, David. De las fake news a la radicalización en línea: el caso del auge de la extrema derecha en Brasil. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

NEWTN, George. Rethinking 'Nativism': beyond the ideational approach. **Identities**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 161–180, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1070289X.2021.1969161>

PEREYRA DOVAL, Gisela. Bolsonaro in Brazil: To the right of the right. In: SOUROUJON, Gastón; PEREYRA DOVAL, Gisela. **Global Resurgence of the Right: Conceptual and Regional Perspectives**. Abingdon: Routledge, 2022.

PEREYRA DOVAL, Gisela; SOUROUJON, Gastón. Tras las huellas neofascistas en el gobierno Bolsonaro. **Esboços: histórias em contextos globais**, Florianópolis: v. 29, n. 52, p. 638–647, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7976.2022.e91506>

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. From hope to hate: The rise of conservative subjectivity in Brazil. **HAU: Journal of Ethnographic Theory**, London, v. 10, n. 1, p. 21–31, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/708627>

REIS, Daniel Aarão. Notas para a compreensão do bolsonarismo. **Estudos ibero-americanos**, [s. l.], v. 46, p. 1–11, 2020.

RÉMOND, René. Droite-gauche: où est la différence?. In: KHÉMIS, Stéphane *et al.* **La droite depuis 1798: Les hommes, les idées, les réseaux**. Paris : L'Histoire, 1955.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Hispanidad e Iberosfera: imaginarios hispanoamericanos de la ultraderecha neopatriota. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

SANAHUJA, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Las derechas neopatriotas en América Latina: contestación al orden liberal internacional. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, Barcelona, n. 126, p. 41–64, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24241/rcai.2020.126.3.41>

SANAHUJA, José Antonio; VITELLI, Marina Gisela; BURIAN, Camilo López. Derechas neopatriotas y fuerzas armadas en América Latina. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 49, n. 1, p. 1–19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2023.1.44033>

STANLEY, Jason. **How fascism works: The politics of us and them**. New York: Random House, 2018. ISSN 0038092X.v. 21E-book.

STEFANONI, Pablo. Las mil mesetas de la reacción: mutaciones de las extremas derechas y guerras culturales del siglo XXI. In: SANAHUJA, José Antonio; STEFANONI, Pablo. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

TRAVERSO, Enzo. Do Fascismo ao Pós-Fascismo. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 12–44, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21057/10.21057/repamv13n2.2019.26801>

VARGAS MAIA, Tatiana; PINHEIRO MACHADO, Rosana. Introduction: A new radical right in the global South?. In: _____. **The Rise of the Radical Right in the Global South**. Abingdon: Routledge, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003193012>

WINOCK, Michael. As ideias políticas. In: RÉMOND, René. Por uma história política: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

WODAK, Ruth. **The politics of fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean**. London: SAGE Publications, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/9781487574635-009>